



ADOLESCENTES E JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO

Sonhos compartilhados, realidades transformadas



sinais vitais
FLORIANÓPOLIS

Adolescentes e jovens no mundo do trabalho

2018 - 2019

REALIZAÇÃO

ICOM – Instituto Comunitário
Grande Florianópolis

PARCEIRO FINANCIADOR

Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC)
via Termo de Ajuste de Conduta

APOIO

Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE
Irmandade do Divino Espírito Santo - IDES
NSC Comunicação

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves | Coordenação de
Projeto e de Pesquisa
Mariane Maier Nunes | Gerente Executiva
Stefani Ceolla | Coordenação de Comunicação

EQUIPE DO SINAIS VITAIS

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves | Coordenação Técnica
Camilla Reis | Analista de Projeto
Carine Bergmann | Textos, edição e revisão
Christofer Santos | Jovem Aprendiz
Karoline Franciele | Apoio de Pesquisa
Mariane Maier Nunes | Coordenação Técnica
Michele Dreger | Pesquisadora
Naomi Ishizaka | Analista de Projeto
Renata Machado Pereira da Silva | Coordenadora de Programas Sociais
Stefani Ceolla | Coordenação Técnica e edição

EDIÇÃO

Carine Bergmann
Stefani Ceolla

DIREÇÃO DE ARTE

Ana Sofia Carreço de Oliveira
Leonardo Gomes da Silva

CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Leonardo Gomes da Silva

FOTOGRAFIA

NSC Comunicação
FOTO DE CAPA: Betina Humeres

SONHOS COMPARTILHADOS, REALIDADES TRANSFORMADAS

Florianópolis desponta como a capital com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do país. Tem números positivos relacionados à renda, educação e longevidade. No entanto, o índice que mede a desigualdade social (Gini) revela que a distribuição de renda não melhorou ao longo dos últimos anos, o que nos coloca uma questão: a alta qualidade de vida da capital catarinense é uma realidade para todas e todos?

Os jovens e adolescentes de Florianópolis representam 25% da população de Florianópolis, e as mulheres são maioria nesta faixa etária. Os dados coletados por esta edição do Sinais Vitais mostram que o IDHM diminui conforme o gênero e a raça. A qualidade de vida não é a mesma para toda a população.

Neste Sinais Vitais, apresentamos dados e discutimos a importância da inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho como forma de gerar oportunidades capazes de mudar

este cenário desigual. O diagnóstico social participativo tem informações sobre trabalho infantil e informal, a importância dos programas de aprendizagem, das Organizações da Sociedade Civil e a contratação efetiva de jovens seguindo as normas trabalhistas, com direitos assegurados.

A pesquisa tem ainda um recorte sobre o setor da tecnologia. Florianópolis desponta no cenário nacional como o maior polo tecnológico do país. O setor representa 5,6% da economia de Santa Catarina, movimentando R\$ 249 bilhões em 2015. É uma área em crescimento que também tem espaço para a inserção desta população.

Apresentamos ainda reflexões dos próprios adolescentes e jovens sobre seus planos e sonhos para o futuro, que mostram que com o envolvimento de poder público, setor privado e sociedade civil organizada, é possível transformar estas realidades.



SOBRE ESTE RELATÓRIO

Para esta edição, buscamos indicadores junto ao poder público municipal, estadual e federal; órgãos do poder e judiciário; além da base de dados oficiais e instituições de pesquisa do Brasil. Também coletamos dados primários, diretamente com organizações qualificadoras que atuam no município de Florianópolis. Este relatório está dividido em cinco partes: a primeira apresenta o contexto geral

da cidade onde vivem estes adolescentes e jovens; a segunda trata da profissionalização e proteção no trabalho, seus direitos e leis. Já na terceira parte, falaremos sobre os adolescentes e jovens no mundo do trabalho, abordando a preocupante questão do trabalho invisível, os programas de aprendizagem, CLT e outros vínculos. No quinto capítulo, traremos indicadores sobre o setor da tecnologia.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para elaboração do Sinais Vitais é inspirada no Projeto Vital Signs, desenvolvido pela Community Foundations of Canada. Essa metodologia se propõe a fazer uma análise contextualizada a partir de indicadores já disponíveis em bases de dados de institutos de pesquisa, e envolve a comunidade por meio de oficinas participativas para discussão e contextualização dos indicadores

levantados. Busca-se apresentar as informações de forma simples, compreensível e acessível para todos.

Nesta edição utilizamos indicadores primários com organizações da sociedade civil, bem como secundários junto ao poder público municipal, estadual e federal, além de base de dados oficiais e instituições de pesquisa do Brasil.

ETAPAS DO SINAIS VITAIS

1

Levantamento de indicadores disponíveis em bases de dados oficiais e em órgãos da administração pública.

2

Mobilização de especialistas para análise contextualizada dos indicadores.

3

Sistematização dos indicadores em um relatório com linguagem acessível.

4

Publicação de um relatório com design atrativo e de fácil compreensão.

5

Disseminação das informações e do conhecimento gerado para o poder público, empresas, sociedade civil organizada e comunidade em geral.

DADOS DE PESQUISA PRIMÁRIA

Ouvindo as organizações qualificadoras que ofertam programas de aprendizagem em Florianópolis

O capítulo '**APRENDIZAGEM: Uma forma de qualificação profissional**' contou com dados de pesquisa primária elaborada pelo ICOM junto às qualificadoras que ofertaram cursos de aprendizagem a adolescentes e jovens no município de Florianópolis.

Realizada no período de 1º novembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020, a pesquisa primária não teve caráter censitário, refletindo apenas a percepção das 12 organizações respondentes. **Etapas da pesquisa primária:**

- 1 Mapeamento de organizações que ofereceram cursos de aprendizagem a adolescentes e jovens em Florianópolis, em 2018: organizações da sociedade civil, Sistema S e escolas técnicas;
- 2 Elaboração de questionário, de acordo com os objetivos de pesquisa do Sinais Vitais - Adolescentes e Jovens no Mundo do Trabalho;
- 3 Contato com as organizações para apresentação e convite para participarem da pesquisa;
- 4 Envio de questionário aos responsáveis pelos programas de aprendizagem de cada organização qualificadora;
- 5 Tabulação dos dados dos respondentes.

COMO UTILIZAR O SINAIS VITAIS



Leia e Reflita: Reserve um tempo para ler o relatório e reflita sobre os indicadores e o que eles significam para a sua comunidade. Use este relatório como um ponto de partida para conversas e discussões sobre a nossa cidade, reflita sobre os caminhos que você pode seguir para melhorar a qualidade de vida em Florianópolis, com impacto nas vidas de adolescentes e jovens.



Compartilhe: Divida o relatório com sua empresa, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, estudantes, comunidade, legisladores, servidores públicos, etc.



Faça a diferença: Se você ficou tocado com o que leu e procura caminhos para fazer a diferença e agir, entre em contato conosco. Conhecemos a sociedade civil organizada e atores que já estão trabalhando para garantir os direitos de adolescentes e jovens à educação profissional e tecnológica, conforme as políticas públicas e legislações vigentes.

SOBRE O ICOM

O Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e de interesse público que atua como uma fundação comunitária. Desde 2005, promove o desenvolvimento comunitário em Santa Catarina, mobilizando, articulando e apoiando investidores sociais e ações coletivas de interesse público.

Além dos relatórios, como o Sinais Vitais, o ICOM presta consultorias sobre investimento social privado, leis de incentivo fiscal, projetos sociais de organizações da sociedade civil realizados no entorno, oportunidade de engajamento de funcionários com causas de justiça social, entre outras ações. Em 15 anos de atuação, o ICOM impactou:



1,65 MIL

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e movimentos sociais em SC



R\$ 4 MILHÕES

mobilizados e doados diretamente à sociedade civil organizada



R\$ 11,7 MILHÕES

investidos na comunidade



2 PRÊMIOS MELHORES ONGs

2017 e 2018, concedidos pelo Instituto Doar

SUMÁRIO

ADOLESCENTES E JOVENS EM FLORIANÓPOLIS: Um retrato da cidade

População: um retrato de Florianópolis	8
Desenvolvimento Humano: Qualidade de vida da população	12
Iniquidades sociais: Diferenças injustas e evitáveis	21



PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO: Direitos e leis

O que diz a lei? O trabalho nas diferentes faixas etárias	29
Adolescente aprendiz	30

ADOLESCENTES E JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO:

Vínculos, Trabalho Invisível e Aprendizagem

Vínculos e ocupações: Onde estão trabalhando nossos adolescentes e jovens?	34
Trabalho invisível: Quando os direitos já foram violados	36
Denúncias de trabalho infantil	42
Acidentes de trabalho com adolescentes	46
Adolescentes e jovens na informalidade	49



APRENDIZAGEM:

Uma forma de qualificação profissional

Aprendiz: Adolescentes e jovens em qualificação profissional	54
Oficina Sinais Vitais: Depoimentos de Jovens Aprendizes sobre o mundo do trabalho	74
Qualificadoras: Preparação de adolescentes e jovens para o mundo do trabalho	76
Organizações da Sociedade Civil: O papel das OSCs na qualificação profissional	82
Sistema S: Qualificadoras mantidas pelo Governo Federal	91
Escolas técnicas: Forma suplementar de aprendizagem	93
Programas de aprendizagem e tecnologia: Qualificação de adolescentes e jovens para o polo tecnológico	94
Empregador: Organizações que contratam aprendizes	98
Como contratar um jovem aprendiz?	114

CLT E OUTROS VÍNCULOS:

Juventude trabalhando

Direitos garantidos aos jovens pela CLT	116
Escolaridade dos jovens com vínculo CLT	121
Iniquidades sociais: Quanto maior a faixa salarial, menor a presença feminina	125
Outros vínculos: Estatutários, temporários, diretores, com contrato de lei e avulsos	126



ILHA DA TECNOLOGIA:

Desenvolvimento tecnológico e mundo do trabalho

História do polo tecnológico	128
Aprendizes no setor da tecnologia	130
Atividades econômicas do setor de tecnologia e inovação	132
Top 10: Comparação da representatividade do setor de tecnologia e inovação e avulsos	134
TOP 5: Bairros que concentram o setor de tecnologia e inovação	137
Potencial de contratação de aprendizes	142
Salário e ocupações	145
Homens e mulheres jovens no mundo do trabalho	150

Oficina Sinais Vitais: Diálogo com empresas de tecnologia	152
Conclusão	154
Metas dos ODS abordadas nesta edição do Sinais Vitais	156

CRESCIMENTO POPULACIONAL

ADOLESCENTES E JOVENS EM FLORIANÓPOLIS: UM RETRATO DA CIDADE

Florianópolis se destaca como a capital com o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e desponta nacionalmente como um dos polos tecnológicos mais importantes do país. No entanto, ainda é marcada por iniquidades sociais.

Apesar do IDHM alto, é uma cidade com grandes contrastes, com a renda em queda,

distribuição desigual e jovens em situação de vulnerabilidade, principalmente nas Áreas de Interesse Social. A seguir, veremos dados que evidenciam um aumento da concentração de renda na capital, e desigualdade acima da média estadual. A capital catarinense possui alta qualidade de vida, mas não para todos.

A população de Florianópolis atingiu quase **500 mil habitantes** em 2018.

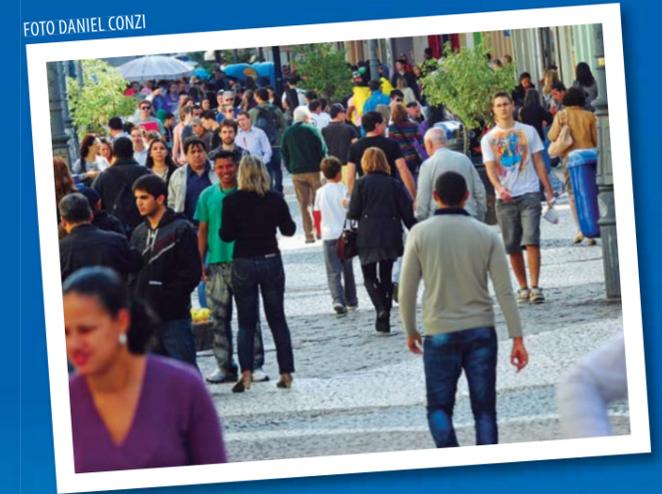
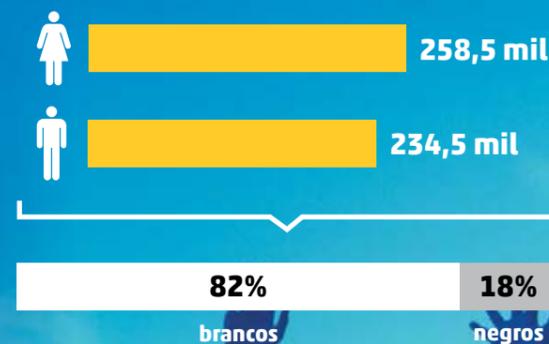


FOTO DANIEL CONZI

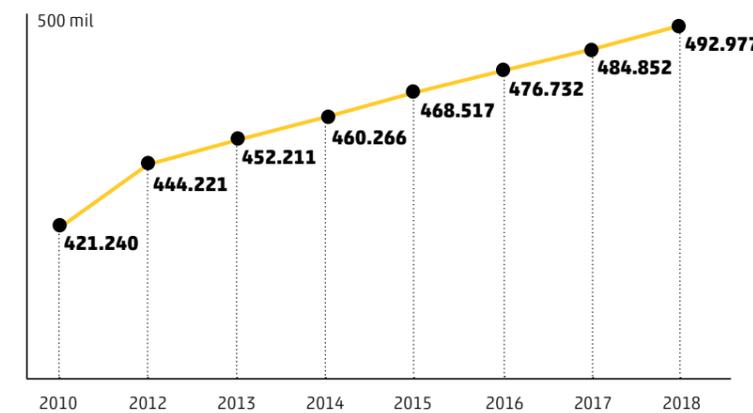
POPULAÇÃO Um retrato de Florianópolis

Os dados do Censo de 2010 registraram cerca de 421 mil pessoas residentes em Florianópolis naquele ano. **A estimativa populacional para 2018**, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, apontou cerca de **493 mil habitantes, dos quais aproximadamente 258,5 mil são mulheres e 234,5 homens.** Negros representam 18% da população, em número absolutos, 89 mil pessoas.



População

População residente, em número de pessoas, em Florianópolis, de 2010 a 2018



PROPORÇÃO DE CRESCIMENTO

17%

Florianópolis
De 421 mil para 493 mil

13%

Santa Catarina
De 6,2 milhões para 7 milhões

9%

Brasil
De 190,8 milhões para 208,5 milhões

Fonte: IBGE/Censo (2010), IBGE/PNAD Contínua (2018)

PIRÂMIDE ETÁRIA

Da estimativa populacional de Florianópolis em 2018, **120 mil são adolescentes e jovens com idade entre 14 a 29 anos**, o que representa cerca de 25% da população, nos quais 62 mil são do sexo feminino e 58 mil do sexo masculino.

Em Florianópolis, **25%** da população é formada por **adolescentes e jovens** com idade entre **14 a 29 anos**. A maioria da população da cidade é representada por **mulheres**.



FOTO BETINA HUMERES



FOTO FREEPIK



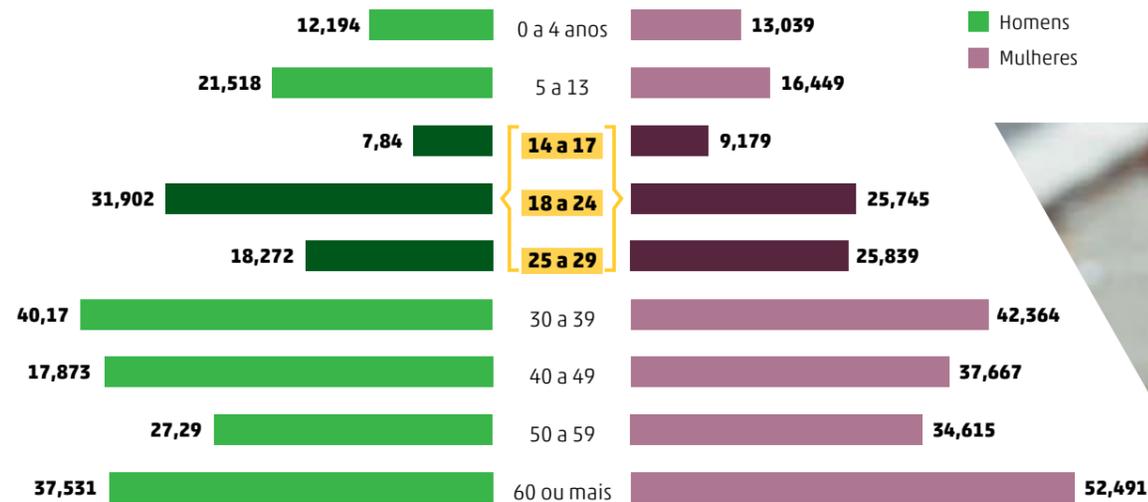
FOTO FREEPIK



FOTO FREEPIK

Pirâmide etária

Distribuição da população por sexo, em número de pessoas (mil habitantes), segundo os grupos de idade, Florianópolis, 2018.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2018)

FOTO BETINA HUMERES



FOTO FELIPE CARNEIRO



DESENVOLVIMENTO HUMANO

Qualidade de vida da população

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) permite analisar a qualidade de vida de um determinado local. Este indicador agrega três dimensões: longevidade, educação e renda. É avaliada a oportunidade que uma população tem de ter uma vida longa e saudável,

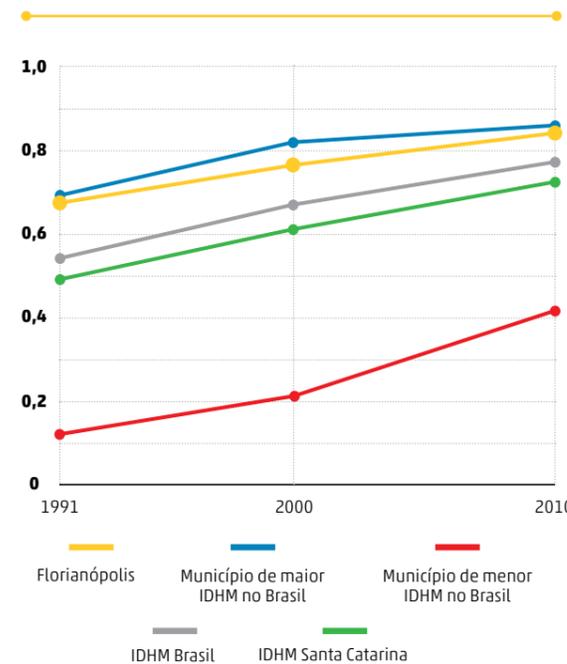
acesso ao conhecimento, e um padrão de vida que assegure as suas necessidades básicas. **O índice varia de 0 a 1.** Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Ele é medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a cada dez anos.

IDHM

O IDHM de Florianópolis é de **0,847**, situada na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A capital, entre as 5.565 cidades do Brasil, ocupa o **terceiro lugar** no ranking das cidades com melhores índices de **qualidade de vida**, atrás apenas de São Caetano do Sul (SP) e Águas de São Pedro (SP). Entre as capitais do Brasil, Florianópolis está em primeiro lugar.

Desenvolvimento Humano

Índice de Desenvolvimento Humano, de Florianópolis, 1991, 2000 e 2010.



0,873
Longevidade



0,870
Renda



0,800
Educação

Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

ADOLESCENTES E JOVENS EM FLORIANÓPOLIS: UM RETRATO DA CIDADE

FOTO FREEPIK



1991
0,681

2000
0,766

2010
0,847

Florianópolis é a capital com o **maior Índice de Desenvolvimento Humano** do país.

Historicamente, o desenvolvimento humano calculado para a capital aumentou, passando de **0,681 em 1991** para **0,847 em 2010**. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, seguida de Renda, e de Educação, respectivamente.

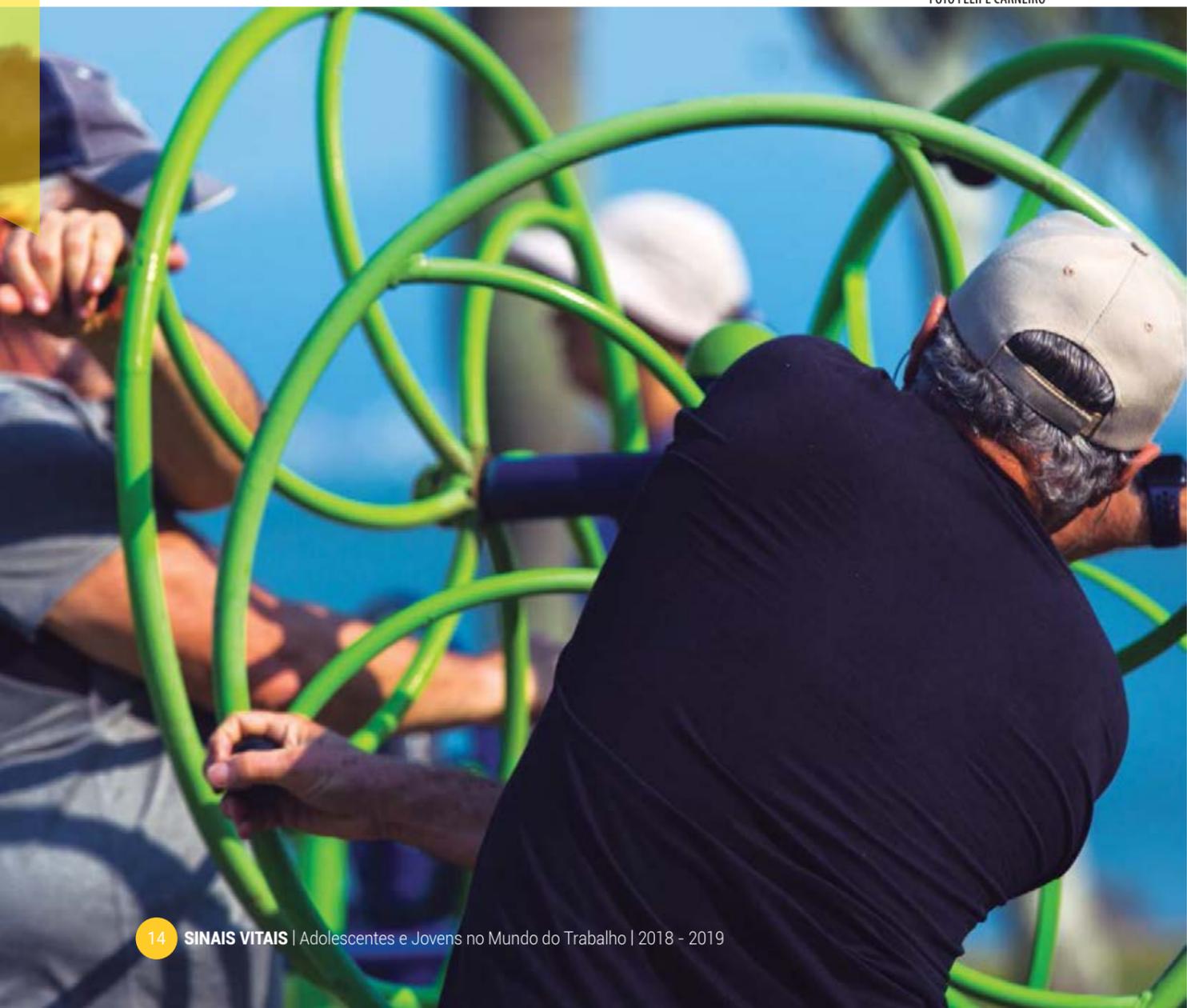


IDHM - LONGEVIDADE

O IDHM Longevidade é o indicador que mais contribui para situar a capital como um alto índice de desenvolvimento humano: **77 anos é a esperança de vida ao nascer de Florianópolis, 4 anos a mais do que a média nacional. Entre 1991 e 2010, houve um aumento de 6 anos.**

Além da longevidade, a taxa de mortalidade infantil, que indica o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida, é um dos indicadores mais sensíveis para medir o nível de saúde de uma população. Ela retrata qualidade de vida, saneamento básico, sistema de saúde, nível de renda e educacional, entre outros fatores.

FOTO FELIPE CARNEIRO



ADOLESCENTES E JOVENS EM FLORIANÓPOLIS: UM RETRATO DA CIDADE

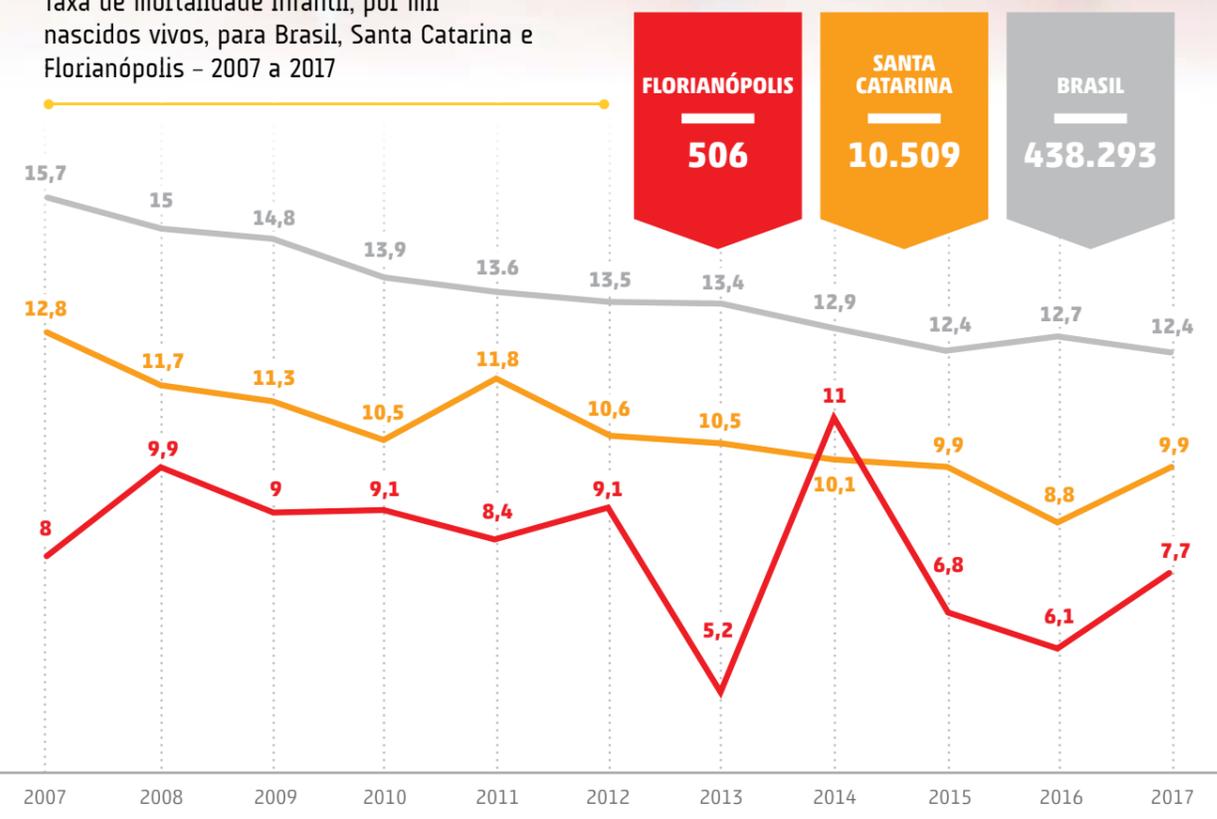
FOTO FELIPE CARNEIRO



Mortalidade infantil

Taxa de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos, para Brasil, Santa Catarina e Florianópolis - 2007 a 2017

Registro total de óbitos infantis de 2007 a 2017





1991
R\$ 921

2010
R\$ 1.798

RENDA EM QUEDA

2012
R\$ 3.541

2018
R\$ 3.311

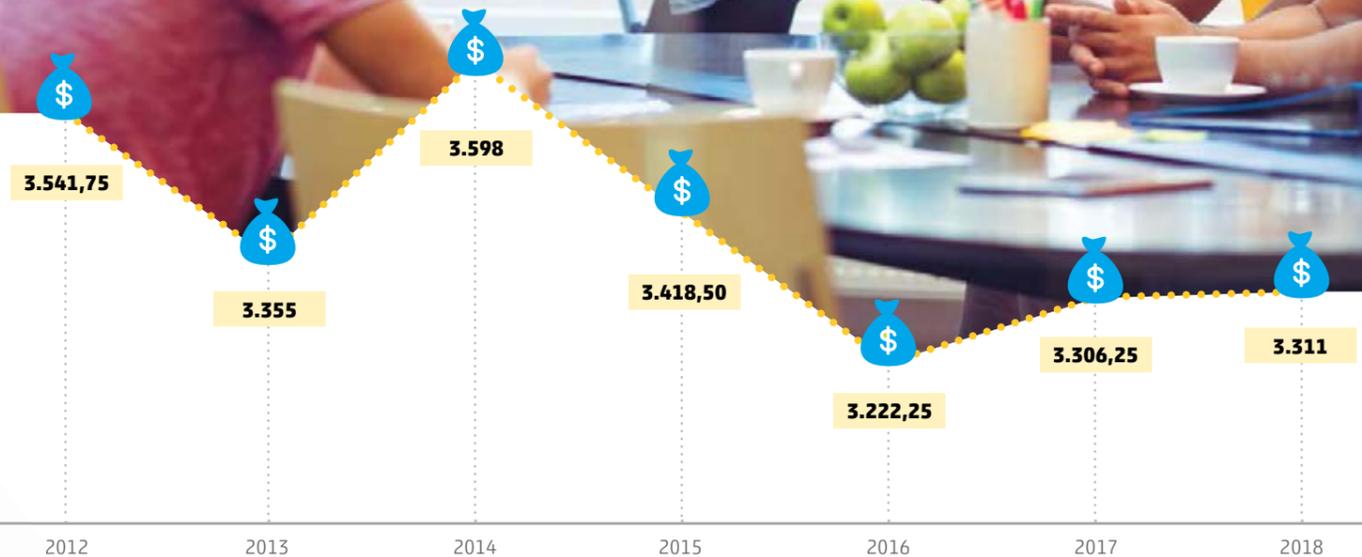
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2018

FOTO FREEPIK

ADOLESCENTES E JOVENS EM FLORIANÓPOLIS: UM RETRATO DA CIDADE

Rendimento do trabalho

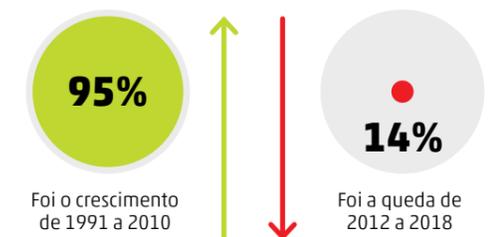
Rendimento médio real*, em reais, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, 2018.



IDHM - RENDA

A renda per capita média de Florianópolis cresceu 95,03% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 921 em 1991, para R\$ 1.798 em 2010. No entanto, se analisarmos o rendimento médio dos trabalhadores da capital, **houve redução entre os anos de 2012 e 2018, passando de R\$ 3.541 para R\$ 3.010, uma queda de mais de R\$ 500.**

*Média anual da coleta trimestral, deflacionado por deflator médio do último trimestre de coleta divulgado.



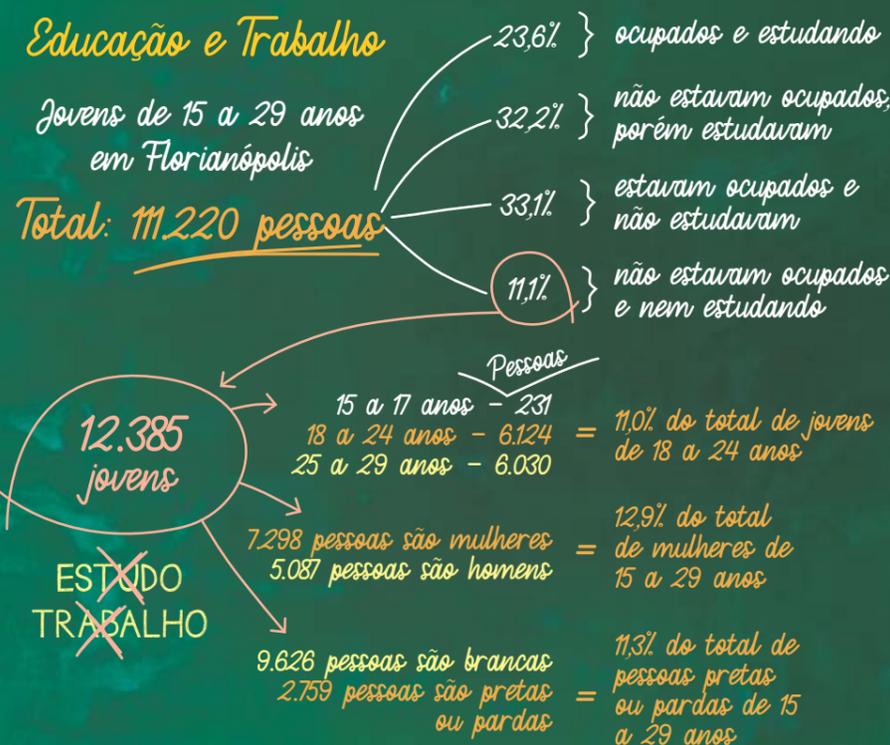
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento/PNAD Contínua (2018).



CICLOS EDUCACIONAIS / ANOS	1991	2000	2010
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	48,08	76,71	93,06
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	66,57	74,90	93,09
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	49,00	59,97	70,60
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	62,55	67,52	80,03
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	36,04	49,45	63,42
IDHM Educação	0,538	0,66	0,80

Fonte: IBGE/Censo (2010); PNUD (2013).

FOTO FREEPIK



*Entende-se por estudar o ato de frequentar escola ou cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional.

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (2018)

IDHM - EDUCAÇÃO

Atualmente, Florianópolis é a quarta capital com a menor taxa de analfabetismo do país, com 1,5% de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever. A cidade fica atrás de Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro (PNAD, 2018). Historicamente, a capital vem apresentando relativa melhora no acesso à educação. No entanto, políticas públicas para a menor faixa etária escolar podem demorar 10 anos para compor a taxa de analfabetismo,

justificando a importância da continuidade de ações de longo prazo.

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado os ciclos educacionais indicam a situação da educação entre a população em idade escolar que compõe o IDHM Educação. Desde 1991, a capital avançou, aumentando de 36% para 63% o percentual de jovens entre 18 a 20 anos com ensino médio completo. Apesar da melhora, a capital ainda tem muito que avançar.



FOTO FELIPE CARNEIRO



INIQUIDADES SOCIAIS

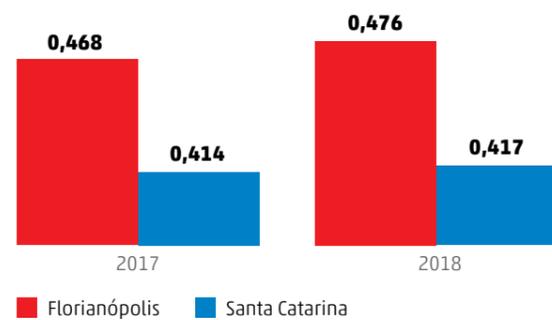
Diferenças injustas e evitáveis

Apesar do alto IDHM, **Florianópolis ainda apresenta diversas iniquidades sociais, diferenças injustas e evitáveis**, que afetam a qualidade de vida de uma grande parcela da população. A estrutura urbana reflete as desigualdades existentes na cidade de Florianópolis, tanto de bem-estar social quanto de distribuição desigual da renda, e o território é um elemento importante à análise da redução das iniquidades e da ampliação da justiça social.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda é o Índice de Gini. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade (todos têm a mesma renda), e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (só uma pessoa detém toda a renda do lugar). **O índice da renda domiciliar per capita de Florianópolis em 2010 foi de 0,54, praticamente sem nenhuma melhora desde 1991, que foi de 0,55.**

Índice da renda domiciliar per capita
Distribuição do rendimento real efetivo domiciliar, per capita, em Florianópolis e Santa Catarina - 2017 e 2018.



Fonte: IBGE/SIS (2018).

Conforme o IBGE (2018), o índice em Florianópolis passou de 0,468 para 0,476 entre 2017 e 2018. Já o índice estadual passou de 0,414 para 0,417 no mesmo período de análise.

Os dados evidenciam um **aumento da concentração de renda** na capital, e **desigualdade maior** que a do Estado.

ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL

O mapa ao lado demonstra a distribuição desigual de renda de Florianópolis, **apontando que nas áreas mais escuras, mais de 77% dos domicílios vivem com renda de até 2 salários mínimos.** As iniquidades da nossa cidade, também podem ser observadas analisando as Áreas de Interesse Social (AIS), que em 2016, já somavam 67 assentamentos precários de posse de terra irregular, sem infraestrutura urbana e com problemas sociais.

Renda, Pobreza e Desigualdade

Florianópolis - 2013

	1991	2000	2010
RENDA PER CAPITA (EM R\$)	921,95	1383,78	1798,12
% DE EXTREMA POBREZA	2,75	1,1	0,27
% DE POBRES	9,63	5,31	1,35
ÍNDICE DE GINI	0,55	0,56	0,54

Fonte: PNUD (2013)

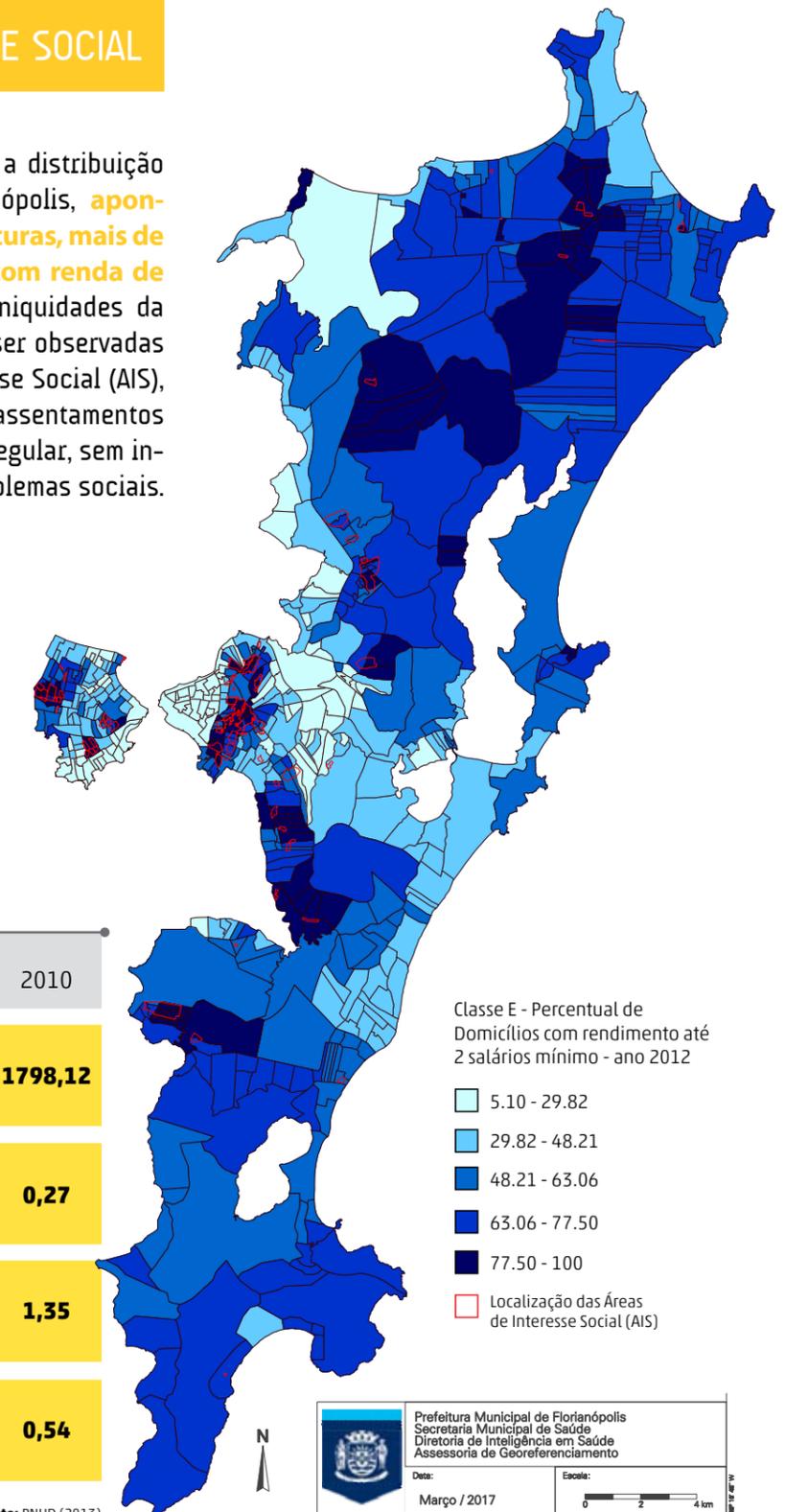


FOTO DIORGES PANDINI

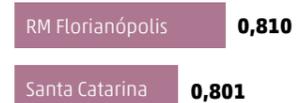
INIQUIDADE DE GÊNERO

Os dados do PNUD apontam que a região metropolitana de Florianópolis* apresenta iniquidades significativas entre homens e mulheres. **O IDHM homem foi de 0,859, enquanto o IDHM mulher foi de 0,810 em 2017.** No Estado, o índice foi de 0,828 e 0,801, e no Brasil foi de 0,773 e 0,772. Tal resultado indica que, na região metropolitana (RM) de Florianópolis, a desigualdade entre homens e mulheres é mais acentuada do que a média nacional.

IDHM por sexo

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por sexo, comparação região metropolitana de Florianópolis e Santa Catarina - 2017

MULHER



HOMEM



Fonte: PNUD/Radar IDHM (2017)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil.

Na região metropolitana de Florianópolis, a qualidade de vida das mulheres é menor do que a dos homens. Na capital, as iniquidades de gênero também são marcadas pela diferença salarial; **os homens ganharam 36% a mais do que as mulheres em 2018.**

Em Florianópolis, a análise por sexo com base nos dados da PNAD Contínua indica que os homens ganharam R\$ 1.058 a mais que as mulheres em 2018. Isso significa que o rendimento médio mensal dos homens foi 36% maior que o das mulheres. Ou seja, **a cada R\$ 1 recebido pela mulher, o homem recebeu R\$ 1,36 em 2018.**

DIFERENÇA DE RENDIMENTO



36%



33%

Remuneração por sexo

Rendimento médio em reais do trabalho principal, por sexo Florianópolis e Santa Catarina - 2018



FL - Florianópolis SC - Santa Catarina

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2018)

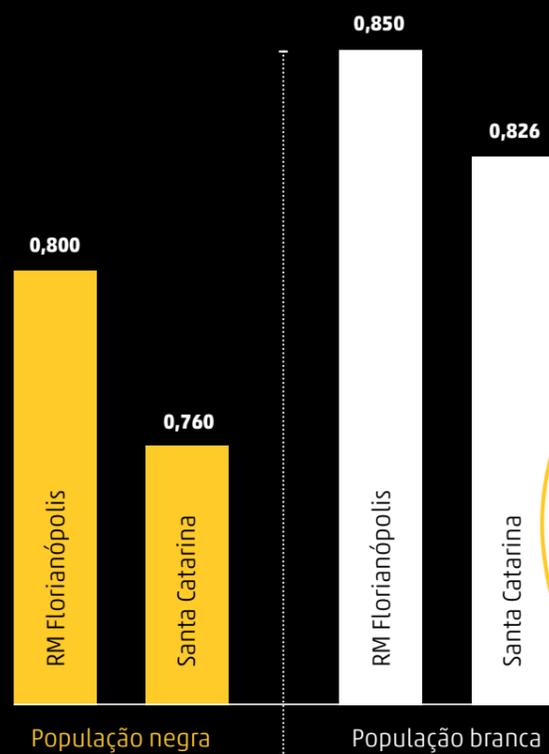
INIQUIDADE RACIAL

Embora a região metropolitana de Florianópolis tenha menos iniquidades de desenvolvimento humano entre brancos e negros, quando comparada com os índices de Santa Catarina e do Brasil, os indicadores ainda evidenciam graves desigualdades estruturais.

Em 2017, o IDHM da população negra foi de 0,80, enquanto o IDHM da população branca foi de 0,85.

IDHM Cor/Raça

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por raça, região metropolitana de Florianópolis e Santa Catarina - 2017



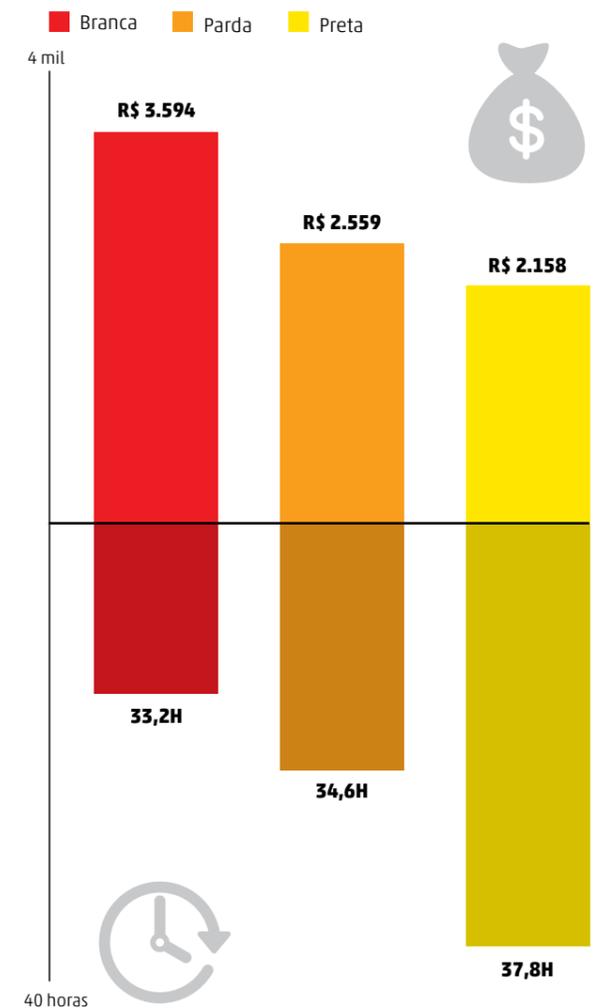
Fonte: PNUD/Radar IDHM (2017)

Na região metropolitana de Florianópolis, a qualidade de vida da população negra é menor do que a da população branca. Na capital, as iniquidades raciais também são marcadas pela diferença salarial: **a remuneração da população negra é de 30% a 40% menor do que a da população branca.**

FOTO: FREEPIK

Remuneração por raça

Comparação entre rendimento médio mensal e horas trabalhadas por semana, do trabalho principal, por raça, em Florianópolis - 2018.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2018)

O rendimento médio real por raça permite concluir que **pretos e pardos ganham, em média, até R\$ 2,5 mil**, enquanto **brancos ganham R\$ 3,5 mil**. No entanto, brancos trabalham em média 33 horas, enquanto pretos e pardos trabalham entre 34 e 38 horas.

PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO: DIREITOS E LEIS

Todo jovem tem direito à profissionalização, à renda e ao trabalho, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

As atividades laborais do jovem devem basear-se nos princípios de promoção de autonomia, bem-estar e respeito à identidade e diversidade.

O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os aspectos de respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e de capacitação profissional adequada ao mundo do trabalho.

A partir dos 14 anos, o adolescente pode trabalhar. No entanto, a legislação nacional assegura a ele proteção especial para que estas atividades não comprometam o desenvolvimento, estudos e momentos de lazer.

As atividades laborais do adolescente abaixo desta idade configuram-se como trabalho infantil. Além de ser privado de um pleno desenvolvimento, pode acarretar graves consequências para a vida adulta, como impactos físicos, psicológicos e econômicos, além da perpetuidade do ciclo da pobreza, que tende a se repetir de geração para geração.

O QUE DIZ A LEI?

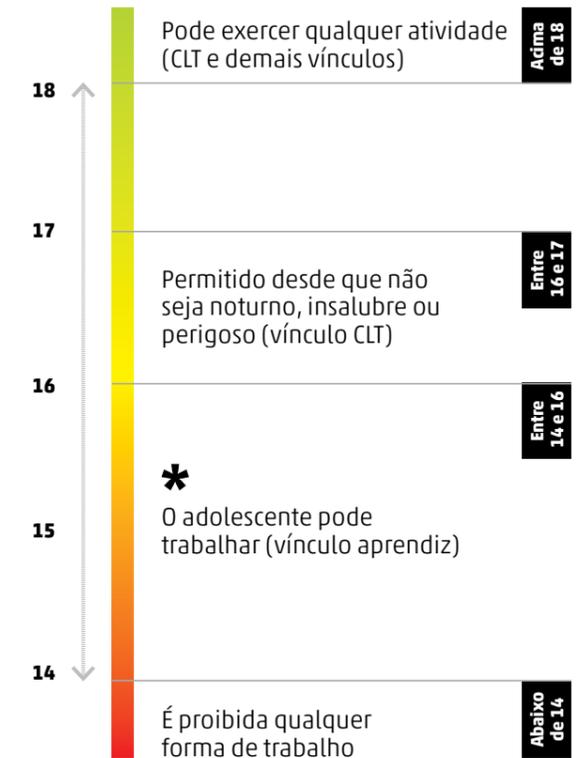
O TRABALHO NAS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS:

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), **considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 17 anos de idade.** O Estatuto da Juventude (EJ), por sua vez, considera jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos.



Vínculo empregatício

Faixa etária e condição



Fonte: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Entre 14 e 24 anos: pode trabalhar (vínculo aprendiz)
Não existe limite de idade para pessoas com deficiência (PCD)

Segundo o Artigo 60 do ECA, abaixo de 14 anos é proibido qualquer tipo de trabalho

* Estágio não se configura vínculo empregatício.

FOTO CRISTIANO ESTRELA

TODO TRABALHADOR TEM DIREITOS

A Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbem o trabalho de crianças e de menores de 16 anos, exceto se houver um contrato de aprendizagem que pode ser feito a partir de 14 anos de idade. A intenção é garantir o direito ao crescimento saudável, de estudar e de se preparar para o mercado de trabalho, no tempo adequado, além de garantir o direito ao lazer e à convivência familiar, como forma de assegurar o desenvolvimento físico e mental da criança. Entre 16 e

18 anos, é permitido trabalhar com todos os direitos assegurados e proteção especial, pois não pode trabalhar no horário noturno; em atividades perigosas ou prejudiciais à saúde e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência na escola. Estão proibidos, ainda, os trabalhos realizados em ruas, praças e outros logradouros e serviços que demandem emprego de força muscular superior a 20 quilos para trabalhos contínuos ou 25 quilos para trabalhos eventuais.

ADOLESCENTE APRENDIZ

A partir dos 14 anos até o limite de 24 anos, pode ser contratado como aprendiz. Ele terá um contrato especial de trabalho, ajustado por escrito e por prazo determinado. A duração da aprendizagem não pode ultrapassar dois anos.

Além de estar estudando, o adolescente deve participar de cursos profissionalizantes ministrados por instituições qualificadoras como empresas, SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP ou por instituições sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O Estatuto da Juventude (EJ) afirma na lei de aprendizagem que estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem

número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Aprendiz não é estagiário. O aprendiz só pode desenvolver as atividades previstas no programa de aprendizagem. Na aprendizagem, a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do adolescente deve ser assinada e ele terá direito às verbas trabalhistas, ressaltando-se que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) será de 2% e o salário proporcional às horas trabalhadas.

Além da assinatura da CTPS e da inscrição em programa de aprendizagem, caso o aprendiz não tenha concluído ainda o ensino fundamental, a validade do contrato de aprendizagem é condicionado, ainda, à sua matrícula e frequência na escola.

Fonte: MPT

CONHEÇA SEUS DIREITOS

Os vínculos formais de trabalho para os adolescentes podem ser realizados de duas formas: via programa de aprendizagem ou contrato formal de trabalho (para aqueles acima de 16 anos, conforme a CLT).



Direitos nos programas de aprendizagem

- **PODEM SER APRENDIZES:** Jovens de 14 a 24 anos incompletos que estejam cursando o ensino fundamental ou o ensino médio. A idade máxima prevista não se aplica a aprendizes com deficiência. A comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.
- **JORNADA DE TRABALHO:** A jornada de trabalho não deve ser superior a seis horas diárias, admitindo-se a jornada de oito horas para os aprendizes que já tiverem completado o Ensino Fundamental, se nessa forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.
- **CONTRATO:** O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, com duração máxima de dois anos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, salário mínimo/hora e todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

Fonte: CIEE



Direitos no contrato formal de trabalho

- A partir de 1988 a Constituição Federal, em seu artigo 7º, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para os menores de 18 anos e de qualquer forma para o menor de 16 anos, salvo somente a partir dos 14 anos como aprendizes.
- A jornada de trabalho não pode ser superior a oito horas diárias e 44 semanais facultadas à compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- Deve haver intervalo para descanso, não inferior a 11 horas.
- Intervalo para repouso e alimentação de uma a duas horas, para trabalhos com jornadas superiores a seis horas, e 15 minutos quando estiverem sujeitos a jornada superior a quatro horas e inferior a 6 horas de trabalho.
- O adolescente não tem autorização para realizar horas extras, salvo em uma condição de extrema necessidade motivada por causa maior, segundo a CLT no inciso II, do artigo 413.

Fonte: Jus.com.br

Você sabia?

Segundo o Artigo 15 do Estatuto da Juventude (EJ), a ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas:

- I** - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação;
- II** - oferta de condições especiais de jornada de trabalho;
- IV** - atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil;
- V** - adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude.

ADOLESCENTES E JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO: VÍNCULOS, TRABALHO INVISÍVEL E APRENDIZAGEM

120 mil

é o número de
adolescentes e jovens
em Florianópolis

68.814

é o número de
adolescentes e
jovens que trabalham
com vínculos: CLT,
aprendizes ou
estatutários

51.186

ou não trabalham
ou não têm
vínculos formais

São consideradas adolescentes e jovens as pessoas entre 12 e 18 anos incompletos e, 15 e 29 anos de idade, respectivamente. A idade mínima para o trabalho é 16 anos, com exceção para a aprendizagem, que é permitida a partir dos 14 anos. O trabalho de pessoas com menos de 18 anos também é proibido quando em condições de insalubridade e periculosidade.

A juventude de Florianópolis é trabalhadora. Segundo dados de 2019, 1 a cada 4 trabalhadores formais na Capital é jovem. No entanto, a inserção dos jovens no mundo de trabalho na capital catarinense é marcada por vários gargalos, tais como a informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, dificuldade de conciliação com os estudos, além da discriminação por gênero, raça e território.

Por isso, as políticas públicas e o diálogo social têm um papel importante na ampliação da democratização do acesso desses grupos e na promoção da justiça social.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho, “a precariedade da inserção no mercado de trabalho pode marcar a trajetória profissional para o resto da vida produtiva dos jovens”, sendo o trabalho formal essencial para assegurar proteção social e condições de trabalho decente.

Entendemos por trabalho formal aquele com benefícios e carteira profissional assinada, fornecido por uma organização, com todos os direitos trabalhistas garantidos e remuneração. O trabalho decente contempla oportunidades para homens e mulheres obterem emprego produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, segurança, equidade e dignidade humanas.

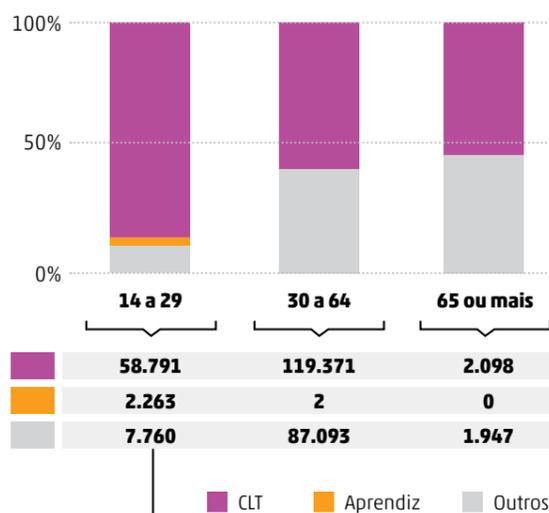
VÍNCULOS E OCUPAÇÕES

Onde estão trabalhando nossos adolescentes e jovens?

Em Florianópolis, das **279.325 pessoas que trabalhavam com vínculo formal em 2018, 25% eram adolescentes e jovens entre 14 a 29 anos, representando 68.814**. Entre esta população, **85% eram celetistas, 3% jovens aprendizes e 11% tinham outros vínculos**, tais como estatutários, temporários e diretores.

Vínculos formais de trabalho por faixa etária

Distribuição, em percentual, da quantidade de pessoas contratadas, por faixa etária, segundo vínculo - Florianópolis - 2018



Total: 68.814 pessoas
85% são celetistas
3% são aprendizes
11% possuem outros vínculos*

- Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018
- *Outros vínculos: Estatutários, temporários, diretores, avulso e contrato de lei.

Fonte: MTE/RAIS (2018)

Entre os adolescentes e jovens **com idade entre 14 e 29 anos, o setor de serviços é o que mais emprega, com 69% dos vínculos**. Comércio representa 24%, indústria 4% e construção civil 3%. O número de vínculos na agropecuária não chega a 1%.



FOTOMARCO FAVENHO

A relação de emprego regida pela CLT é a principal forma de vínculo empregatício, **representando 85% na faixa etária entre 14 e 29 anos em Florianópolis**.

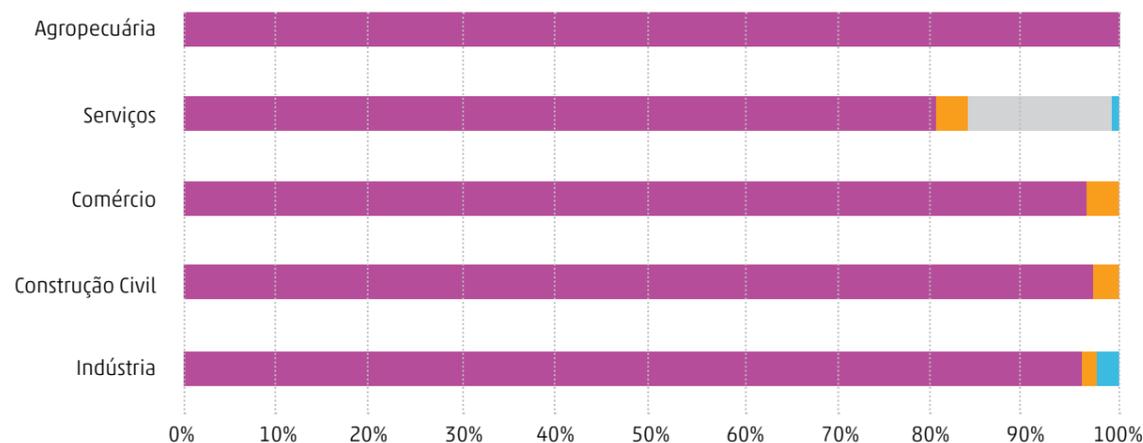
SETORES

Das 279.325 pessoas que trabalhavam com vínculo formal em Florianópolis em 2018, 80% atuavam no setor de serviços, 14% no comércio, 4% na indústria e 2% na construção civil. O número de pessoas que trabalhavam na agropecuária não chegou a 1%.

FOTO BETINA HUMERES

Vínculos formais de trabalho de adolescentes e jovens

Distribuição, em percentual, da quantidade de pessoas contratadas entre 14 e 29 anos de idade por vínculo, segundo grande setor - Florianópolis - 2018



	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
CLT	2.740	1.794	16.160	37.986	111
Aprendiz	47	52	574	1.590	0
Estatutário	0	0	0	7.316	0
Temporário	70	0	15	340	0
Diretor	0	0	1	5	0
Contrato de lei	0	0	0	13	0

- Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

TRABALHO INVISÍVEL: QUANDO OS DIREITOS JÁ FORAM VIOLADOS

Com base nos dados disponíveis sobre trabalho infantil e trabalho informal, é possível revelar parte daquilo que denominamos "trabalho invisível". Porém, tanto a informalidade como a condição de trabalho infantil são passíveis de subnotificação, já que dependem, em geral, de denúncias para que sejam registradas. Ou seja, podemos supor que o número de casos é maior que aquele registrado oficialmente. Por isso, a invisibilidade.

O reconhecimento da existência de parcelas da população que desenvolvem atividades no mercado informal de trabalho ou em condição de trabalho infantil é o primeiro passo para tornar visível um dos maiores desafios da sociedade em relação à violação de direitos na infância e juventude. A partir disso, é possível agir para reverter estes números.

No último Censo do IBGE, **4.515 crianças e adolescentes foram identificadas trabalhando** em Florianópolis (IBGE, 2010).

TRABALHO INFANTIL

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o trabalho infantil como aquele que “priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental”.

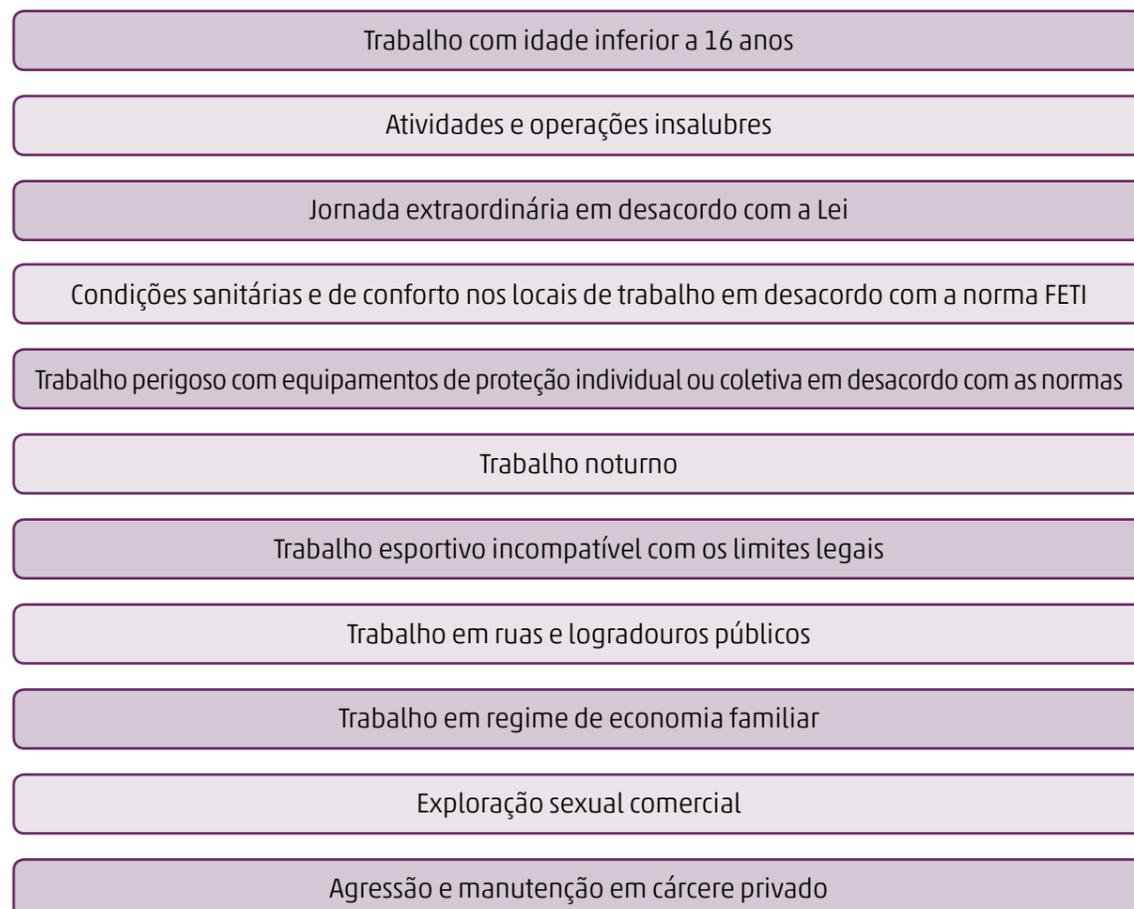
O trabalho infantil corresponde a atividades econômicas ou de sobrevivência, com ou sem fins lucrativos, remuneradas ou não, desempe-

nhadas por **crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de jovem aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional.**

É considerado também trabalho infantil aquele feito no período noturno, perigoso ou insalubre, realizado por adolescentes menores de 18 anos de idade.

Características do trabalho infantil

Principais características presentes nas denúncias de exploração do trabalho da criança e do adolescente, em Florianópolis - 2018



Fonte: MPT/SC (2018) MDH (2018)

DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ENTRE 10 E 17 ANOS, QUE ESTAVAM TRABALHANDO:



Estavam em situação de trabalho infantil na faixa etária de **10 a 13 anos.**



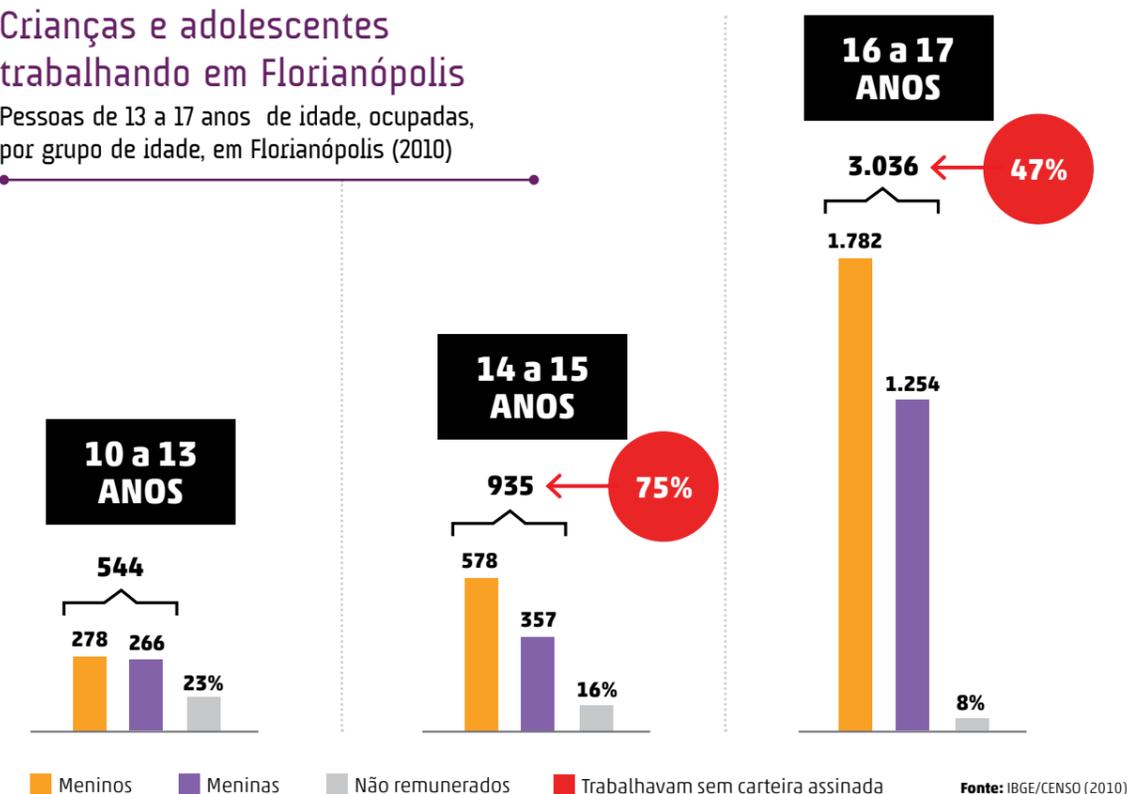
Não eram remunerados. Este percentual é ainda maior se observada somente a faixa etária de 10 a 13 anos: 23% deles não recebiam nenhum tipo de pagamento.



Dos adolescentes entre 16 e 17 anos trabalhavam na informalidade. Não possuíam carteira assinada, ou seja, não tinham nenhum de seus direitos trabalhistas garantidos.

Crianças e adolescentes trabalhando em Florianópolis

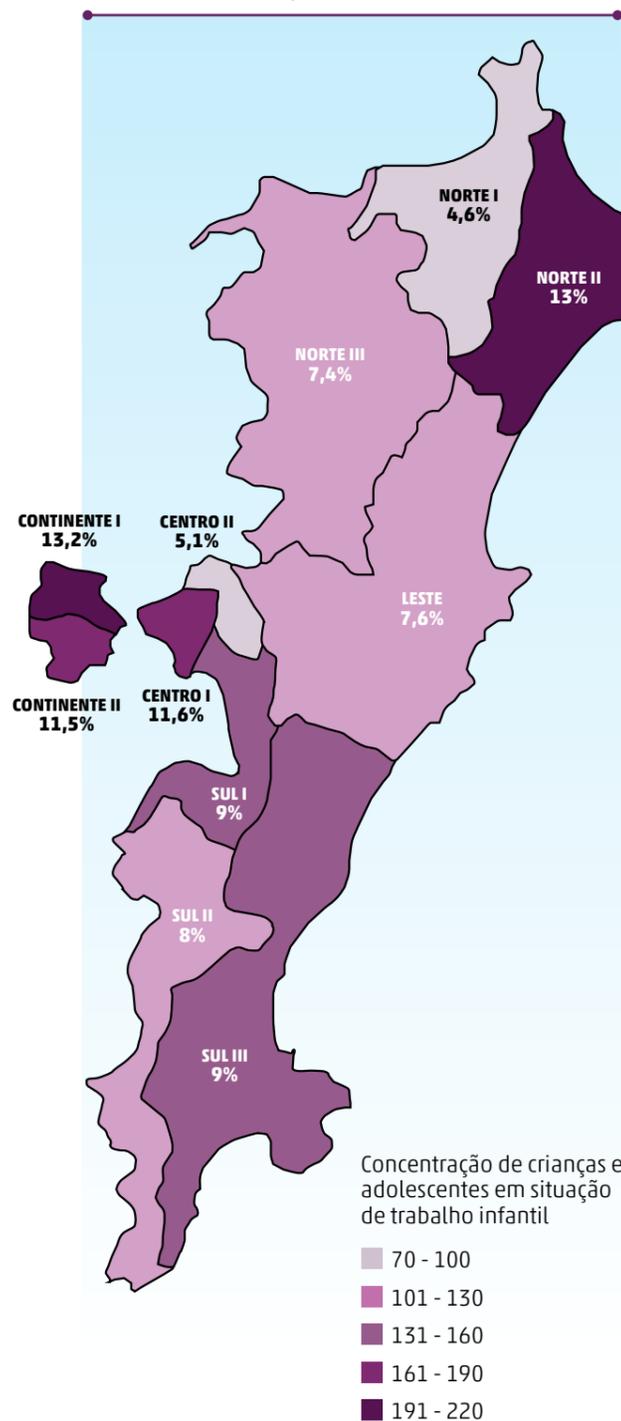
Pessoas de 13 a 17 anos de idade, ocupadas, por grupo de idade, em Florianópolis (2010)



Fonte: IBGE/CENSO (2010)

Incidência de trabalho infantil

Localidades com maior concentração de trabalho infantil, em Florianópolis - 2010



Concentração de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

- 70 - 100
- 101 - 130
- 131 - 160
- 161 - 190
- 191 - 220

Fonte: FLORIANÓPOLIS/ SEMAS-PETI (2015)

As regiões que tiveram maior incidência de trabalho infantil foram: **Norte II e Continente I, seguidas de Centro I e Continente II.** E os bairros com mais casos identificados foram: **Centro (170 casos), Capivari (103 casos) e Tapera (102 casos).**

CONHEÇA ALGUNS TIPOS DE TRABALHO INFANTIL MAIS COMUNS NA CAPITAL:

- Trabalhos no comércio ambulante no centro e nas praias; guardador de carro e distribuidor de panfletos nas ruas; carregador nas feiras.
- Trabalhos domésticos (jardinagem, cuidados de pessoas e faxina).
- Limpeza e lavagem de lojas e banheiros públicos.
- Trabalho de confecção de pipas em unidades fabris.
- Trabalho como auxiliar de sala em centros educacionais.
- Trabalho de garçom em restaurantes.
- Trabalho de atleta em clubes de futebol.

Fonte: MPT/SC (2018)

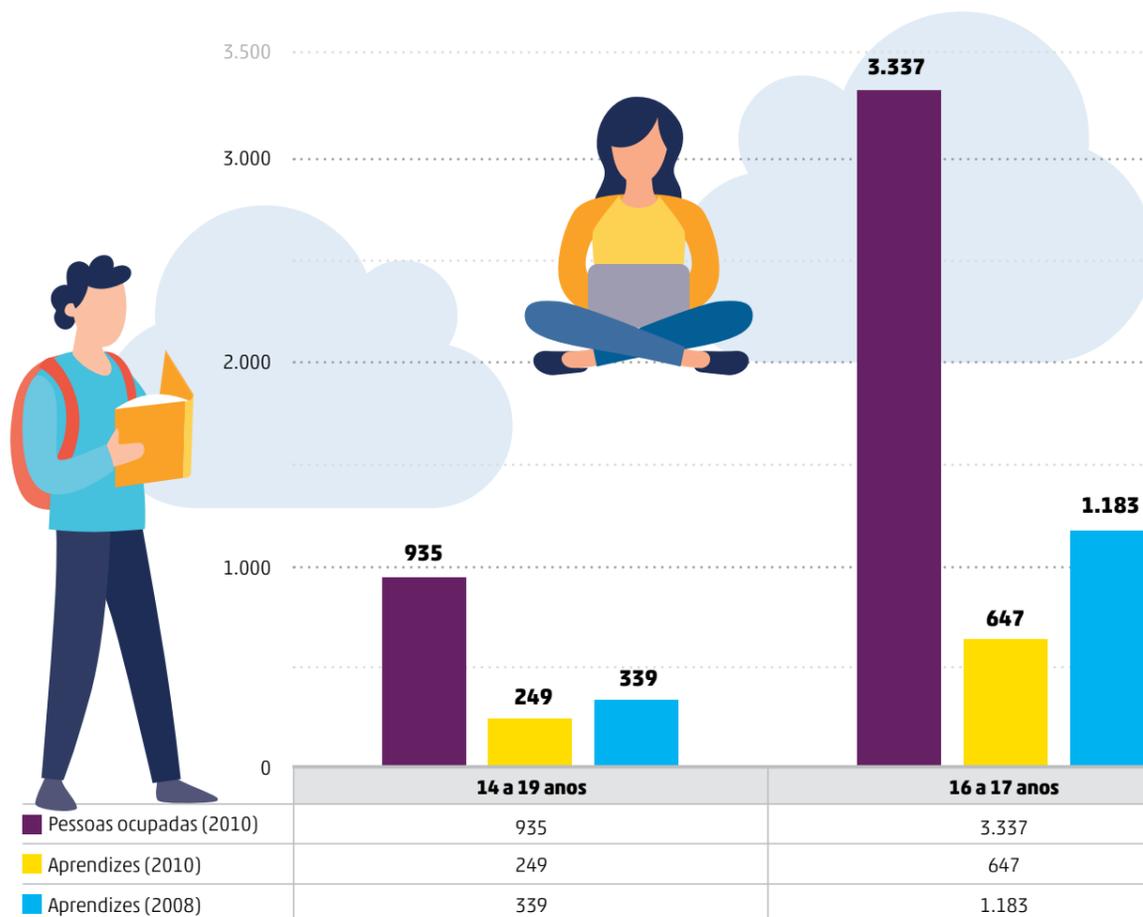
Em 2016, o IBGE modificou os parâmetros de cálculo para o que é considerado trabalho infantil quando excluiu da conta o trabalho para consumo próprio.

Conforme o último Censo (2010), **935 adolescentes entre 14 e 15 anos, e 3.337 entre 16 e 17 anos, estavam ocupados em Florianópolis no ano de 2010.** No entanto, conforme a RAIS, **apenas 249 adolescentes entre 14 e 15 anos e 647 entre 16 e 17 anos eram aprendizes naquele ano**, o que indica que a maioria dos ocupados nessa faixa etária estava em situação irregular de trabalho.

Outro dado que chama atenção é a diminuição de aprendizes, quando comparado ao ano de 2008: na faixa entre 14 e 17 anos, houve um decréscimo de 90 aprendizes contratados. Já na faixa entre 16 e 17 anos, ocorreu uma redução de 536 aprendizes registrados.

Adolescentes trabalhando

Comparação do número de adolescentes ocupados e número de aprendizes, entre 14 e 17 anos, em Florianópolis - 2010



Fonte: CENSO (2010); PETI (2015); RAIS/MTE (2010, 2018)



FOTO: DIGREGENES PANDINI

DENÚNCIAS DE TRABALHO INFANTIL

Diferentes órgãos são responsáveis por receber denúncias relacionadas ao trabalho infantil e atuam na garantia dos direitos da criança e do adolescente. No município, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma importante política pública prevista pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É executado com financiamento da União e tem como objetivo o combate e enfrentamento do trabalho infantil por meio de ações intersetoriais e encaminhamento das famílias com situações de trabalho infantil para os serviços socioassistenciais. Ele é um dos órgãos que recebe denúncias referentes ao tema.

Em Florianópolis, 66 denúncias foram registradas pela Procuradoria Regional do Trabalho e pelo Disque 100 em 2018.

Número de denúncias sobre trabalho infantil

Quantidade de denúncias de exploração do trabalho da criança e do adolescente, em Florianópolis - 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	DISQUE 100	TOTAL
58 denúncias	8 denúncias	66 denúncias

Fonte: MPT/SC (2018) ; MDH (2018)

COMO DENUNCIAR O TRABALHO INFANTIL

Denúncias relacionadas ao trabalho infantil podem ser realizadas de diferentes formas:

DISQUE-DENÚNCIA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS:
Oferecido pela Prefeitura de Florianópolis, as denúncias de trabalho infantil podem ser feitas por meio do número **0800 643 1407**. A ligação é gratuita, pode ser efetuada de aparelho fixo ou móvel e está disponível para atendimento das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira.

MPT PARDAL:
Desenvolvido em 2015, é um aplicativo de uso livre que objetiva facilitar as denúncias de violações a direitos dos trabalhadores, de forma a potencializar a atuação do Ministério Público do Trabalho. O envio da denúncia via MPT Pardal garante o sigilo do denunciante e a automática autuação de processo eletrônico de investigação no MPT.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT-SC):
Pessoalmente na Procuradoria Regional do Trabalho (Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4876, Agronômica, Florianópolis), ou pelo site <https://peticionamento.prt12.mpt.mp.br/denuncia>.

DISQUE 100:
Serviço de atendimento do governo federal sobre violação de direitos humanos. Prioriza o envio das informações ao Conselho Tutelar. A ligação é gratuita e o número está disponível 24h por dia.

APLICATIVO PROTEJA BRASIL:
Oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lançado 2013, é um aplicativo gratuito que permite realizar denúncias, localizar os órgãos de proteção nas principais capitais e se informar sobre as diferentes violações de direitos contra crianças e adolescentes. As denúncias são encaminhadas diretamente para o Disque 100.

A partir da denúncia de trabalho infantil feita por meio de algum destes canais, uma rede atua para garantir que os direitos daquela criança ou adolescente sejam garantidos. Na maioria dos canais, o denunciante pode escolher se quer se identificar ou permanecer anônimo. O ideal é que seja informado o que está acontecendo com detalhes como o local, horário e informações sobre a criança ou adolescente trabalhando irregularmente.

Estes dados são verificados e repassados aos órgãos responsáveis que atuam no município. Em Florianópolis, é a Secretaria de Assistência Social que recebe a informação, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Com a denúncia em mãos, entra em cena o serviço especializado responsável por fazer a abordagem.

Segundo a Rede Peteca, uma plataforma que visa a promoção dos direitos da criança e do adolescente e a erradicação do trabalho infantil no país a partir da comunicação, “o trabalho social deverá ser de aproximação, escuta e orientação da criança e adolescente em situação de trabalho, sozinha ou em companhia de familiares ou responsáveis”. Nesta abordagem, deve ser preenchido um documento que identifique a criança ou o adolescente, o responsável, endereço e a escola em que estuda.

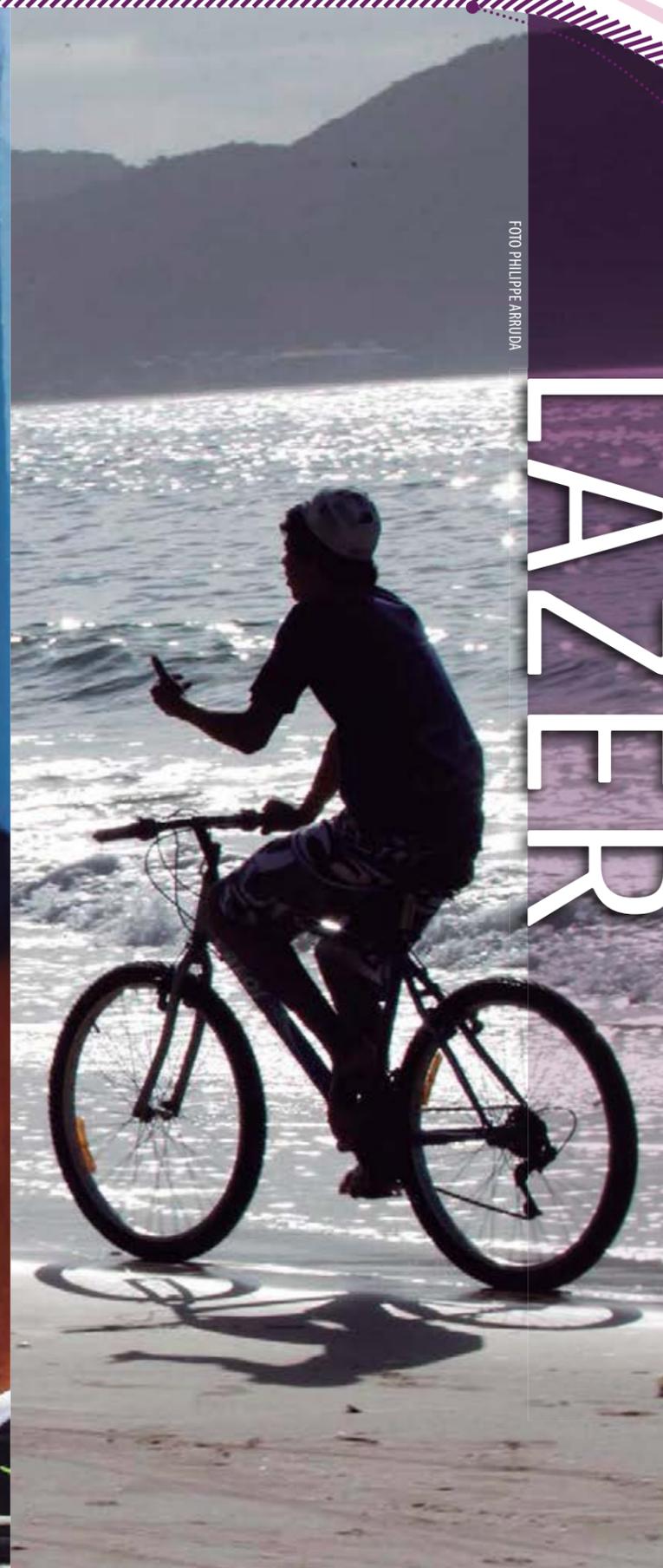
Depois os profissionais devem fazer visita domiciliar à família e o caso é encaminhado para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Lá é feito o estudo da situação familiar e inclusão no CadÚnico (cadastro único para acesso a programas sociais).

OS DE ESTES

FOTO THIAGO GHIZONI



FOTO PHILIPPE ARRUDA



LAZER

Ao serem transformadas em força de trabalho, as crianças e adolescentes deixam de ser tratadas como pessoas em condição de desenvolvimento cujas únicas atividades deveriam ser o **estudo** e o **lazer** (PARENTE, 2003).

Neste momento, devem ser oferecidas vagas em serviços de fortalecimento de vínculo no contraturno escolar.

De acordo com a Rede Peteca, “caso a situação de trabalho infantil daquela criança ou adolescente se repita, a família pode perder o acesso a programas sociais de transferência de renda. Isso porque os programas exigem das famílias participantes que mantenham os filhos matriculados e frequentando a escola”.

Outro ponto avaliado por esta rede é se o fato corresponde a exploração criminosa da mão de obra infantil, “como no uso para o tráfico de drogas, ou por parte de empresas, mesmo que familiares”. Caso esta situação seja confirmada, outros órgãos públicos são acionados.

ACIDENTES DE TRABALHO COM ADOLESCENTES

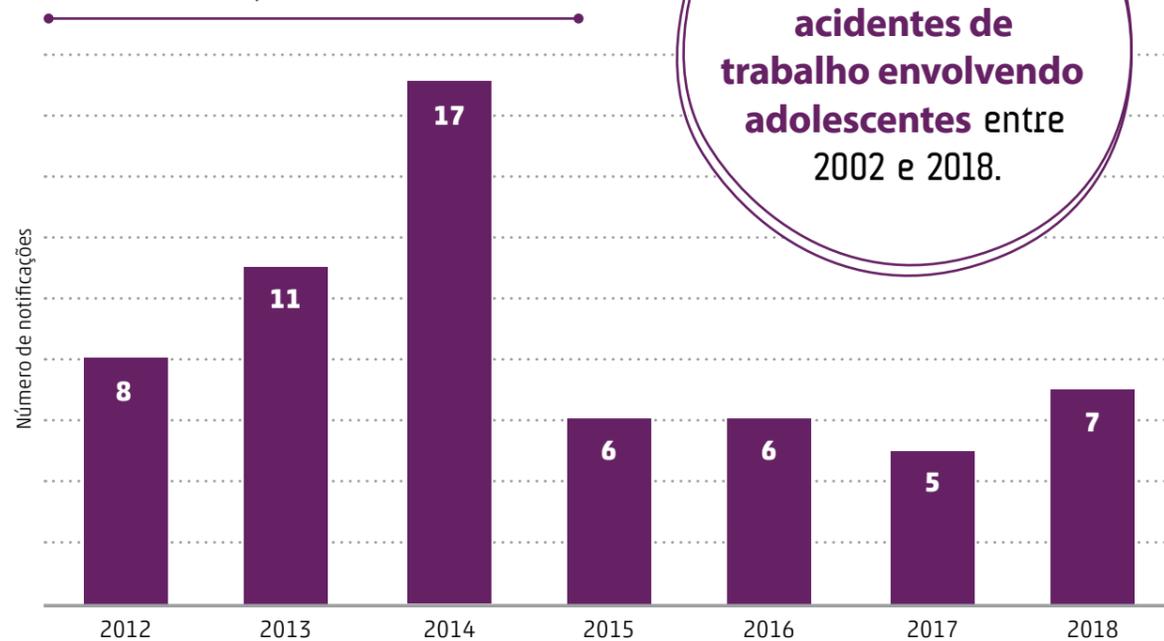
Segundo normas do Sistema Único de Saúde (SUS), o acidente de trabalho deve ser compreendido como a junção de fatores relacionados ao ambiente e as condições de trabalho, que pode causar sequelas, incapacidade temporária ou permanente, ou ser fatal. Dentro do quadro geral de acidentes de trabalho, existem os acidentes ocupacionais sofridos por adolescentes. **Sendo a adolescência o período da vida de suma importância para a qualidade de vida adulta e reconhecida a sua condição de vulnerabilidade, a ocorrência de acidente de trabalho com menores de 18 anos é reconhecida como grave e é objeto de notificação compulsória** (BRASIL, 2004).

sória (BRASIL, 2004).

A legalização da idade para iniciar no mundo do trabalho não é garantia de que os jovens terão boas oportunidades e condições favoráveis ao desenvolvimento físico e psíquico, e muito menos de que não serão explorados como mão de obra barata (CUNHA, 2018). Neste sentido, entendemos que é preciso também dar visibilidade às ocorrências laborais que prejudicam o pleno desenvolvimento dos adolescentes que trabalham formalmente em Florianópolis. Tal elucidação visa a subsidiar medidas de políticas públicas e ações que contemplem prevenção, fiscalização e alternativas ocupacionais para os adolescentes da capital.

Acidentes de trabalho

Série histórica do número de notificações de acidentes de trabalho com pessoas entre 14 e 17 anos, em Florianópolis - 2012 a 2018

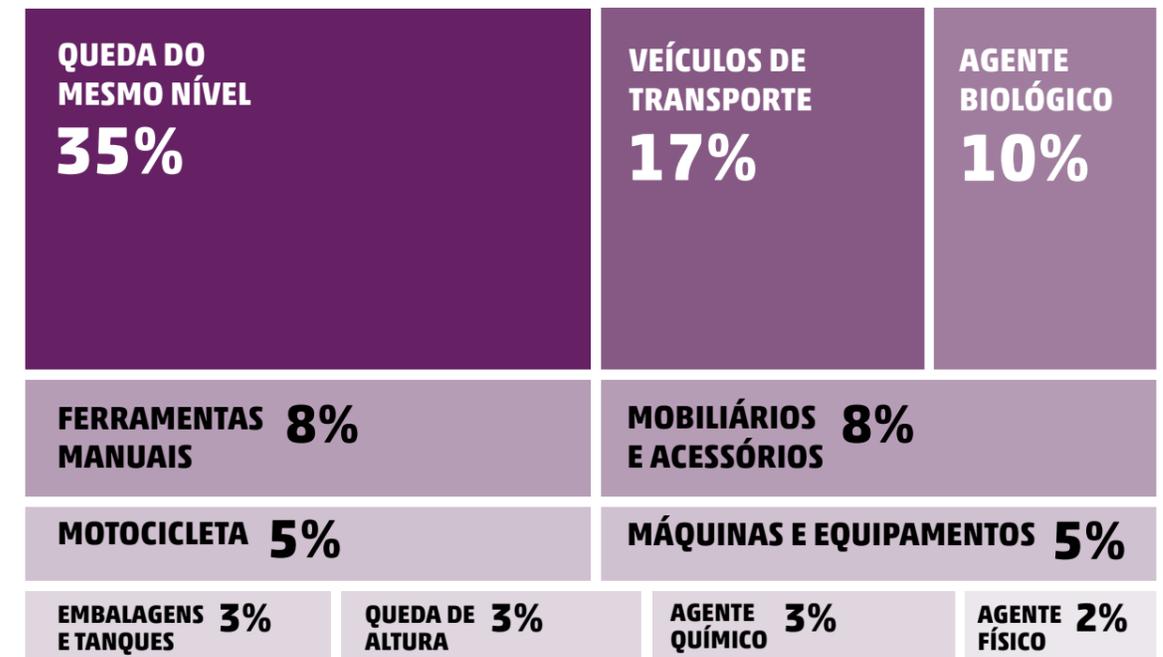


Florianópolis registrou **60** acidentes de trabalho envolvendo adolescentes entre 2002 e 2018.

Fonte: INSS/AEAT (2018), MTE/RAIS (2018), OPETI (2018)

Agentes causadores

Conheça os agentes causadores de acidentes de trabalho com vítimas adolescentes, em Florianópolis - 2012 a 2018



Fonte: INSS/AEAT (2018), MTE/RAIS (2018), OPETI (2018)

Atividades econômicas

Conheça os locais mais comuns de acidentes de trabalho com vítimas adolescentes, em Florianópolis - 2012 a 2018

Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas

22%

Comércio varejista de mercadorias de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados

20%

Comércio varejista, atacadista e outros de produtos não alimentícios

12%

Atividades de serviços diversos

10%

Atividades de associações de defesa de direitos sociais

8%

Educação infantil - creche

7%

Fabricação de produtos, artefatos, móveis ou instrumentos

7%

Hotéis e similares, condomínios prediais ou domicílios

7%

Atividades de atendimento hospitalar

5%

Construção de edifícios ou geração de energia elétrica

3%

Fonte: INSS/AEAT (2018), MTE/RAIS (2018), OPETI (2018)

54%
dos acidentes foram em restaurantes, supermercados e comércio em geral.

ADOLESCENTES E JOVENS NA INFORMALIDADE

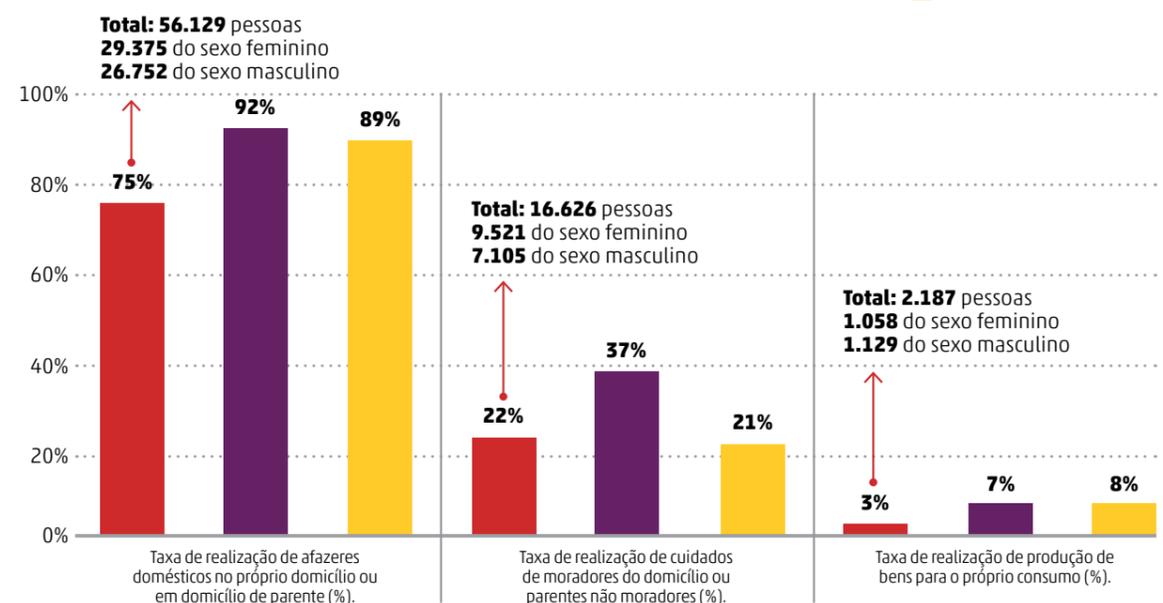
A informalidade, ao lado de trabalho infantil, manifesta-se como um dos problemas sociais mais graves para o mundo do trabalho. Ela ocorre quando o adolescente ou o jovem exerce alguma função regularmente, mas não recebe por isso, nem tem direitos assegurados. Ela está na fronteira do Sistema de Contas Nacionais da economia e causa efeitos nocivos para a sociedade. O trabalho informal dificulta o alcance do direito de todo ser humano à “dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidade” (OIT, 2019). Parte dos adolescentes e jovens que trabalha na informalidade atua na produção para o próprio consumo, no cuidado de pessoas e nos afazeres domésticos.

Em **Florianópolis, 56.129 adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos prestaram serviços de afazeres domésticos e 16.626 prestaram serviços de cuidados de pessoas em 2018, sendo maioria do sexo feminino.** Em relação à produção de bens para consumo próprio, foram 2.187 no total.

Em 2018, **75% dos adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos residentes na capital catarinense realizaram serviços domésticos e 22% realizaram serviços de cuidados.** Estes adolescentes e jovens, segundo o IBGE, não tiveram remuneração nem direitos garantidos, como carteira de trabalho assinada.

Trabalho informal

Ocupados, por faixa etária, por posição na ocupação, em Florianópolis - 2018.



Fonte: PNAD Contínua (2018)

GARANTIA DE DIREITOS

A **aprendizagem é a única exceção constitucional para o trabalho** de pessoas menores de 16 anos, e é uma das formas de combater o trabalho infantil e informal na medida em que garante um contrato de trabalho especial formal, com garantias trabalhistas e previdenciárias, qualificação profissional, frequência escolar e respeito à condição peculiar de desenvolvimento infanto-juvenil.

Para que estes direitos sejam garantidos, o estado de Santa Catarina conta com um importante espaço de discussão permanente e

Em 2018, foram realizadas 12 Assembleias Ordinárias conjuntas do FETI/SC e FOCAP em Florianópolis. Elas ocorreram de 12 de janeiro a 14 de dezembro. Em março, houve o I Congresso Catarinense de Combate ao Trabalho Infantil.

aberto em que se realizam assembleias, com ênfase na prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador: FETI/FOCAP-SC.

ARTICULAÇÃO DA SOCIEDADE

FETI/SC



Criado em 1996, o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina tem como objetivo "garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com ênfase na prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador".

FOCAP



Instituído pela portaria nº 351 do Ministério do Trabalho e Emprego em 2 de março de 2010, o Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional tem o objetivo de "promover o debate sobre a inclusão no mercado de trabalho, desenvolver, apoiar e propor ações de mobilização para o cumprimento da Lei da Aprendizagem".

Ambas formam um espaço permanente de discussão, com encontros mensais, dos temas referentes à erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador, com participação do Poder Público e da Sociedade Civil. Contam com a participação de 25 organizações da sociedade civil e do Poder Público. As reuniões ocorrem uma vez por mês na sede do Ministério Público do Trabalho em Florianópolis.



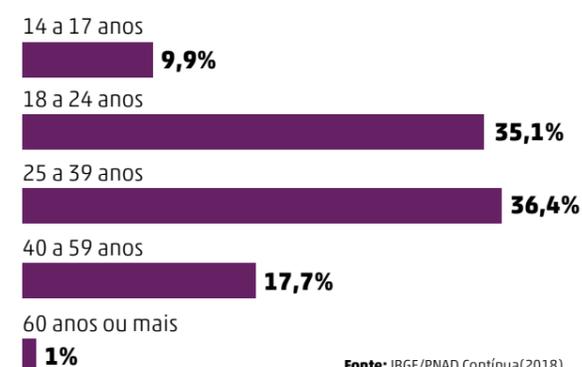
Fonte: FETI/SC (2019); FOCAP (2019)

DESEMPREGO NA JUVENTUDE

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes ao ano de 2018 revelam que **a taxa de desemprego entre a população de 18 a 24 anos é superior ao dobro da taxa geral da população brasileira. Enquanto a desocupação entre os jovens ficou em 25,2%, o percentual total foi de 11,6%.** Eram 3,946 milhões de jovens sem emprego no país. Florianópolis teve a menor taxa média de desemprego entre todas as capitais brasileiras em 2018, segundo PNAD: 6,5%.

Pessoas desocupadas

Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 4º trimestre 2018, Florianópolis



Os jovens entre 18 e 24 anos correspondiam a 35% do total de desempregados (6,5% da população) em Florianópolis no ano de 2018. É a segunda maior parcela da população fora do mercado do trabalho na cidade.

Com o argumento de estimular a criação de empregos com carteira assinada para a população entre 18 e 29 anos, o governo federal lançou em 2019 o Programa Verde Amarelo. Como forma de incentivar as empresas a contratar estes trabalhadores, o governo anunciou a retirada ou redução de algumas obrigações patronais da folha de pagamento. Os empregadores não precisarão, por exemplo, pagar a contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (de 20% sobre a folha), as alíquotas do Sistema S e do salário-educação.

Pelo programa, a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) cai de 8% para 2%, e o valor da multa poderá ser reduzido de 40% para 20%, decidida em comum acordo entre o empregado e o empregador, no momento da contratação. Todos os direitos trabalhistas garantidos na Constituição, como férias e 13º salário, estão mantidos e poderão ser adiantados mensalmente.

A medida vale para remunerações de até um salário mínimo e meio e apenas para novos postos de trabalhos, com prazo de contratação de dois anos. Ou seja, não será possível substituir um trabalhador já contratado pelo sistema convencional por outro do programa Verde Amarelo. E esta modalidade não poderá ultrapassar o limite de 20% do total de funcionários das empresas.

APRENDIZAGEM: UMA FORMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Um desafio para o jovem que se interessa ou necessita trabalhar é encontrar uma primeira oportunidade de emprego que respeite sua condição de pessoa em desenvolvimento e garanta seus direitos trabalhistas e previdenciários, sem deixar de estimular seus estudos e o desenvolvimento profissional.

O direito à profissionalização, por meio de contratos de trabalho especiais, está garantido na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Estatuto da Juventude.

No Brasil, historicamente, a aprendizagem é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **No ano de 2000 foi promulgada a Lei da Aprendizagem, que só foi regula-**

mentada em 2005.

A Lei da Aprendizagem é uma política pública que regulamenta a contratação de adolescentes e jovens como aprendizes. Ao proibir o trabalho aos menores de 16 anos, a Constituição ressalvou a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Conforme o ECA, a aprendizagem é a formação técnico-profissional do adolescente e do jovem que contempla os seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e do jovem; e horário especial para o exercício das atividades.

FOTO RICARDO WOLFFENBÜTTEL

APRENDIZ

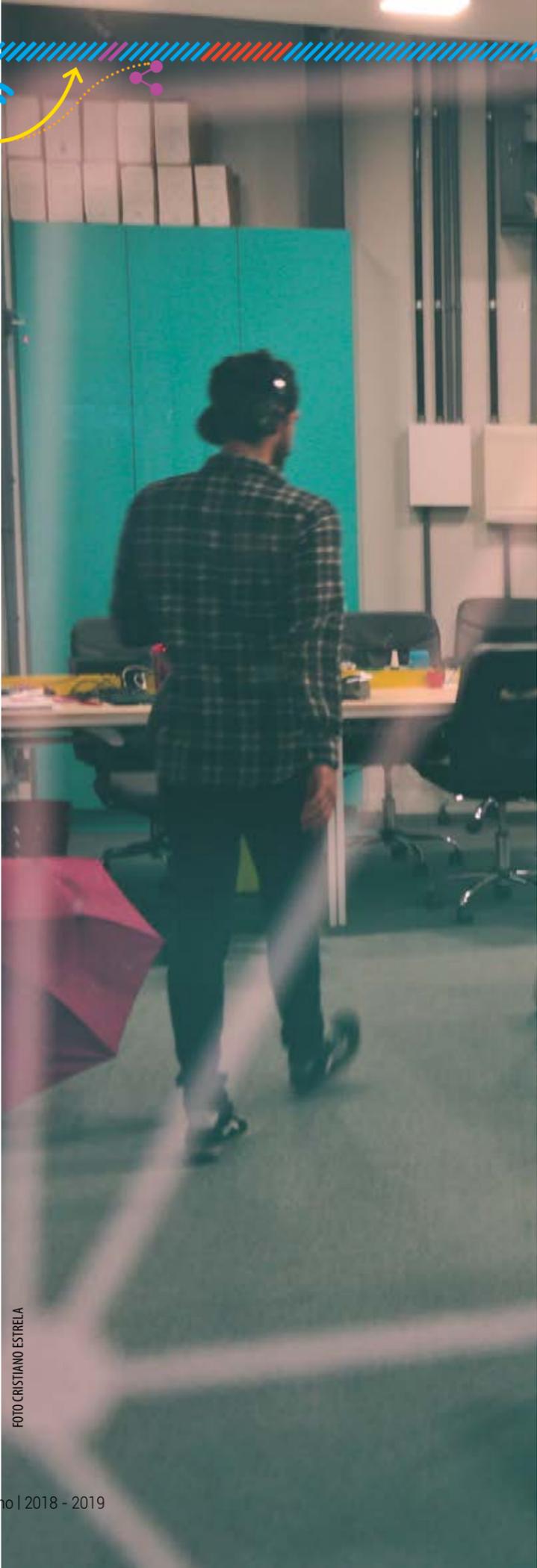
Adolescentes e jovens em qualificação profissional

O aprendiz é o adolescente e jovem com idade entre 14 e 24 anos, caso não tenha concluído o Ensino Médio, matriculado em um curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza que possuam empregados regidos pela CLT. Em relação aos aprendizes com deficiência, não se aplica o limite de 24 anos de idade para sua contratação.

DIREITOS DO JOVEM APRENDIZ

-  Carteira de Trabalho assinada
-  Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
-  Férias proporcionais ao período trabalhado
-  Recebimento do 13º salário

FOTO CRISTIANO ESTRELA



APRENDIZAGEM: UMA FORMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



A lei prevê que seja feito o contrato de aprendizagem, um acordo de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador

se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

O CONTRATO DE APRENDIZAGEM PREVÊ

- Vaga de trabalho como Jovem Aprendiz em uma organização.
- Carteira de Trabalho assinada e garantia dos direitos previdenciários.
- Matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja conclusão do Ensino Fundamental e Médio.
- Inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de organização qualificada em formação técnico-profissional metódica.

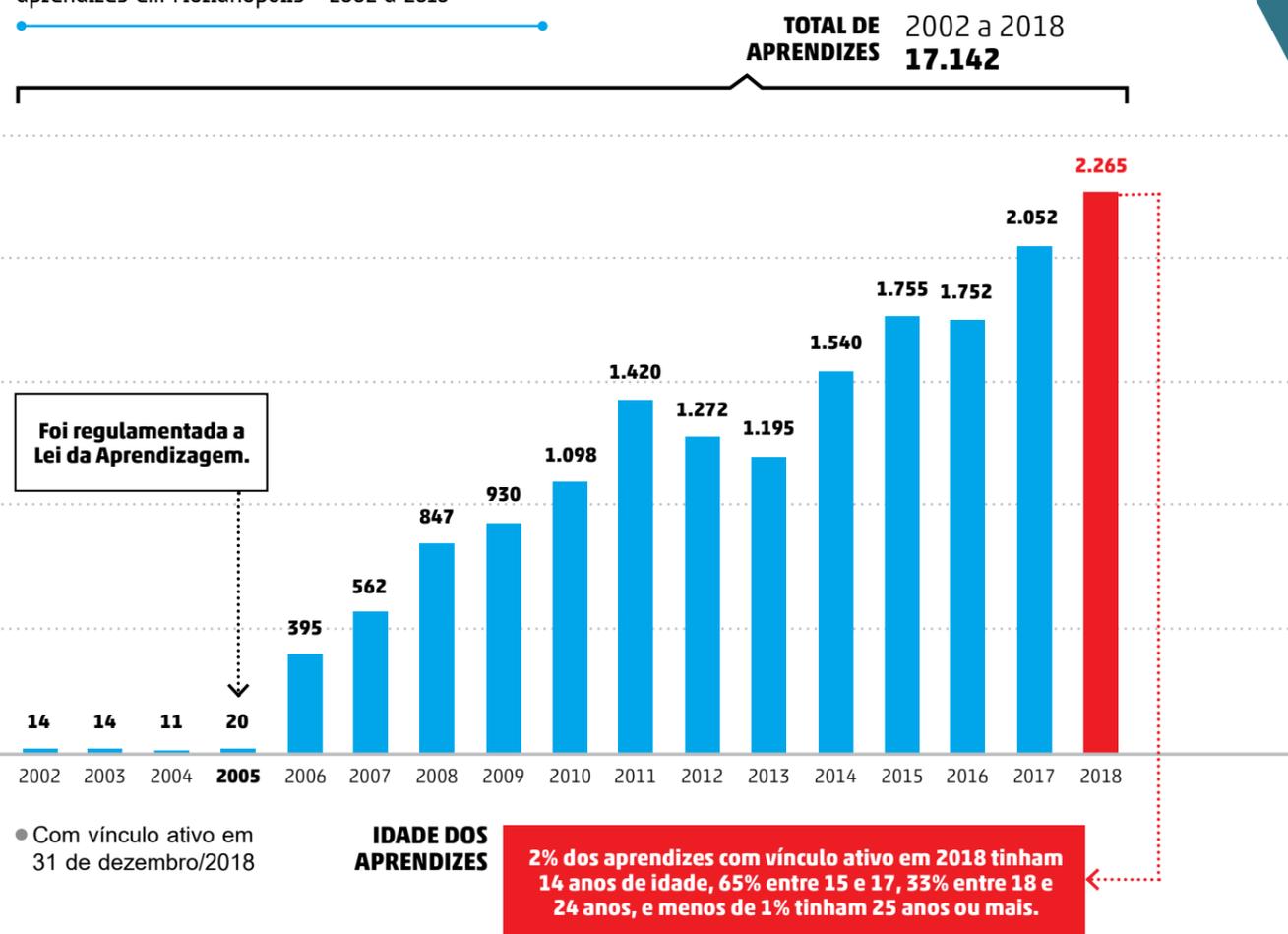
APRENDIZES CONTRATADOS

Em 2002, foram registradas as primeiras contratações de jovens aprendizes em Florianópolis. Com a regulamentação da Lei da Aprendizagem em 2005, a quantidade de aprendizes aumentou quase 20 vezes entre 2005 e 2006, com tendência de crescimento ao longo do tempo.

Entre 2002 e 2018, foram contratados 17.142 adolescentes e jovens aprendizes em Florianópolis. Nesse período, 2018 foi o ano que mais registrou contratações: foram 2.265, que correspondem a 3% das pessoas entre 14 e 24 anos residentes na capital.

Aprendizes contratados

Série histórica da contratação de jovens aprendizes em Florianópolis - 2002 a 2018



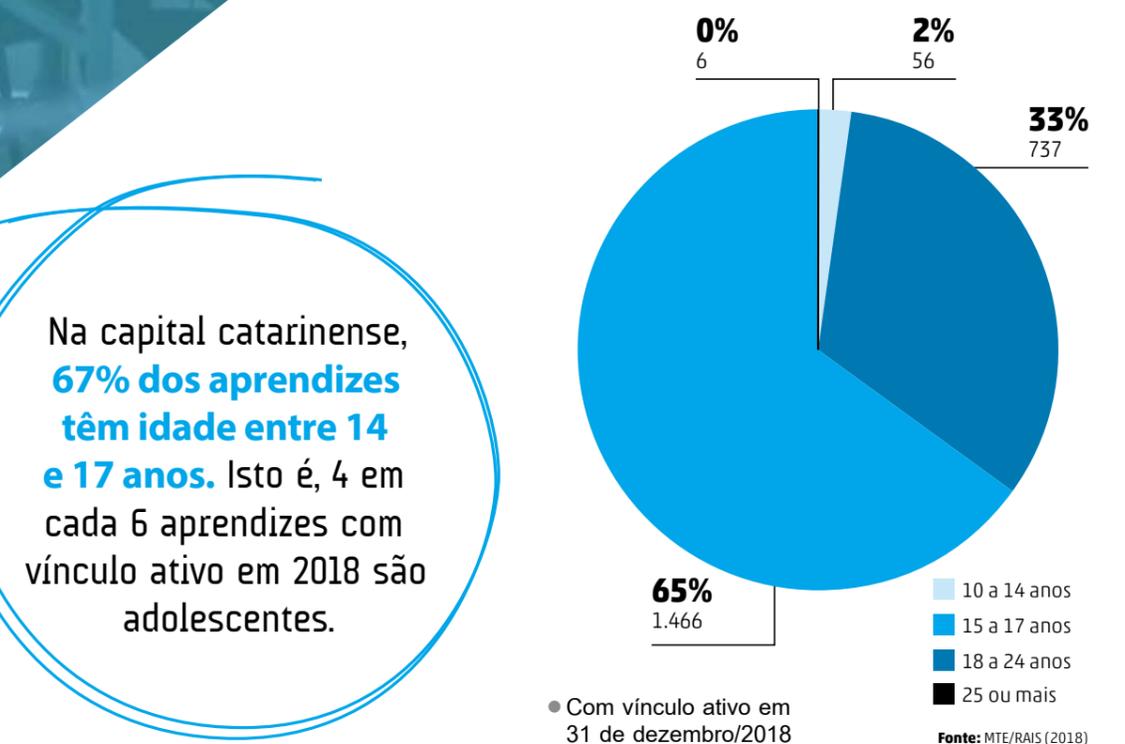
Fonte: MTE/RAIS (2018)



FOTO CRISTIANO ESTRELA

Aprendizes contratados por idade

Jovens aprendizes com vínculo ativo, por faixa etária, em Florianópolis - 2018



Na capital catarinense, 67% dos aprendizes têm idade entre 14 e 17 anos. Isto é, 4 em cada 6 aprendizes com vínculo ativo em 2018 são adolescentes.

ESCOLARIDADE

A educação é um direito de todo cidadão, fundamental para a inserção no mundo do trabalho, bem como para uma sociedade mais justa, humana e democrática; sendo o nível educacional condição essencial para ampliar as oportunidades de acesso a um trabalho de mais qualidade e mais protegido.

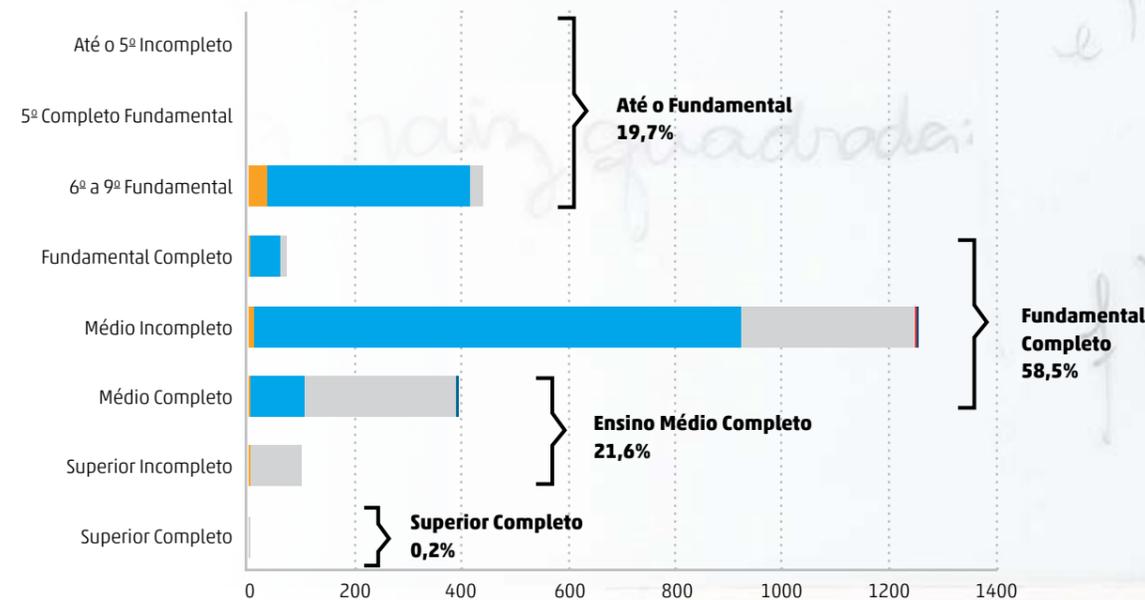
Em Florianópolis,
55% dos jovens aprendizes estavam cursando o Ensino Médio em 2018.

Dos 2.265 jovens aprendizes com vínculo ativo em 2018 em Florianópolis, aproximadamente **20% não tinham concluído o ensino fundamental, considerando a idade recomendada para essa etapa escolar, sendo 35 jovens com idades entre 10 e 14 anos, 388 entre 15 e 17 anos e 23 jovens entre 18 e 24 anos. Do total de aprendizes, 3% possuíam Ensino Fundamental completo. Em relação ao Ensino Médio, 58% dos aprendizes concluíram, sendo 4 com 14 anos, 109 entre 15 e 17 anos, 374 entre 18 e 24 anos e 3 com 25 anos ou mais.**

Aprendizes contratados por escolaridade

Jovens aprendizes com vínculo ativo, por escolaridade, em Florianópolis - 2018

Idade escolar recomendada: Ensino Médio: 14 a 17 anos. Ensino Fundamental: de 6 a 14 anos



	Superior Completo	Superior Incompleto	Médio Completo	Médio Incompleto	Fundamental Completo	6ª a 9ª Fundamental	5º Completo Fundamental	Até o 5º Incompleto
10 a 14	0	0	4	11	5	35	0	0
15 a 17	0	6	103	912	57	383	2	3
18 a 24	4	94	280	326	10	23	0	0
25 a 29	0	0	2	2	0	0	0	0
30 a 39	0	0	1	1	0	0	0	0

Fonte: MTE/RAIS (2018)

● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

2.265

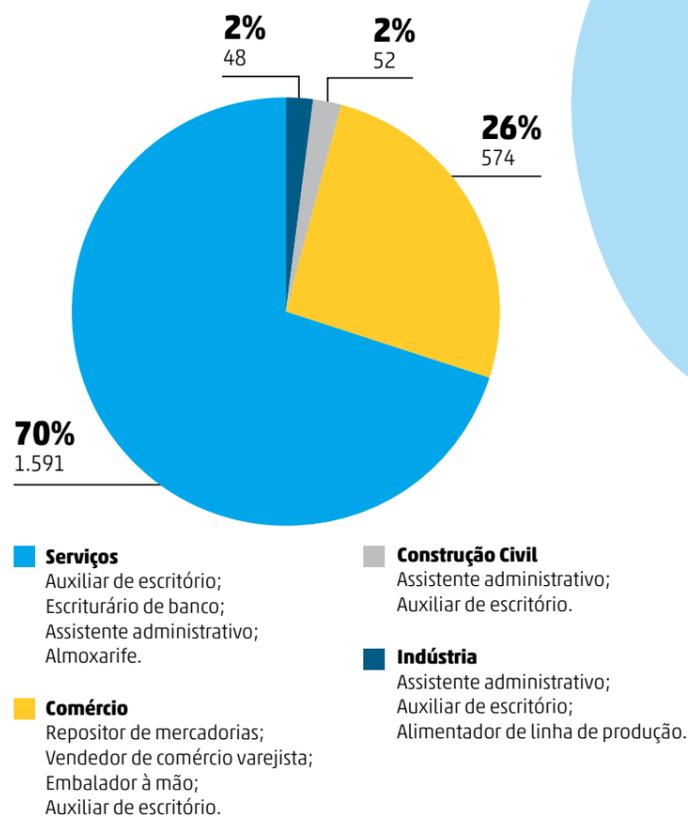
é a quantidade de jovens aprendizes com vínculo ativo em 2018 na cidade de Florianópolis

SETORES E OCUPAÇÕES

Em Florianópolis, **70% dos aprendizes com vínculo ativo em 2018 trabalharam no setor de serviços, 26% no comércio, 2% na indústria e 2% na construção civil.** Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2018, as ocupações que mais tiveram jovens aprendizes na capital estão ligadas a serviços administrativos, serviços gerais e vendedores.

Setores de trabalho

Jovens aprendizes com vínculo ativo, por setor econômico, em Florianópolis - 2018



● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

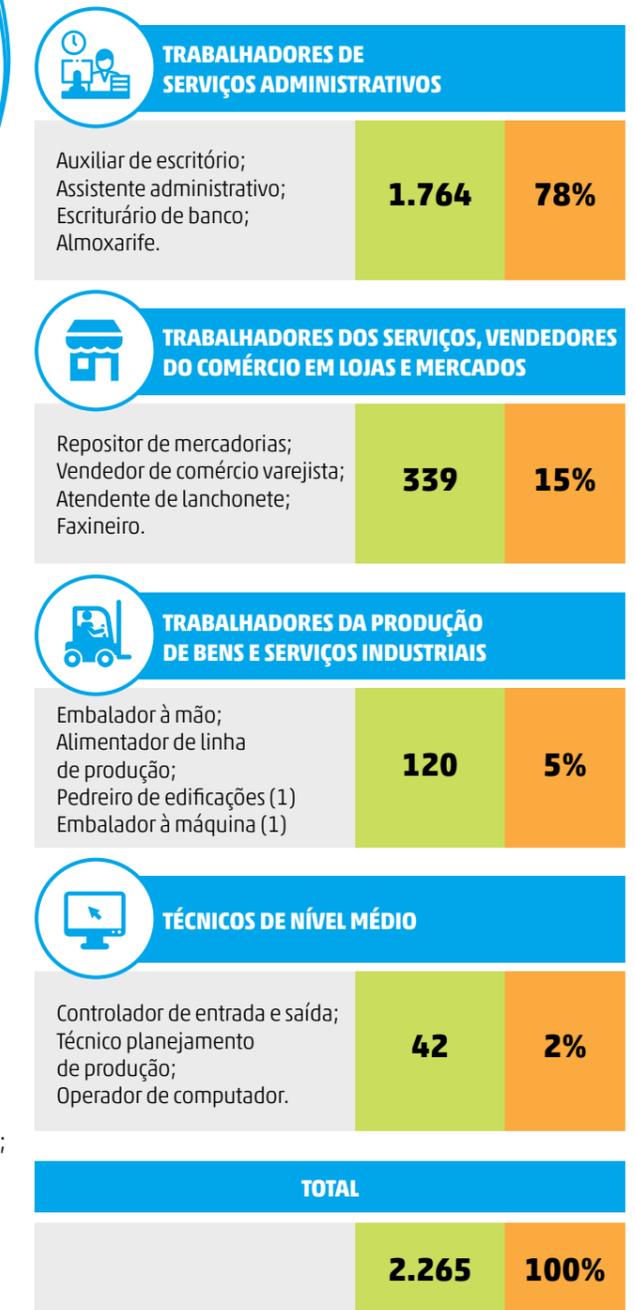
Fonte: MTE/RAIS (2018)

Considerando todos os setores de trabalho dos aprendizes com vínculo ativo em 2018 em Florianópolis, **78% realizavam serviços administrativos como auxiliar de escritório, assistente administrativo, escriturário de banco e almoxarife.**

Grupos de ocupações

Ocupações, em número de pessoas e percentual, dos aprendizes com vínculo ativo em Florianópolis, 2018

■ Ocupação* ■ Quantidade
■ Principais funções** ■ Representação do total



*CBO Grande grupo;
**CBO Ocupação.

● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

JORNADA DE TRABALHO

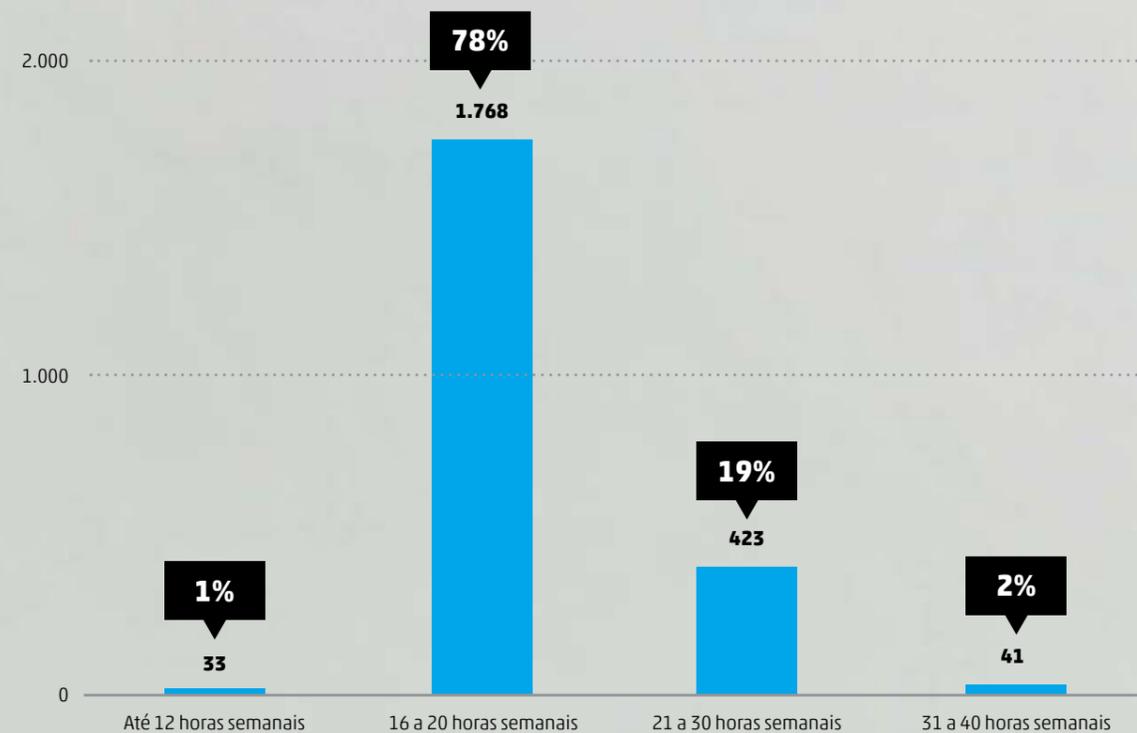
O trabalho do jovem aprendiz deve respeitar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Um dos critérios é o limite de horas para exercício de atividades teóricas e práticas. A Lei prevê que o tempo de dedicação permitido ao jovem aprendiz é de:

• **6 horas diárias**, no máximo, para os que ainda não concluíram o ensino fundamental, computadas as horas destinadas às atividades teóricas e práticas (CLT, art. 432, caput).

• **8 horas diárias**, no máximo, para os que concluíram o ensino fundamental, computadas as horas destinadas às atividades teóricas e práticas (CLT, art. 432, § 1º).

Jornada de trabalho (atividades práticas e teóricas)

Jovens aprendizes com vínculo ativo, em número de pessoas, por faixa-hora contratada, em Florianópolis - 2018



• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

Em Florianópolis, **78% dos empregos de jovem aprendiz em 2018 exigiram entre 16 e 20 horas semanais de dedicação.**

Na cidade de Florianópolis, conforme a lei estabelece, não houve casos registrados de jovens aprendizes que não concluíram o Ensino Fundamental com jornada superior a 6 horas semanais.



COMO É CALCULADO O SALÁRIO DO JOVEM APRENDIZ:

Para cálculo deve ser considerado o total de horas trabalhadas associado às aulas teóricas de qualificação, além do repouso semanal remunerado e feriados.

O limite diário de trabalho de um aprendiz é de 8 horas por dia, no caso dos jovens que já concluíram a educação básica, e de 4 a 6 horas para os jovens que ainda estudam.

SALÁRIO MENSAL DO JOVEM APRENDIZ

=

Salário-hora
x
horas trabalhadas durante a semana
x
número de semanas do mês
x
7 dias



FOTO GABRIEL LAN

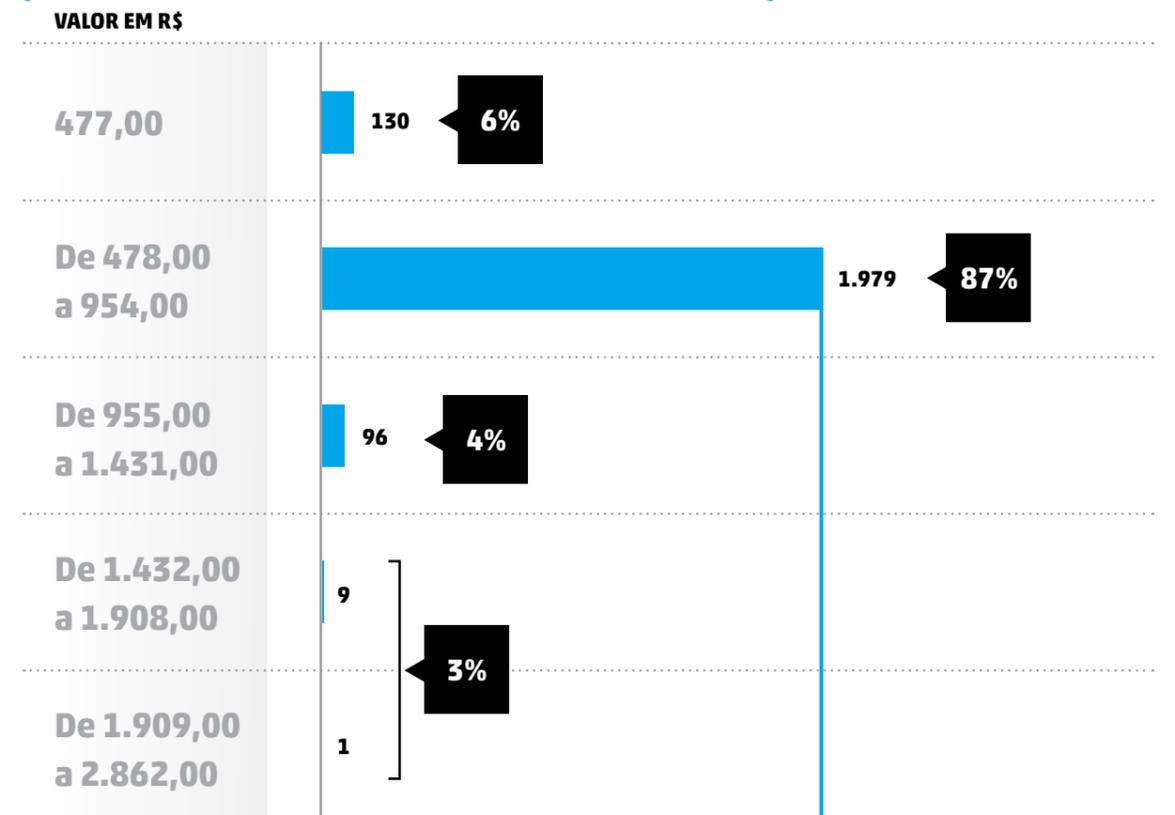
SALÁRIO

O rendimento do jovem aprendiz varia de acordo com a carga horária que ele exerce, podendo mudar a cada ano, conforme alteração do salário mínimo. **O salário mínimo nacional, fixado em lei, em 2018 era de R\$ 954, sendo o salário mínimo hora de um jovem aprendiz o equivalente a R\$ 4,34.**

Na capital, em 2018, o jovem aprendiz **recebeu em média R\$ 648,74 por mês, o equivalente a 68% do salário mínimo, sendo R\$ 7,64 por hora de trabalho.**

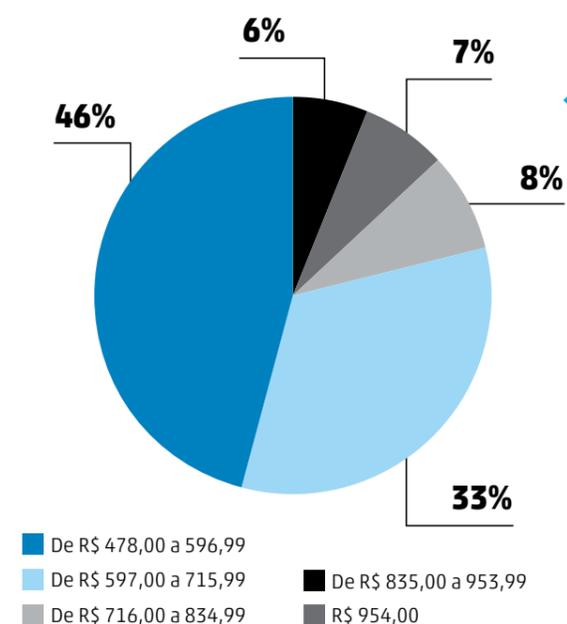
Salário médio

Jovens aprendizes com vínculo ativo, em número de pessoas, por rendimento médio anual, em salário mínimo - Florianópolis, 2018



● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)



Do total de jovens aprendizes que trabalhavam em 2018, **apenas 152 ganharam um salário mínimo integral.**

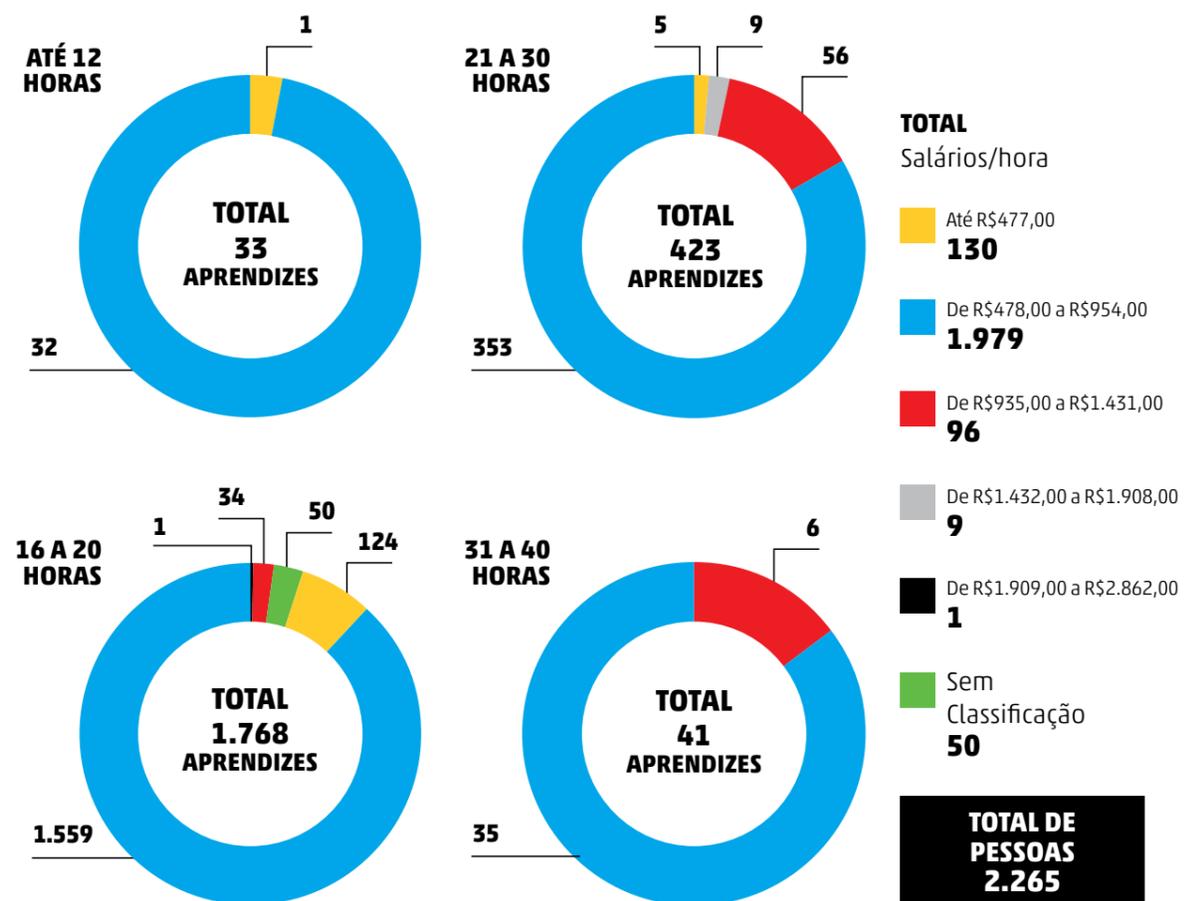
SALÁRIO E JORNADA DE TRABALHO

Em Florianópolis, **74% dos aprendizes ganharam até 1 salário mínimo com jornada de trabalho entre 16 a 20 horas semanais.** A maioria dos jovens aprendizes que ganhou acima de um salário míni-

mo trabalhou entre 21 e 40 horas semanais. Apenas 1 jovem aprendiz ganhou acima de 2 salários mínimos, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, na função de recepcionista de hotel.

Salário e jornada de trabalho

Jovens aprendizes com vínculo ativo, em número de pessoas, por rendimento médio anual, em salário mínimo, segundo faixa de hora semanal contratada, em Florianópolis-2018



● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

SALÁRIO E OCUPAÇÃO

Em Florianópolis, as ocupações mais comuns dos jovens aprendizes com remuneração acima de 1 salário mínimo estão concentradas nas áreas administrativas e bancárias. Já as ocupações com remuneração abaixo de 1 salário mínimo estão concentradas no setor de comércio e serviços gerais.



Conheça algumas ocupações* dos aprendizes com remuneração **acima de 1 salário mínimo**

- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO**
- ESCRITURÁRIO DE BANCO**
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

Ocupações **mais frequentes** com rendimentos acima de 1 salário mínimo - Florianópolis, 2018.

*Conforme Classificação Brasileira Ocupacional (CBO)

Conheça algumas ocupações* dos aprendizes com remuneração **menor que 1 salário mínimo**

- EMBALADOR A MÃO**
- VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA**
- REPOSITOR DE MERCADORIAS**

Ocupações **frequentes** com rendimentos abaixo de 1 salário mínimo - Florianópolis, 2018.

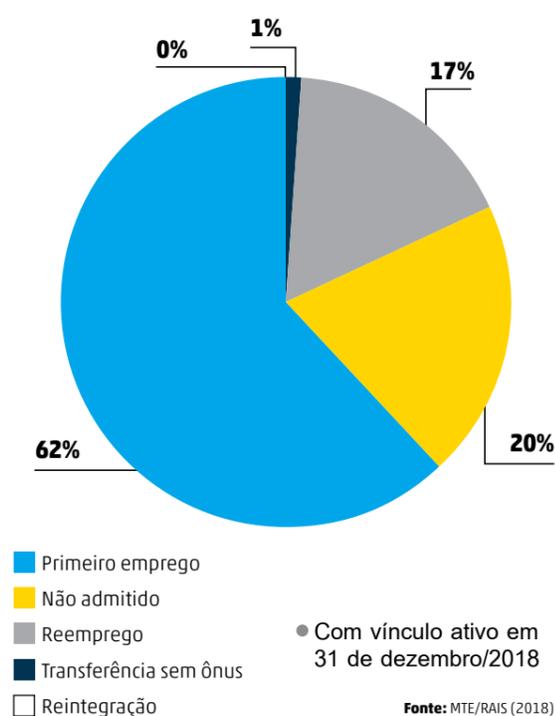
Fonte: MTE/RAIS (2018)

CONTRATOS DE APRENDIZAGEM

Dos 2.265 aprendizes com vínculo ativo em Florianópolis, **62% estavam em seu primeiro emprego em 2018, ao passo que 17% eram provenientes de reemprego, 20% eram não admitidos no ano, 1% de transferência e menos de 1% reintegração.**

Primeiro emprego

Distribuição, em percentual, da quantidade de jovens aprendizes com vínculo ativo, por tipo de admissão em Florianópolis - 2018



Dos **2.265** aprendizes com vínculo ativo em Florianópolis, **80%** tiveram o contrato encerrado antes de completar um ano de trabalho. Dentre estes, **967** que representam **43%** do total, foram dispensados antes mesmo de completar **6** meses. Isso significa que a maioria nem chegou a concluir o curso de qualificação teórica.

Tempo de emprego

Distribuição, em percentual, da quantidade de jovens aprendizes com vínculo ativo, segundo faixa de tempo do trabalhador dispensado¹, em meses do ano, em Florianópolis - 2018

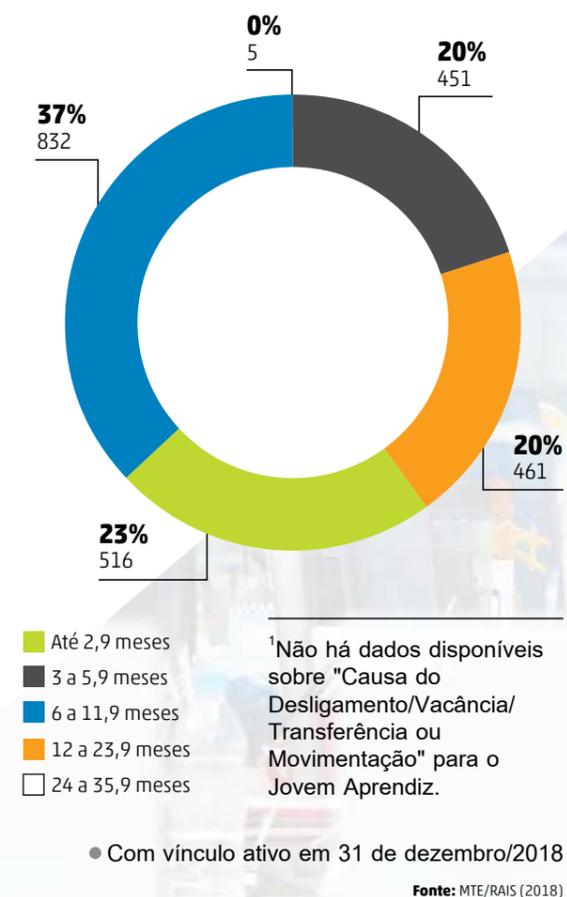


FOTO CRISTIANO ESTRELA

GÊNERO

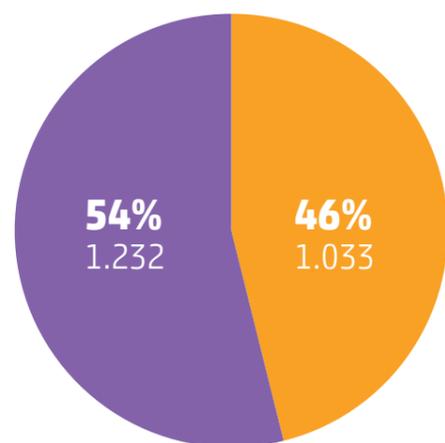
Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude (EJ), o adolescente e o jovem têm direito à profissionalização e à proteção no trabalho, sem discriminação de nascimento, situação familiar, bem como de idade ou sexo. De acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, o Brasil se com-

prometeu, até 2030, a “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Em Florianópolis, jovens aprendizes do sexo feminino foram maioria no mundo do trabalho em 2018: **54% das vagas foram ocupadas por jovens do sexo feminino, enquanto 46% por jovens do sexo masculino.**

Quantidade de jovens aprendizes por sexo

Jovens aprendizes com vínculo ativo, por sexo, em Florianópolis - 2018



SALÁRIO DOS JOVENS APRENDIZES POR SEXO

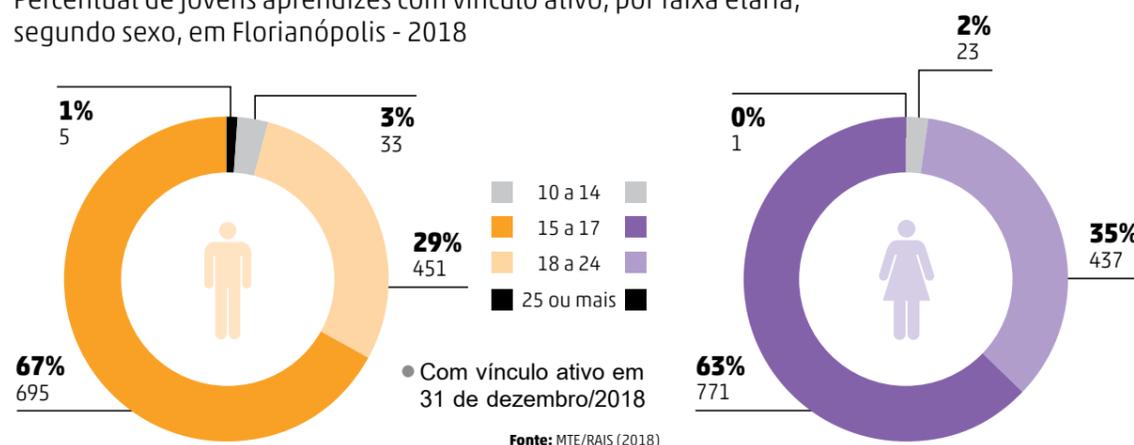
Remuneração média nominal de jovens aprendizes com vínculo ativo, por sexo, em Florianópolis - 2018

 **Feminino**
R\$646,07

 **Masculino**
R\$635,86

QUANTIDADE DE JOVENS APRENDIZES POR FAIXA ETÁRIA

Percentual de jovens aprendizes com vínculo ativo, por faixa etária, segundo sexo, em Florianópolis - 2018



Na capital catarinense, a **remuneração média dos aprendizes com vínculo ativo em 2018, em termos nominais, foi de R\$ 646 para o sexo feminino e R\$ 635 para o sexo masculino, no período de análise.** Se comparado aos outros vínculos CLT, para todas as faixas etárias, fica evidente que a iniquidade entre homens e mulheres vai aumentando ao longo da carreira. Conforme verá nas próximas seções, quanto maior a faixa de remuneração, menor a participação das mulheres.

Em 2018, as ocupações mais comuns dos **jovens aprendizes do sexo masculino foram auxiliar de escritório, assistente administrativo e repositor de mercadorias**; ao passo que, do **sexo feminino, foram auxiliar de escritório, assistente administrativo e escriturário de banco.** (MTE, 2018)

Ocupação dos jovens aprendizes

Ranking das ocupações dos jovens aprendizes conforme o sexo, com vínculo ativo, por faixa etária, em Florianópolis - 2018

SEXO MASCULINO

OCUPAÇÃO	APRENDIZES CONTRATADOS	REPRESENTAÇÃO DO TOTAL (%)
Auxiliar de escritório, em geral	490	47,4%
Assistente administrativo	123	11,9%
Repositor de mercadorias	113	10,9%
Escriturário de banco	96	9,3%
Embalador, à mão	60	5,8%
Vendedor de comércio varejista	46	4,5%
Almoxarife	36	3,5%
Alimentador de linha de produção	10	1%
Atendente de lanchonete	8	0,8%
Controlador de entrada e saída	6	0,6%
Operador de computador	5	0,5%
Outros	40	3,9%

SEXO FEMININO

OCUPAÇÃO	APRENDIZES CONTRATADOS	REPRESENTAÇÃO DO TOTAL (%)
Auxiliar de escritório, em geral	655	53,2%
Assistente administrativo	162	13,1%
Escriturário de banco	152	12,3%
Repositor de mercadorias	82	6,7%
Vendedor de comércio varejista	62	5,0%
Embalador, à mão	44	3,6%
Almoxarife	12	1%
Atendente de lanchonete	12	1%
Recepcionista, em geral	9	0,7%
Técnico de planejamento de produção	6	0,5%
Faxineiro	5	0,4%
Outros	31	2,5%

RANKING DAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES



1º Auxiliar de escritório, em geral



2º Assistente administrativo



3º Repositor de mercadorias



1º Auxiliar de escritório, em geral



2º Assistente administrativo



3º Escriturário de banco

• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)



APRENDIZES POR COR/RAÇA

De acordo com o ODS 10, o Brasil se comprometeu até 2030 a "Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles", sendo uma das metas: empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, raça ou outro.

Analisando os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, atual Ministério da Economia (ME), a partir da RAIS/CAGED, não há desagregação por cor/raça.



NÚMEROS NEGLIGENCIADOS:

Entendemos que a ausência de dados para este grupo esconde a realidade da cidade e impede a transformação social, tornando-se um grande entrave à formulação de políticas públicas e de ações que visem a justiça social.

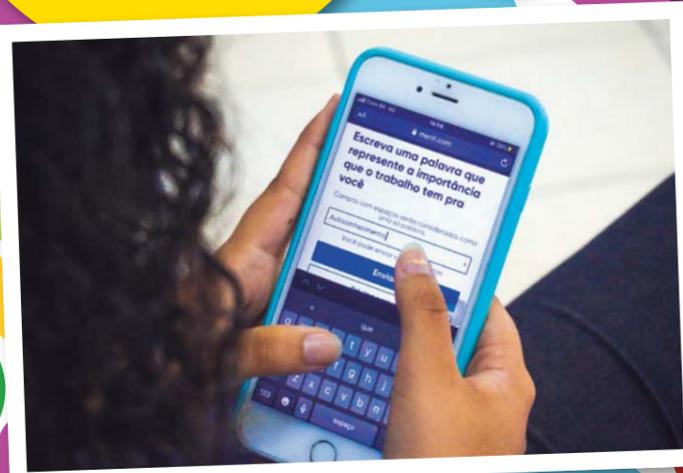
OFICINA SINAIS VITAIS: Depoimentos de Jovens Aprendizes sobre o mundo do trabalho

No dia 24 de janeiro de 2020, promovemos uma oficina com 17 adolescentes - oito meninas e nove meninos estiveram presentes durante três horas de conversa. O encontro foi realizado na Irmandade do Divino Espírito Santos (IDES).

FOTOS ICOM



Veja alguns dos principais diálogos e as impressões dos adolescentes sobre as suas experiências em relação à aprendizagem profissional:



O que motivou você a buscar um trabalho como jovem aprendiz?

"Desde criança eu queria me sentir mais independente. Não gostava de ser criança e queria ser adulta e pagar conta. Aí sempre procurei".

"Desde os 14 queria muito um emprego porque não gosto de ficar em casa. Queria uma renda".

Como seria a organização ideal para trabalhar como aprendiz? O que as organizações poderiam fazer para que vocês se sentissem bem no ambiente de trabalho?

"Na minha empresa, me vêem como o 'menor aprendiz'. Nem sabem o meu nome, me chamam de 'aprendiz'."

"O espaço que eles vão me dar lá dentro vai ser a experiência que eu vou ter, e eu sinto que eles não se sentem nem responsáveis, porque eu vou sair de lá sem experiência nenhuma, eu vou estar com uma experiência escrita no meu currículo que na verdade não existiu. Então, se vierem me perguntar que experiência eu tenho, vou ter que responder 'nenhuma', e isso desanima muito, muito mesmo. Eu acho que sou capaz de muito mais do que pegar um cafezinho, e talvez eles não tenham consciência de como isso

atinge a gente, ainda mais sendo o primeiro emprego."

"Eu trabalho em um setor e eu fui meio que emprestada para outro, aí quando eu cheguei lá me deram uma tarefa que não era de jovem aprendiz, era uma tarefa de colaborador. Aí eu cheguei para o meu chefe e falei assim: 'olha, eu sei dos meus direitos, fiz o curso pra estar aqui, eu não caí do céu, eu sei que eu não posso estar fazendo isso'. Aí ele pediu desculpas e disse que foi um equívoco."

"Comigo é assim: eles me dão uma tarefa pra eu fazer o dia todo, é todo dia a mesma coisa, repetitivo."

APOIO



Um dos dados que chama atenção é de que 80% dos jovens aprendizes têm o contrato encerrado antes de completar um ano. Por que vocês acham que isso acontece?

"Acho que é porque a gente tem uma idade que tem escola, Enem, tem isso e tem aquilo, e acho que não bate muito com a rotina. E na empresa não vai ter futuro pra mim, eu sei disso, então eu prefiro muito mais me dedicar à minha escola, meus estudos, minha faculdade, que eu sei que vai ter futuro, vai ter algo em troca. Acho que é por isso. As pessoas acabam desistindo pra poder pensar no futuro."

"Ou para procurar alguma coisa que vai dar um futuro. Acho que todo jovem aprendiz gosta de ser reconhecido pelo que ele fez, entendeu?"

QUALIFICADORAS

Preparação de adolescentes e jovens para o mundo do trabalho

Em Florianópolis há **18 organizações habilitadas para atuar como qualificadoras** e oferecer formação técnico-profissional ao jovem aprendiz, sendo que 10 delas são Organizações da Sociedade Civil.

As organizações que oferecem o curso de aprendizagem, requisito para a contratação do jovem aprendiz, são as chamadas qualificadoras. **Elas são responsáveis pela formação técnico-profissional e pelo desenvolvimento do conteúdo pedagógico dos programas de aprendizagem, em convênio firmado com as organizações que contratam jovens aprendizes.**

A Lei da Aprendizagem (10.097/2000) prevê que este serviço deve ser prestado, primordialmente, pelas instituições que integram os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e, de modo suplementar, pelas escolas técnicas de educação e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

No entanto, os dados de Florianópolis revelam que, na cidade, este serviço é prestado prioritariamente pelas OSCs, o que confirma a importância da atuação delas na qualificação profissional e inserção dos adolescentes e jovens no mundo do trabalho.

QUALIFICADORAS EM FLORIANÓPOLIS

Organizações qualificadoras do Programa Jovem Aprendiz cadastradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego em Florianópolis - 2018

OSCs

- ▶ **Associação de Ensino Social Profissionalizante (ESPRO):** Fundada em 1979, atua na capacitação profissional para inclusão de jovens no mundo do trabalho. Em 2004, passou a oferecer programas de aprendizagem, apoiado por suas filiais. Com sede em São Paulo, tem um polo ativo em Florianópolis.
- ▶ **Associação Du Projetus (PROSAS):** Sem fins lucrativos, fundada em 2009 na Grande Florianópolis, tem como missão o atendimento prioritário de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2013, foi credenciada pelo Programa Federal de Aprendizagem Profissional.
- ▶ **Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA):** Atua há mais de 20 anos na Grande Florianópolis prestando serviços sociais em comunidades. Desde 2008 oferece aprendizagem profissional, além dos serviços de fortalecimento de vínculos e acolhimento.
- ▶ **Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE):** Fundada em 1993, tem objetivos de natureza socioassistenciais, cujos serviços e ações são de forma continuada e planejada. Desde 2004 oferta programas de aprendizagem, visando a formação integral e a inserção ao mundo do trabalho.
- ▶ **Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS):** Criada em 1977, atua na área social e comunitária, oferecendo capacitação profissional e inclusão social. Desde 2007 oferece programas de aprendizagem com apoio de uma equipe multiprofissional.
- ▶ **Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul (FAEPESUL*):** Organização instituída em 1999 pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que atua na formação técnico-profissional. O programa de aprendizagem em Florianópolis iniciou em 2019.
- ▶ **Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET):** Fundada em São Paulo há 48 anos, a organização, que possui unidade em Florianópolis, tem por objetivo preparar adolescentes e jovens para o mundo do trabalho. Passou a ofertar Programa de Aprendizagem em 2008.
- ▶ **Instituto Educacional Aprender e Desenvolver (IEAD*):** Associação civil de assistência social com fins educacionais, sem fins lucrativos, tem como princípio a formação continuada de jovens e adultos direcionados para o mercado de trabalho.
- ▶ **Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES):** Fundada em 1773 em Florianópolis, desenvolve projetos socioeducativos focados em crianças, adolescentes e jovens. Desde 1999 oferece cursos de aprendizagem profissional.
- ▶ **Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI):** Iniciou atividades em Goiânia (GO) no ano de 1992, executando projetos sociais e de qualificação profissional. Tem unidade em Florianópolis que desenvolve Programas de Aprendizagem desde 2013.

Sistema S

- ▶ **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC):** Fundado em 1946, iniciou suas atividades no Estado em 1947. Desde então oferta educação profissional voltada para o comércio de bens, serviços e turismo.
- ▶ **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP*):** Foi criado em 1998 pelo Sistema S para acompanhar as cooperativas locais e oferecer soluções para a sustentabilidade do negócio. Não oferta diretamente Programas de Aprendizagem, embora seja cadastrada pelo MTE como qualificadora.
- ▶ **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI):** Criado em 1942, instalou-se no Estado em 1954. Seu objetivo é estimular a inovação industrial por meio da educação, consultoria, pesquisa aplicada e serviços técnicos e tecnológicos. Em Florianópolis, oferta programa de aprendizagem desde 2007.
- ▶ **Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT*):** Criado em 1993, instalou-se em Florianópolis em 1998. Presta serviço de atendimento social e de formação profissional. Na capital catarinense, oferta programa de aprendizagem desde 2005.

Escolas técnicas

- ▶ **Centro Educacional Nossa Cidade Ltda Santa Catarina (ASSESC*):** Conhecida como Estácio Santa Catarina, a instituição foi credenciada em 1999. Atualmente oferta cursos de graduação e de tecnologia. Não oferta curso de aprendizagem em Florianópolis, embora cadastrada no MTE.
- ▶ **Centro de Ensino Tecnológico (CETEF):** Conhecida como Escola Técnica Geração, atua no ensino técnico e de formação profissional desde 2000. Desde 2017, oferta Programas de Aprendizagem.
- ▶ **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC*):** É uma instituição pública federal de ensino e atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica. Embora cadastrada, o Programa de Aprendizagem foi iniciado em 2017 apenas em Canoinhas e Lages, não em Florianópolis.
- ▶ **Instituto Fisiomar Florianópolis*:** Fundada em dezembro de 1986, oferece formação técnica profissional. Não oferece curso de aprendizagem em Florianópolis, embora cadastrada no MTE.

*Organizações que declararam não ter realizado programas de aprendizagem no ano de 2018 na capital.

Fonte: MTE (2018) e pesquisa primária

LOCALIZAÇÃO DAS QUALIFICADORAS EM FLORIANÓPOLIS

- Continente
- Centro
- Norte
- Sul
- Leste

1. Centro
2. Estreito
3. Coqueiros
4. Capoeiras
5. Balneário
6. Canto
7. Jardim Atlântico
8. Coloninha
9. Monte Cristo
10. Abraão
11. Bom Abrigo
12. Itaguaçu
13. José Mendes
14. Saco dos Limões
15. Agrônômica
16. Trindade
17. Santa Mônica
18. Pantanal
19. Córrego Grande
20. Costeira do Pirajubaé
21. Itacorubi
22. Monte Verde
23. João Paulo
24. Lagoa da Conceição
25. Costa da Lagoa
26. Barra da Lagoa
27. Saco Grande
28. Cacupé
29. Santo Antônio de Lisboa
30. Sambaqui
31. Ratores
32. Jurerê Internacional
33. Daniela
34. Praia do forte
35. Jurerê
36. Canasvieiras
37. Vargem Pequena
38. Vargem Grande
39. Vargem do Bom Jesus
40. Cachoeira do Bom Jesus
41. Ponta das Canas
42. Praia Brava
43. Ingleses do Rio Vermelho
44. São João do Rio Vermelho
45. Rio Tavares
46. Campeche
47. Carianos
48. Tapera
49. Ribeirão da Ilha
50. Morro das Pedras
51. Armação e Pântano do sul
52. Pântano do Sul

SENAI (Saco Grande)

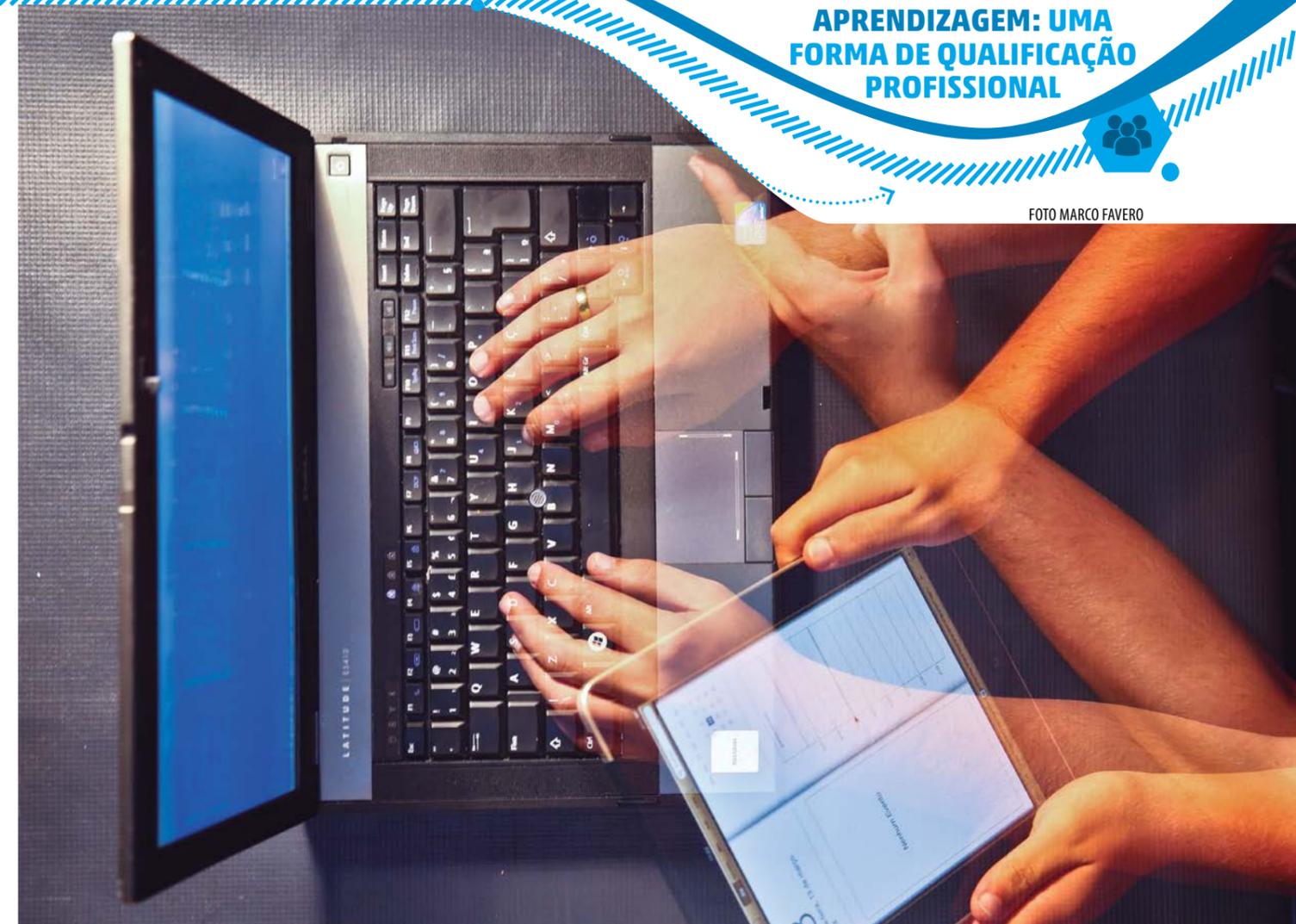
CCEA (Balneário)

ISBET (Estreito)

SENAT (Jardim Atlântico)

FUCAS (Capoeiras)
SESCOOP (Capoeiras)

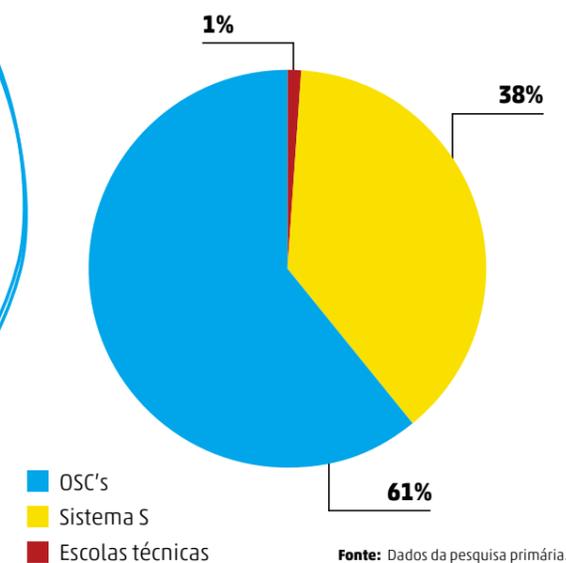
ESPRO (Centro)
PROSAS (Centro)
CIEE (Centro)
IEAD (Centro)
IDES (Centro)
RENAPSI (Centro)
SENAC (Centro)
IFSC (Centro)
Geração/CETEF (Centro)



Em Florianópolis, as OSCs qualificadoras foram responsáveis por **61%** dos atendimentos de adolescentes e jovens em programas de aprendizagem em 2018. O Sistema S atendeu 38% da demanda, e as escolas técnicas responderam por 1%.

Organizações qualificadoras

Organizações qualificadoras que ofertam programas de aprendizagem em Florianópolis - 2018



Fonte: Dados da pesquisa primária.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O papel das OSCs na qualificação profissional

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), podem oferecer qualificação para o jovem aprendiz.

Todas as organizações que desejam ofertar educação profissional e assis-

tência ao adolescente precisam fazer este cadastro, incluindo seus cursos para validação e análise na Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). O Cadastro Nacional de Aprendizagem é o banco de dados que concentra informações sobre as organizações de formação e dos cursos de aprendizagem que as mesmas oferecem.

Condição das organizações qualificadoras

Condição das organizações qualificadoras, segundo caráter jurídico, em Florianópolis - 2018

Organizações qualificadoras	Caráter jurídico	Condição
CCEA	Sem fins lucrativos	● Ativa
CIEE	Sem fins lucrativos	● Ativa
ESPRO	Sem fins lucrativos	● Ativa*
FUCAS	Sem fins lucrativos	● Ativa
IDES	Sem fins lucrativos	● Ativa
IEAD	Sem fins lucrativos	● Inativa
ISBET	Sem fins lucrativos	● Ativa**
PROSAS	Sem fins lucrativos	● Ativa
RENAPSI	Sem fins lucrativos	● Ativa
FAEPESUL	Sem fins lucrativos	● Inativa***

*Sem inscrição no CMDCA em 2018.

** Com inscrição no CMDCA em 2018, mas encerrou as atividades em Florianópolis em dezembro de 2019.

*** Sem inscrição no CMDCA até 2019, mas iniciou as atividades em Florianópolis em 2019.

Fonte: DMTE (2018), SEMAS (2019)

Das **10 OSCs** cadastradas no antigo Ministério do Trabalho e Emprego, atual Ministério da Economia, qualificadas a ofertar programas de aprendizagem em Florianópolis, **8 estavam ativas e ofertaram cursos em 2018. E, das 4 escolas técnicas qualificadas, apenas 1 estava ativa.**

Fonte: Dados de pesquisa primária

As OSCs que oferecem qualificação profissional para adolescentes e jovens devem cumprir pré-requisitos básicos previstos no art. 91, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). São eles: oferecer instalações físicas em condições adequadas; apresentar plano de trabalho de acordo com os princípios do Estatuto; estar regularmente constituída para ministrar a aprendizagem; ter em seus quadros pessoas idôneas com reconhecida habilidade profissional para tratar de assuntos relacionados.

Conforme o Instituto Educacional Aprender e Desenvolver (IEAD), a inatividade na oferta de Programas de Aprendizagem é primordialmente motivada pela **falta de organizações cadastradas que demandem aprendizes.**

Fonte: Dados de pesquisa primária

CURSOS OFERTADOS PELAS OSCs

A Lei de Aprendizagem estabelece que o curso do programa de aprendizagem deve ser desenvolvido pela organização formadora distribuindo-se as horas no decorrer de todo o período do contrato de forma a garantir a alternância e a complexidade progressiva das atividades práticas a ser vivenciadas no ambiente da organização empregadora.



Conheça alguns dos cursos ofertados pelas OSCs em Florianópolis em 2018:

Aprendiz em assistente administrativo	Aprendiz em auxiliar de escritório	Arco ocupacional administração*	Aprendiz de logística
Aprendiz de comércio	Aprendiz de almoxarife	Aprendiz repositor de mercadorias	Aprendiz alimentador de linha de produção
Aprendiz em embalador à mão	Aprendiz serviços bancários	Aprendiz atendente de lanchonete	Aprendiz atendente de farmácia
Aprendiz em recepção	Aprendiz em telesserviços	Aprendiz em operador de computador	Aprendiz em tecnologia da informação

* Arco ocupacional administração é o agrupamento de ocupações relacionadas que possuem base técnica próxima e características complementares ao serviço administrativo.

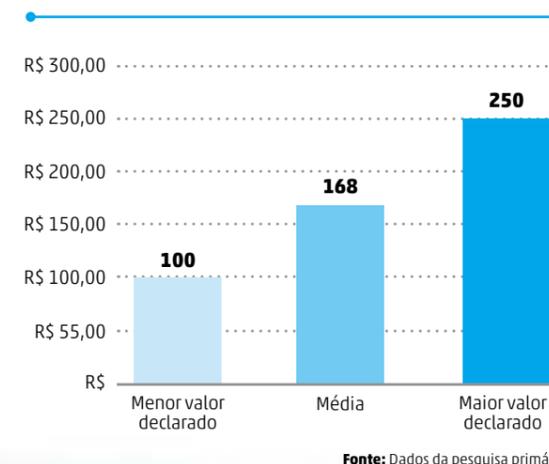
Fonte: Dados da pesquisa primária

TAXA ADMINISTRATIVA

A taxa administrativa é um valor pago mensalmente pelas organizações empregadoras às organizações qualificadoras até o término do contrato do aprendiz para que as mesmas forneçam o curso de aprendizagem. A taxa administrativa mensal cobrada pelas organizações às empresas varia entre R\$ 100 e R\$ 250 em Florianópolis.

Taxa administrativa das OSCs

Taxa administrativa para inserção do adolescente ou do jovem no Programa de Aprendizagem em Florianópolis - 2018



Em média, as **OSC**s cobram uma taxa administrativa de

R\$ 157

às organizações empregadoras por cada pessoa inserida no Programa Jovem Aprendiz.



Conforme relatos dos representantes das OSCs, para realizar os programas de aprendizagem, as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos contam também com outros recursos para subsidiar os atendimentos, tais como: convênios, editais, doações e repasses do poder público.

PRINCIPAIS FORMAS DE INGRESSO

As principais formas de ingresso de adolescentes e jovens são demanda espontânea, indicação, interesse da empresa e encaminhamento da rede socioassistencial. Entre essas formas, é a população em situação de vulnerabilidade social que deve ser priorizada no direcionamento aos programas de aprendizagem.

Isso está previsto nos princípios normativos de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que impõem aos estados o compromisso com as pessoas que são particularmente vulneráveis. O mesmo faz o Estatuto da Criança e do Adolescente, que contempla a proteção integral e aponta o princípio da prioridade absoluta para populações vulneráveis.

Adolescentes em privação de liberdade, que cumprem medidas socioeducativas ou que estão em situação de acolhimento institucional compõem parcela vulnerável desta população. Outras condições de vulnerabilidade são os adolescentes egressos de trabalho infantil, os encaminhados pela rede socioassistencial e pessoas com deficiência (PCD).

Conheça as formas de ingresso do adolescente ou do jovem ao Programa de Aprendizagem nas OSCs

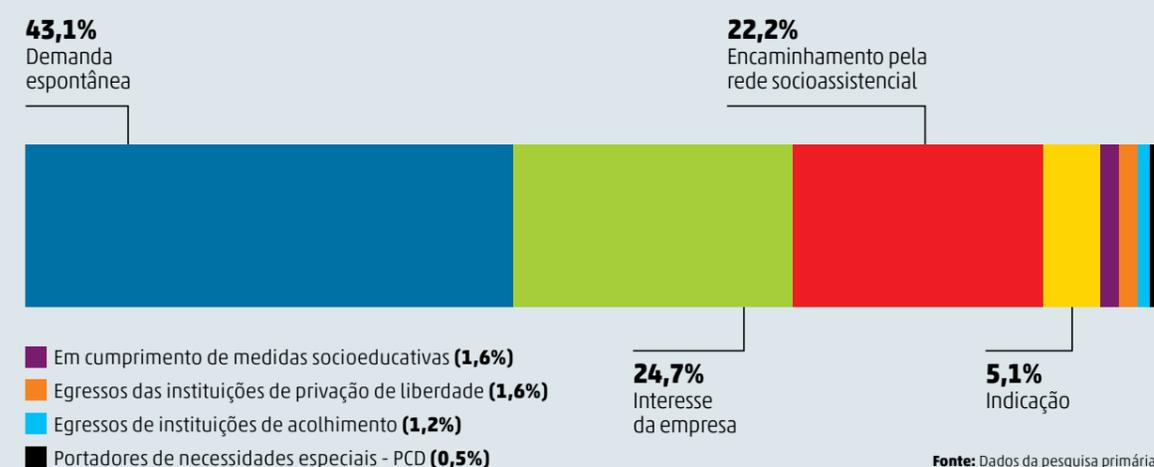
 <p>PÚBLICO POUCO VULNERÁVEL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda espontânea • Indicação • Interesse da empresa
 <p>PÚBLICO MUITO VULNERÁVEL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhados pela rede socioassistencial • Egressos de instituições de acolhimento • Egressos das instituições de privação de liberdade • Egressos do trabalho infantil • Em cumprimento de medidas socioeducativas • Pessoa com Deficiência (PCD)

Em Florianópolis, **43,1% dos adolescentes e jovens que receberam formação nas OSCs qualificadoras ingressaram por demanda espontânea, 24,7% por interesse da empresa e 22,2% por encaminhamento da rede socioassistencial.**

Fonte: Dados de pesquisa primária

Principais formas de ingresso

Principais formas de ingresso do adolescente ou do jovem ao Programa de Aprendizagem, em Florianópolis - 2018



Fonte: Dados da pesquisa primária



PERFIL DOS ADOLESCENTES E JOVENS ATENDIDOS PELAS OSCs

Conforme diretrizes gerais da Lei da Aprendizagem, para o atendimento das necessidades dos adolescentes e jovens do campo e dos centros urbanos, deve-se dar tratamento diferenciado em razão de suas especificidades ou exposição a situações de maior vulnerabilidade, particularmente em relação às dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, renda e deficiência. **Além disso, a contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre 14 e 18 anos.**

O perfil dos adolescentes e jovens atendidos pelas OSCs em Florianópolis indica que a maioria deles declara que a **renda familiar está entre R\$ 468 e R\$ 1.874, embora 7% não possuam nenhum rendimento.**

Conheça as características mais comuns dos adolescentes e jovens atendidos pelas OSCs em Florianópolis no ano de 2018:

 <p>IDADE Predominantemente entre 14 e 17 anos.</p>	 <p>INSTITUIÇÃO DE ENSINO Maioria estuda em escola pública.</p>	 <p>GÊNERO Predominantemente do sexo feminino.</p>
 <p>COR/RAÇA DECLARADA Maioria de cor branca, embora haja organizações que não possuam esse campo no cadastro.</p>	 <p>RENDIMENTO FAMILIAR Predominantemente entre R\$ 468 e R\$ 1.874, embora 7% não possuam nenhum rendimento.</p>	 <p>PCD 0,5% têm alguma deficiência.</p>

• Com base na moda estatística, frequência das observações.

Fonte: Dados da pesquisa primária

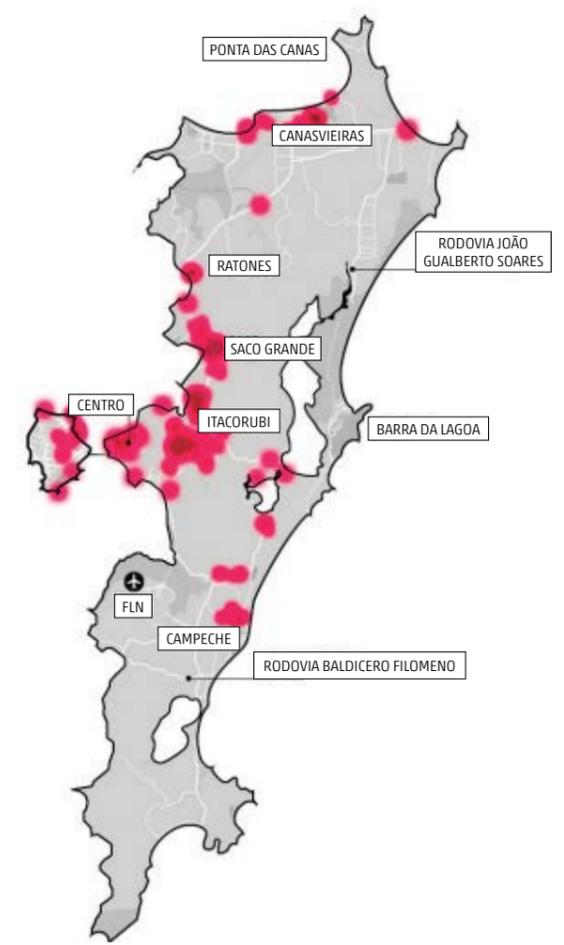
APRENDIZAGEM: UMA FORMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FOTO CHARLES GUERRA



Principais bairros onde moram os aprendizes

Bairros onde moram os adolescentes e jovens atendidos pelas OSCs em Florianópolis - 2018



- Armação
- Barra da Lagoa
- Cachoeira do Bom Jesus
- Canasvieiras
- Capoeiras
- Centro
- Coloninha
- Coqueiros
- Ingleses do Rio Vermelho
- Jardim Atlântico
- Monte Cristo
- Monte Verde
- Ponta das Canas
- Praíha
- Ribeirão da Ilha
- Rio Tavares
- Rio Vermelho
- Saco dos Limões
- Saco Grande
- Trindade
- Vargem do Bom Jesus
- Vila Aparecida

Fonte: Dados da pesquisa primária

DEMANDA REPRIMIDA

A demanda reprimida diz respeito aos jovens que fizeram o cadastro de inscrição nas OSCs qualificadoras, porém não foram admitidos naquela instituição. Estas inscrições formam uma lista de espera para inserção no programa de aprendizagem. São considerados inscritos os adolescentes ou jovens que realizaram cadastro nas entidades qualificadas da sociedade civil, mas não foram chamados para uma vaga. Já os admitidos são os adolescentes ou jovens que foram contratados por empresas e ingressaram no programa de aprendizagem.

Em Florianópolis, as OSCs qualificadoras admitiram juntas, em 2018, **1.333 adolescentes e jovens**, segundo dados de pesquisa com as próprias organizações. No entanto, **a demanda reprimida acumulada chega a 7.486 cadastros**.

Se considerarmos os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2018), **o déficit de contratação especificamente para o ano de 2018 foi de 3.483 adolescentes e jovens que deveriam ser contratados como aprendizes em Florianópolis**, se a cota mínima estabelecida em lei fosse cumprida pelas empresas, como veremos adiante.

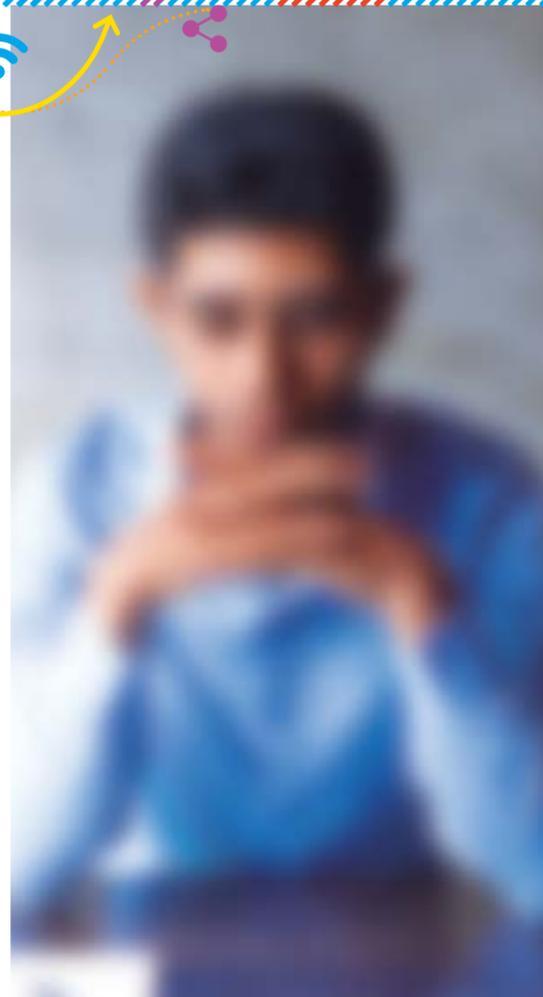


FOTO FREEK

ADOLESCENTES E JOVENS EFETIVADOS

Na maioria das qualificadoras que atuam em Florianópolis, não há registro sobre a efetivação ou não dos adolescentes e jovens após o término do programa de aprendizagem, seja na empregadora ou em outra organização. Sete não possuem este dado, quatro possuem e para duas delas este questionamento não se aplica. A ausência de informações como esta compromete a elaboração de políticas públicas e iniciativas de inserção do jovem no mundo do trabalho.

¹ Número de inscritos não é considerado o mesmo número de adolescentes/jovens, uma vez que uma pessoa pode realizar mais de um cadastro em diferentes organizações qualificadoras.

SISTEMA S

Qualificadoras mantidas pelo governo federal

As organizações qualificadoras que integram o Sistema S são mantidas com recursos arrecadados pelo governo federal, por meio de contribuições que as organizações empresariais devem pagar sobre o valor da sua folha de pagamento. São organizações

de direito privado sem fins lucrativos e classificadas como “paraestatais”. Por este motivo, não há taxa administrativa cobrada às organizações empregadoras que sejam contribuintes e que contratem aprendizes por meio do Sistema S.

COMPOSIÇÃO DO SISTEMA S

De acordo com o MTE (2019), cinco das nove instituições do Sistema S compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem. São elas:

Organizações que integram o Sistema S:



SERVIÇOS DE APRENDIZAGEM	OUTROS SERVIÇOS
Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC	Serviço Social do Comércio - SESC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	Serviço Social da Indústria - SESI
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT	Serviço Social de Transporte - SEST
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP	

Fonte: SENADO (2018)

OFERTA DE APRENDIZAGEM

Em Florianópolis, das cinco organizações que compõem o Sistema S, três ofertaram programas de aprendizagem em 2018. São elas: SENAC/SC, SENAI/SC e SENAT/SC. No caso da SENAR/SC, cuja ênfase é aprendizagem rural, não houve cursos ofertados na Capital devido à baixa demanda por programas de aprendizagem para esta área do conhecimento. No caso da SESCOOP/SC, a organização não qualifica diretamente adolescentes e jovens, mas apoia financeiramente as iniciativas das cooperativas que o fazem por meio de qualificadoras que podem ser tanto do Sistema S quanto OSCs ou outras.

Em 2018, dos **2.265 jovens aprendizes contratados em Florianópolis, 827 estavam matriculados em seis cursos do programa de aprendizagem oferecidos pelo Sistema S.**

DEMANDA REPRIMIDA

Com base na pesquisa primária realizada com as instituições qualificadoras que compõem o Sistema S, as organizações declararam não possuir demanda reprimida.

Oferta do Sistema S

Cursos de aprendizagem ofertados e quantidade de adolescentes e jovens admitidos no Sistema S em Florianópolis - 2018

INSTITUIÇÃO	CURSOS DE APRENDIZAGEM OFERTADOS	ADOLESCENTES E JOVENS ADMITIDOS
	Aprendiz em Administrativo Aprendiz em Supermercado Aprendiz em Vendas	656
	Aprendiz em arco ocupacional de Administração	61
	Assistente Administrativo em Transporte Assistente de Logística do Transporte	110
	Não houve cursos ofertados	0
	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL		827

Fonte: Dados da pesquisa primária

ESCOLAS TÉCNICAS

Forma suplementar de aprendizagem

As escolas técnicas de educação que tenham por objetivo ofertar educação profissional ao adolescente e ao jovem também precisam estar registradas no Cadas-

tro Nacional de Aprendizagem, banco de dados que concentra informações sobre as organizações de formação e os cursos de aprendizagem que as mesmas oferecem.

Condição das organizações qualificadoras

Condição das organizações qualificadoras, segundo natureza, em Florianópolis - 2018

Organizações qualificadoras	Natureza	Condição
Escola Geração (CETEF)	Escola Técnica	● Ativa
Estácio Santa Catarina (ASSESC)	Escola Técnica	● Inativa
IFSC*	Escola Técnica	● Inativa
Instituto Fisiomar	Escola Técnica	● Inativa

*Ativa apenas em Canoinhas e Lages, Santa Catarina.

Fonte: MTE (2018)

OFERTA DE APRENDIZAGEM

Em Florianópolis, das quatro escolas técnicas registradas no Cadastro Nacional de Aprendizagem, **apenas uma ofertou programa em 2018, qualificando 26 adolescentes e jovens em cursos de assistente administrativo, operador de computador e de construção e reparos.**

Oferta de Escola Técnica

Cursos de aprendizagem ofertados e quantidade de adolescentes e jovens admitidos em Escola Técnica em Florianópolis - 2018

Instituição	Cursos de aprendizagem ofertados	Adolescentes e jovens admitidos	Taxa administrativa por adolescente/jovem
Escola Técnica de Educação	Assistente administrativo Operador de computador Construção e reparos	26	Entre R\$ 140 e R\$ 170

Fonte: Dados da pesquisa primária

PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM E TECNOLOGIA

Qualificação de adolescentes e jovens para o polo tecnológico

A Tecnologia da Informação (TI) está no centro dos debates sobre o futuro do mundo do trabalho. O desafio que se impõe é como esta área pode ser um instrumento de transformação social e individual. Por isso, é relevante a democratização da tec-

nologia no que se refere à proposição de ações para garantir o acesso ao direito do trabalho e à profissionalização tecnológica para adolescentes e jovens. Esta inserção é uma alternativa de enfrentamento às iniquidades sociais.

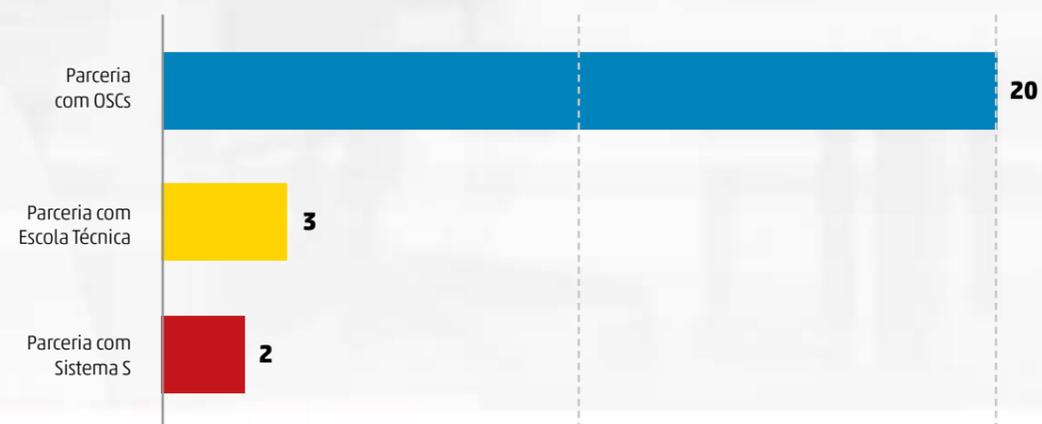
EMPRESAS DE TECNOLOGIA PARCEIRAS

Em Florianópolis, 25 empresas do setor tecnológico foram parceiras das organizações qualificadoras que ofereceram Programas de Aprendizagem em 2018, utilizando os serviços de apren-

dizagem oferecidos. **Delas, 20 tiveram relação com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), 3 com escolas técnicas de Educação e 2 com o Sistema S (SENAI).**

Empresas parceiras

Quantidade de empresas parceiras do setor tecnológico, por tipo de organização qualificadora, em Florianópolis - 2018



Fonte: Dados da pesquisa primária

CURSOS PARA O POLO TECNOLÓGICO

Os cursos de qualificação para a inserção laboral no setor de tecnologia e inovação de Florianópolis não resumem exclusivamente à Tecnologia da Informação, compreendendo também outras possibilidades de trabalho e rompendo com o estigma de que os adolescentes e jovens não possuem qualificação para atuar no setor.

Conforme MTE (2018), entre as ocupações mais comuns no setor de tecnologia e inovação em Florianópolis estão assistente administrativo, auxiliar administrativo e programador de sistemas de informação.

Em Florianópolis, embora tenha sido ofertado apenas um curso de aprendizagem com ênfase em Tecnologia da Informação em 2018, há oportunidades de qualificação como **assistente administrativo e auxiliar de escritório**, que mostram-se compatíveis com as ocupações mais comuns observadas do setor de tecnologia e inovação na cidade.

Cursos ofertados compatíveis com o setor de tecnologia e inovação de Florianópolis - 2018



● Conforme CBOs observadas nas CNAEs que integram o setor de tecnologia e inovação na capital.

Fonte: MTE (2018) e dados da pesquisa primária

REFLEXÃO



Representantes do Sistema S consultados em pesquisa primária apontaram que as maiores dificuldades para implementação de cursos específicos em tecnologia estão relacionadas à base escolar dos alunos, uma vez que a maioria apresenta defasagem em línguas (portuguesa e inglesa) e em matemática. Assim, busca-se resgatar e desenvolver conhecimentos até então não absorvidos no ensino regular para que estes estudantes, ao ingressarem no mundo do trabalho, consigam ser absorvidos e desempenhem seus papéis tanto no sentido técnico quanto comportamental.

Já os representantes das OCSs declaram como grandes dificuldades na implementação destes cursos o fato das empresas deste setor priorizarem a busca por aprendizes com conhecimentos específicos na área, não levando em consideração que os jovens estão no programa para aprender e ter seu primeiro contato com o mundo do trabalho. Isso se deve ao fato de que parte dos processos seletivos não dimensiona toda complexidade e peculiaridades dos adolescentes e dos jovens.

Outros relatos de OSCs alertam para a carência de profissionais da área da tecnologia interessados em trabalhar nas organizações qualificadoras, assim como a dificuldade em adquirir equipamentos para ministrar a parte teórica desses cursos (computadores), bem como para o desinteresse das empresas em cumprir a cota de aprendizagem conforme a lei indica. São desafios que freiam o alcance da tecnologia como instrumento representativo de um marco diferencial que pode contemplar um novo **projeto de vida** de um adolescente ou de um jovem.

UMA OPORTUNIDADE PARA ORGANIZAÇÕES

a) Incentivos fiscais:

Pagamento de 2% de FGTS; dispensada do aviso prévio remunerado; não é obrigatório o pagamento de multa rescisória; quando registradas no SIMPLES, não terão aumento na contribuição previdenciária.

b) Impacto social:

Geração de emprego e renda; combate ao trabalho infantil; redução da marginalização e aumento da formalização do trabalho; contribuição para a autonomia e empoderamento dos jovens.

c) Balanço Social:

Publicização de informações para avaliar e evidenciar o exercício da responsabilidade social corporativa, contribuindo para os vínculos entre a empresa e a sociedade.

d) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

Cumprimento do ODS 8 em "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos".

FOTO FREEPIK

EMPREGADOR

Organizações que contratam aprendizes

O empregador dispõe de total liberdade para selecionar o aprendiz, desde que observado o princípio constitucional da igualdade e a vedação a qualquer tipo de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais. Deve observar também os dispositivos legais pertinentes à aprendizagem, assegurando ao aprendiz formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico (MTE, 2014).

COTA DE APRENDIZAGEM

A cota de contratação de aprendizes está prevista na Lei da Aprendizagem nº 10.097 de 2000, **estabelecendo entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, a quantidade de aprendizes que deve ser contratada por estabelecimentos que possuem acima de 7 empregados.**

O percentual previsto é calculado sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional. Essas funções podem ser identificadas através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A CBO foi elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e instituída pela portaria ministerial nº 397/2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para

fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

Conforme determina o art. 429 da CLT, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar e matricular aprendizes nos cursos de aprendizagem, no percentual mínimo de 5% e máximo de 15% das funções que exijam formação profissional.

Em relação às organizações sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional, estão dispensadas do cumprimento da cota somente aquelas que ministram cursos de aprendizagem, uma vez que estas podem contratar os aprendizes no lugar da empresa.

FOTO DIORGENES PANDINI

Fonte: Manual da Aprendizagem (2018)

São excluídas da base de cálculo da cota de aprendizagem as seguintes funções:

I As funções que exijam formação de nível técnico ou superior e os cargos de direção, de gerência ou de confiança.

II Os empregados em regime de trabalho temporário, instituído pela Lei.

III Os aprendizes já contratados.

Passo a passo do cálculo para a cota de aprendizagem para cada função

1 LISTAGEM	Listar a relação atualizada dos empregados do estabelecimento*, coletando as funções e respectivas CBO de registro.
2 FONTE	Acessar o site oficial do atual Ministério da Economia: http://www.mtecbo.gov.br/ .
3 PESQUISA	<p>Pesquisar cada código CBO identificado no estabelecimento, se a(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos. Para descobrir essa informação, deve ser realizado o passo a passo indicado abaixo, o número de vezes correspondente ao total de códigos CBO existente no estabelecimento.</p> <p>A) No site da CBO, acessar o link de "Buscas", depois acessar o sub link "por código", digitar o código CBO correspondente à função e clicar em "consultar"</p> <p>B) Será fornecido o código e a "família/ocupação" correspondente. Deve-se clicar no número do código de interesse</p> <p>C) Será apresentado a descrição sumária da ocupação, que ainda não deixa explícito a informação desejada para efeitos do cálculo, para tanto, deve-se clicar no menu lateral em "características de trabalho"</p> <p>D) No item descrição da "Formação e experiência", se a ocupação exigir formação profissional, tal informação será apresentada explicitamente a seguinte frase: "A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos".</p>
4 SELEÇÃO	Para definir o número de empregados que entram para o cálculo da cota de aprendizagem, multiplicar os códigos CBO identificados que demandam formação profissional, pelo número de empregados registrados pelas respectivas funções. Selecionar o número total de empregados para o cálculo da cota de aprendizagem.
5 CÁLCULO	<p>Considerando a cota mínima estabelecidas pela Lei da Aprendizagem, que é de 5%, o cálculo deve ser:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">E x 0,05 = A</div> <p>E = número de empregados que demandam formação x = multiplicação 0,05 = cota mínima exigida pela Lei da Aprendizagem A = nº de número de aprendizes que a empresa deve contratar *</p>

* Se número de aprendizes resultar em número fracionado, o arredondamento deve ser realizado para cima. Para o cálculo da cota de aprendizagem quando uma organização possui dois estabelecimentos, o cálculo deve ser feito para cada CNPJ.

Fonte: Elaborado pelo ICOM

NATUREZA JURÍDICA E CARACTERÍSTICAS DAS CONTRATAÇÕES

Em Florianópolis, em 2018, as organizações com finalidade lucrativa atuavam principalmente nos ramos de Comércio e de Reparação de veículos, ofertando vagas de administração, reposição de mercadorias, vendas e outros, com salário médio pago aos aprendizes

de R\$ 616. **As organizações sem finalidade lucrativa atuavam fundamentalmente nas atividades de Educação, Saúde e Serviço Social, ofertando vagas de administração, escrituração de banco e almoxarifado, com salário médio aos aprendizes de R\$ 721.**

Características das contratações, por natureza jurídica e finalidade econômica

Características gerais das organizações, por finalidade econômica, em Florianópolis - 2018



COM FINS LUCRATIVOS

- ▶ As organizações estavam principalmente nos ramos de: Comércio e Reparação de veículos automotores e motocicletas.
- ▶ As organizações ofertaram vagas principalmente de: Auxiliar de escritório, Assistente administrativo, Repositor de mercadorias, Vendedor de comércio varejista e Embalador à mão.
- ▶ As organizações contrataram jovens aprendizes por: em média, R\$ 616,57 e 21h semanais de dedicação.



SEM FINS LUCRATIVOS

- ▶ As organizações estavam principalmente no ramo de: Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais.
- ▶ As organizações ofertaram vagas principalmente de: Auxiliar de escritório, Escriturário de banco, Assistente administrativo e Almoxarife.
- ▶ As organizações contrataram jovens aprendizes por: em média, R\$ 721,94 e 21h semanais de dedicação.



TAMANHO DE ESTABELECIMENTOS

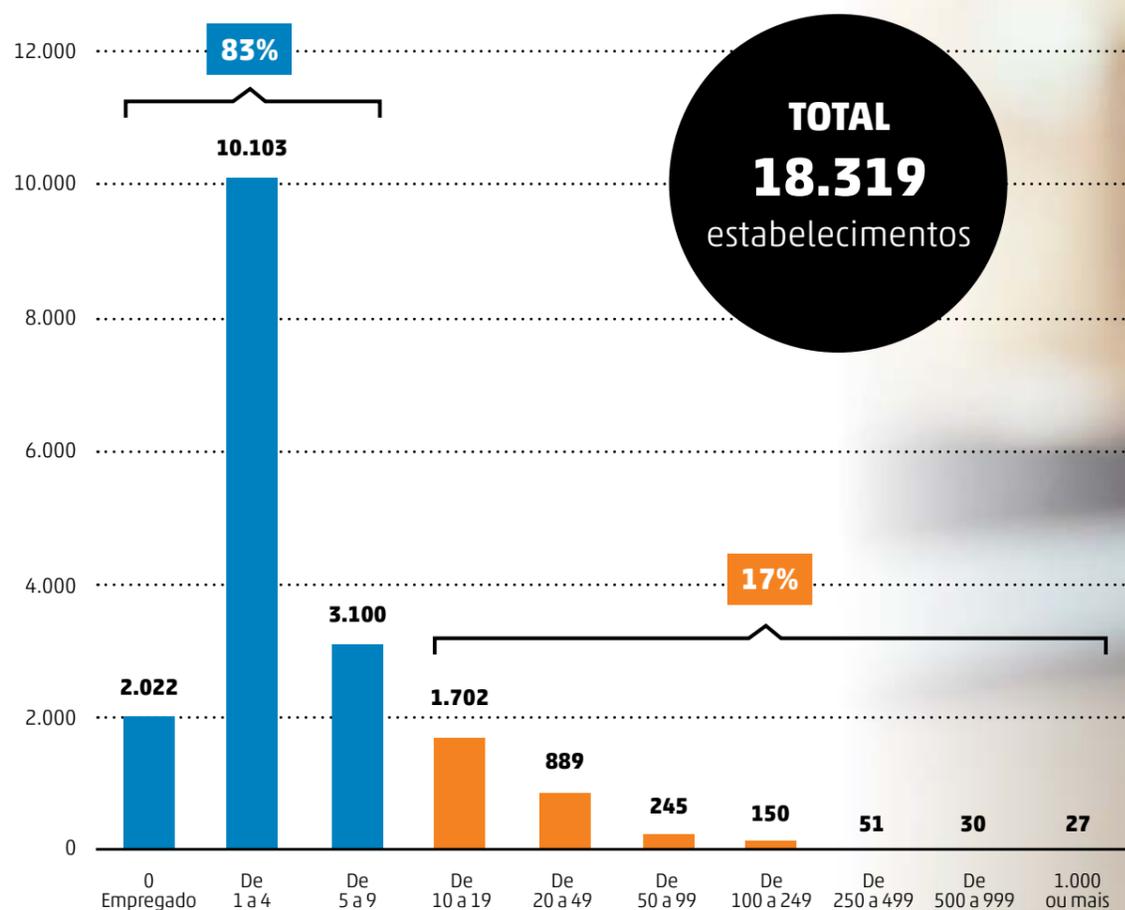
Conforme a Instrução Normativa n. 146 de 2018, entende-se por estabelecimento todo complexo de bens organizado para o exercício de atividade econômica ou social do empregador, que se submeta ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

São 18.319 estabelecimentos ao todo

na capital catarinense, sendo que 83% possuem até 9 empregados, enquanto 17% possuem acima de 10 empregados. Deste total, 11.065 são do setor de Serviços, que representa 60% dos estabelecimentos, 5.503 do Comércio, 888 Indústria, 764 Construção Civil e 99 Agropecuária.

Estabelecimentos por tamanho

Quantidade de estabelecimentos, por número de empregados, em Florianópolis - 2018

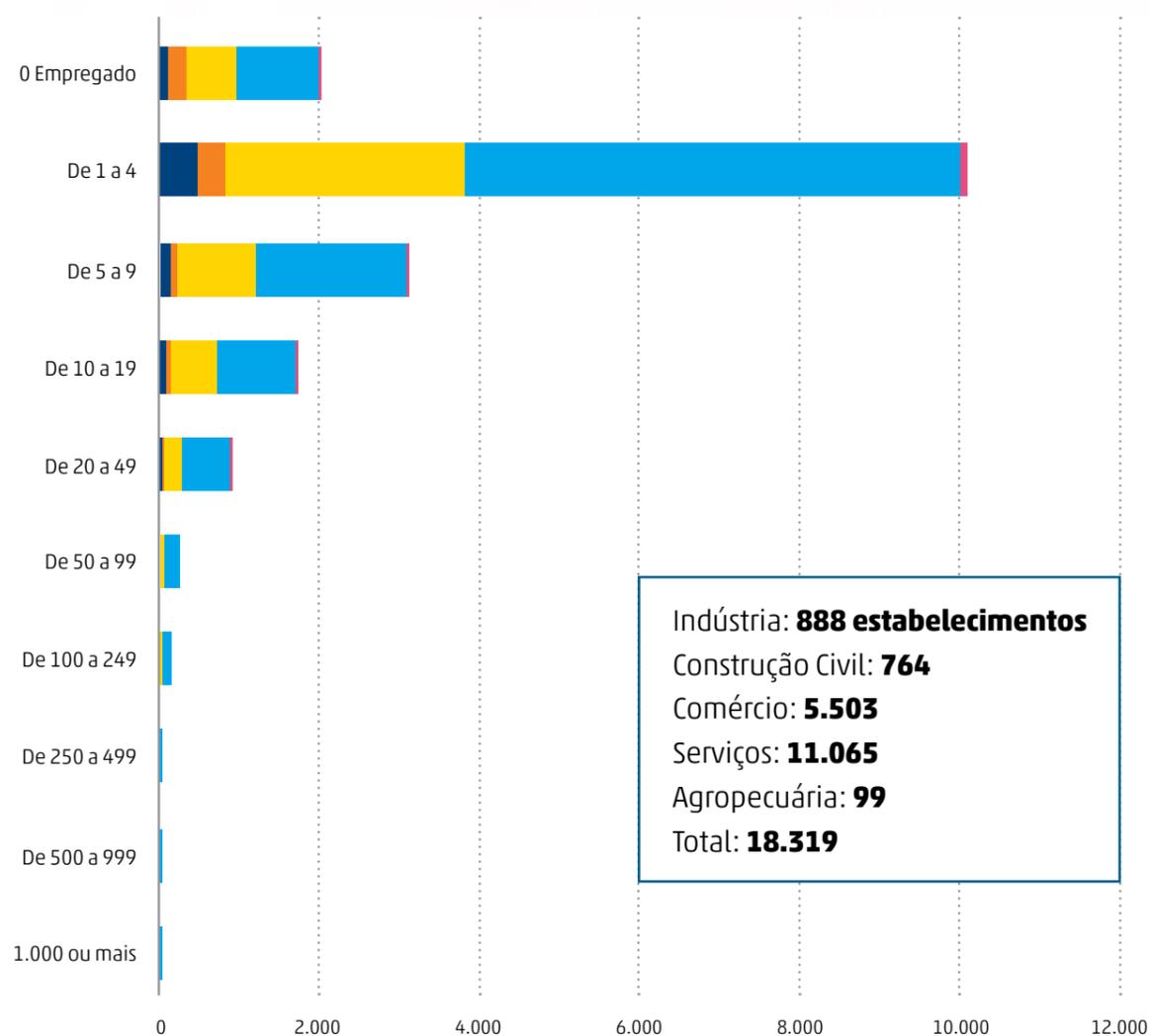


• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

Quantidade de estabelecimentos por setor

Quantidade de organizações, em número de estabelecimentos, por tamanho, segundo setor econômico, em Florianópolis - 2018



	1.000 ou mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4	0 Empregado
Indústria	1	2	7	10	11	38	88	143	471	117
Construção Civil	0	0	4	7	8	34	49	99	347	216
Comércio	0	3	5	28	44	219	587	971	3.006	640
Serviços	26	25	35	105	182	594	969	1.882	6.208	1.039
Agropecuária	0	0	0	0	0	4	9	5	71	10

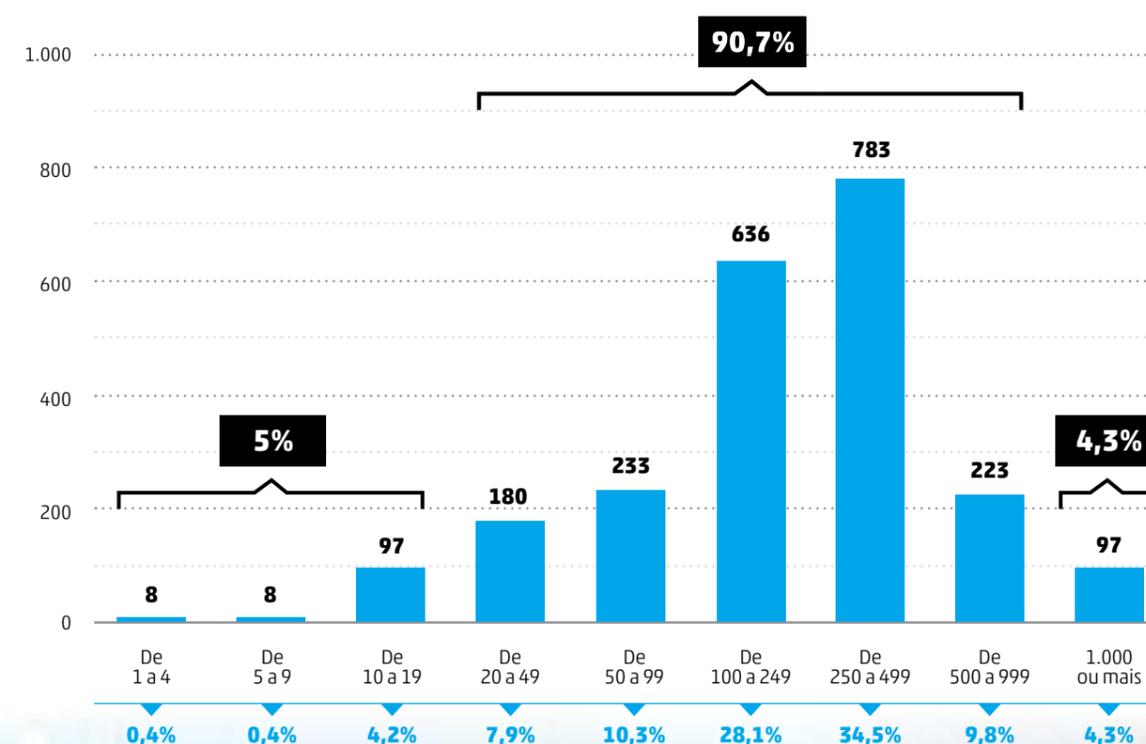
• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

90% das contratações de aprendizes se concentram em organizações entre 20 e 999 empregados.

Aprendizes por tamanho do estabelecimento

Vínculos ativos de aprendizes, por tamanho do estabelecimento, em Florianópolis - 2018



• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

NATUREZA JURÍDICA DOS ESTABELECIMENTOS

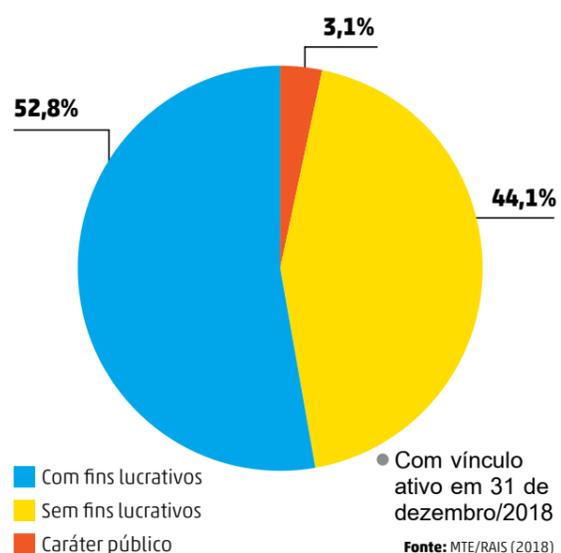
De acordo com o Código Civil, Lei nº 10.406/2002 as pessoas jurídicas podem ser de direito público, interno ou externo, e de direito privado. As pessoas jurídicas de direito público interno são a União; os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei. Já as pessoas jurídicas de direito privado configuram-se como associações; sociedades; fundações, organizações religiosas; partidos políticos, e empresas individuais de responsabilidade limitada.

Das pessoas jurídicas de direito privado, caracterizam-se como sem fins lucrativos as associações, fundações, organizações religiosas e os partidos políticos.

Na capital, em 2018,
52,8% dos aprendizes trabalharam em organizações com fins lucrativos, 44,1% em organizações sem fins lucrativos e 3,1% em organizações de caráter público.

Finalidade econômica

Jovens aprendizes com vínculo ativo, por natureza jurídica especial do empregador, segundo finalidade, em Florianópolis-2018



Entre as organizações com finalidade econômica, as "sociedades" concentraram

52%

das contratações de aprendizes, já as associações, que representam organizações sem finalidades lucrativas, contrataram

41%

do total de aprendizes com vínculo ativo em 2018.

Natureza jurídica

Jovens aprendizes com vínculo ativo, por natureza jurídica do empregador, em Florianópolis-2018

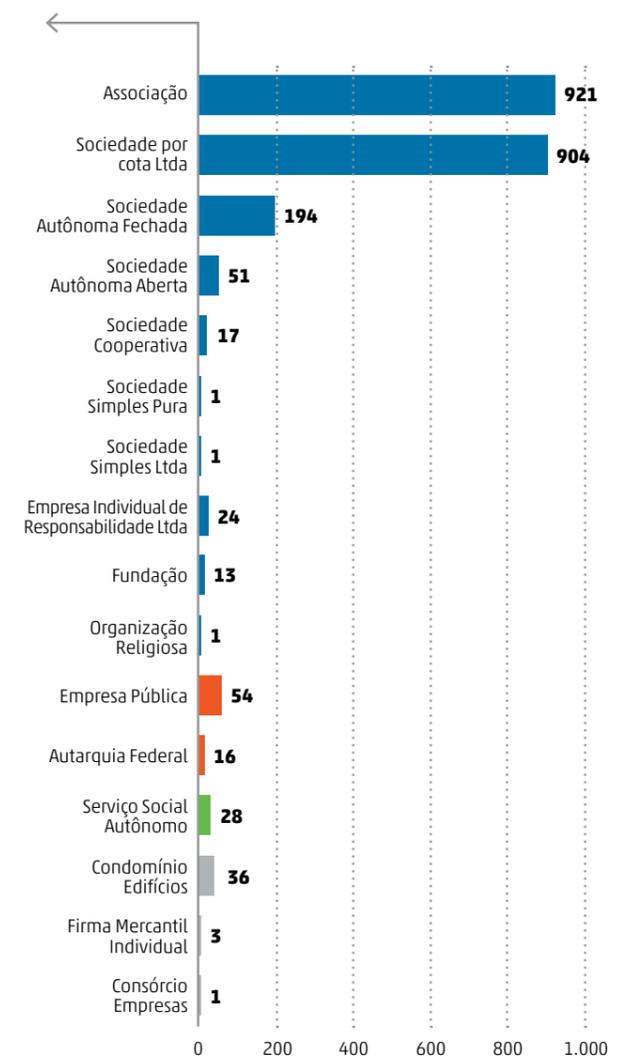
Pessoa Jurídica de Direito Privado (Código Civil Art. 44)	2127	94%
Associação	921	41%
Sociedade	1168	52%
Sociedade QT Ltda	904	40%
SA Fechada	194	9%
SA Aberta	51	2%
Cooperativa	17	1%
Sociedade Simples Pura	1	0%
Sociedade Simples Ltda	1	0%
Empresa Individual de Responsabilidade Ltda	24	1%
Fundação	13	1%
Organização Religiosa	1	0%
Pessoa Jurídica de Direito e/ou Caráter Público (Código Civil Art. 41)	70	3%
Empresa Pública	54	2%
Autarquia Federal	16	1%
Sistema S	28	1%
Serviço Social Autônomo	28	1%
Outros	40	2%
Condomínio Edifícios	36	2%
Firma Mercantil Individual	3	0%
Consórcio Empresas	1	0%
Total	2.265	100%

● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

Na capital catarinense, em 2018, **4 a cada 10 aprendizes trabalharam em associações de organizações sem fins lucrativos, de direito privado.**

Em Florianópolis, em 2018, **94% dos aprendizes trabalharam em organizações com pessoa jurídica de direito privado, 3% em órgãos de caráter público, 1% em organizações do Sistema S e 2% em outras formas de organização, tais como, condomínio de edifícios, firma mercantil individual e consórcio de empresas.**



● Pessoa Jurídica de direito privado **94%**
● Caráter público **3%**
● Sistema S **1%**
● Outro **2%**

● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018
Fonte: MTE/RAIS (2018)

Ranking das atividades econômicas

Aprendizes com vínculo ativo, por seção de atividade econômica do empregador, em Florianópolis - 2018



ATIVIDADE ECONÔMICA

A atividade econômica dos estabelecimentos indica o negócio que desenvolvem e está relacionada à categorias definidas como segmentos similares, principalmente quanto à similaridade de funções produtivas (insumos, tecnologia, processos) e, em alguns casos, quanto às características dos bens e serviços ou à finalidade de uso dos bens e serviços (IBGE, 2018).

Na capital catarinense, em 2018, **25% dos aprendizes** estavam em organizações cujas atividades econômicas estavam relacionadas a **Comércio e Reparação de veículos**.

CAPACIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Programa de Aprendizagem oportuniza aos jovens inclusão social com o primeiro emprego, além de desenvolver qualificações para o mundo do trabalho, ampliar sua rede de contato, experiências de vida e desenvolvimento psicossocial.

Para as organizações contratantes, além de estarem cumprindo a lei, participam da formação profissional dos adolescentes e jovens, podendo ampliar a capacidade de serem protagonistas de bem-estar econômico e social.

Estima-se que em 2018, **considerando a exigência mínima de 5% da cota de aprendizagem prevista em lei, Florianópolis deveria ter contratado 5.202 aprendizes, no entanto, foram contratados apenas 2.265, o que representa um déficit de 56%. São 2.937 adolescentes e jovens sem a oportunidade de qualificação profissional.**

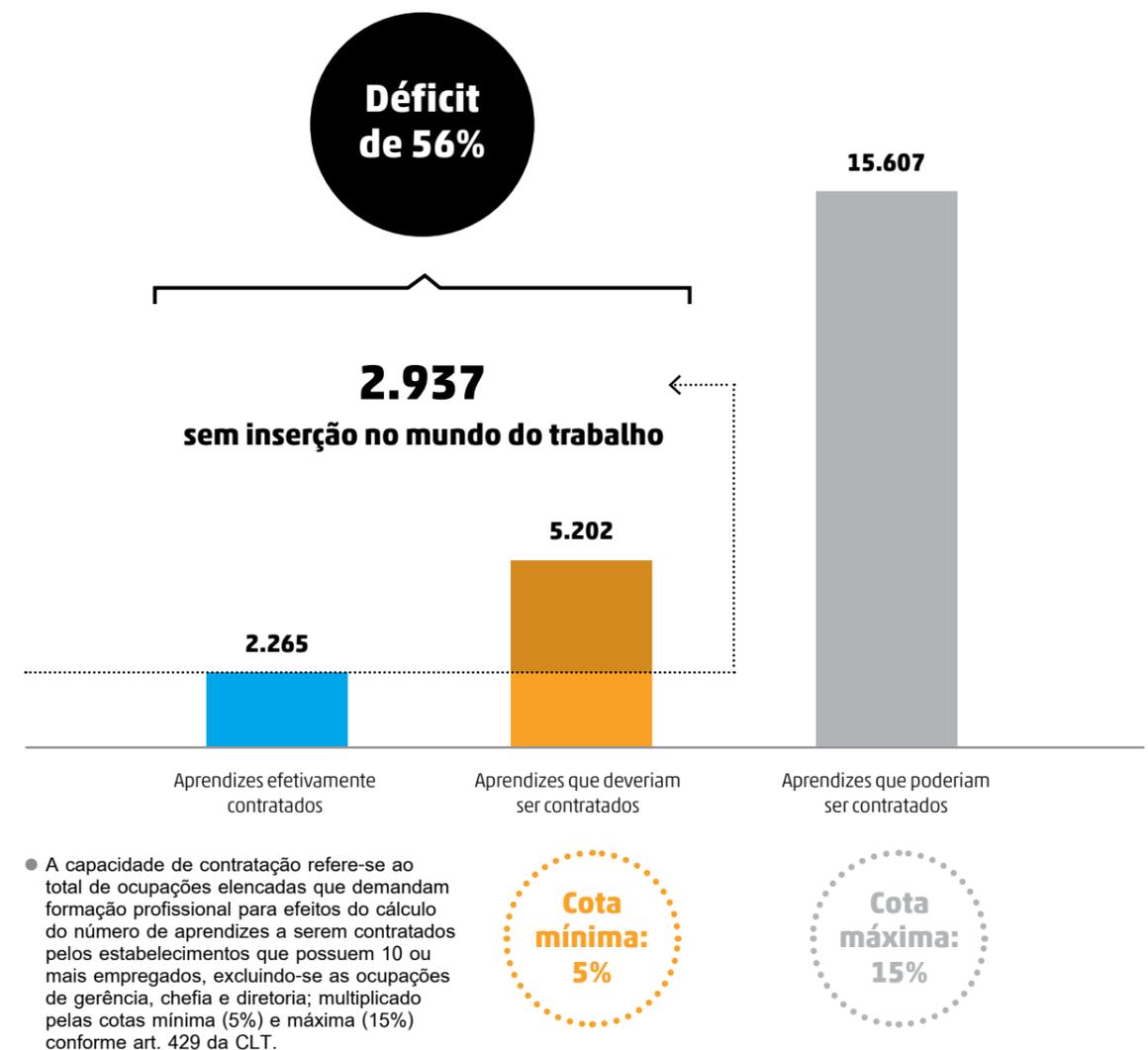
Em 2018, **quase 3 mil adolescentes e jovens não tiveram a oportunidade de inserção no mundo do trabalho** devido ao não cumprimento da cota mínima de contratação de aprendizes pela maioria das organizações.

Considerando o **teto de 15% referente a cota de aprendizagem** prevista em lei, Florianópolis, em 2018, **poderia ter ofertado mais de 15 mil vagas de aprendizagem.**

FOTO: FREEPIK

Estimativa da capacidade de contratação

Aprendizes contratados e estimativa da capacidade de contratação, segundo cotas mínima e máxima, em Florianópolis - 2018



Conforme MPT (2019), para mudar essa realidade, o Ministério Público do Trabalho, juntamente com a Justiça do Trabalho e as Superintendências Regionais do Trabalho, promove anualmente a Semana Nacional da Aprendizagem, com o objetivo de conscientizar empregadores quanto à responsabilidade social que possuem e sobre

a importância da aprendizagem no combate ao trabalho infantil, sendo considerado um dos melhores instrumentos, além de "transformar vidas", conforme procuradora Patrícia Sanfelici destaca. E nesse sentido, o Programa de Aprendizagem tem sido utilizado como instrumento de transformação social.

COMO CONTRATAR UM JOVEM APRENDIZ?

Empresas de médio e grande porte, que tenham pelo menos sete empregados contratados nas funções que demandam formação profissional, devem obrigatoriamente contratar jovens aprendizes, na faixa etária de 14 a 24 anos. Esse programa visa ao cumprimento da Lei nº 10.097, que dispõe sobre a aprendizagem.

Para participar do programa, a empresa deverá entrar em contato com uma instituição qualificadora e seguir o procedimento necessário para abrir as vagas. Em seguida,

poderá contratar os jovens que participarão do programa, tendo liberdade para selecionar o aprendiz conforme os dispositivos legais pertinentes à aprendizagem.

O contrato de trabalho é ajustado por prazo determinado, de até dois anos, sendo que o empregador se compromete a assegurar ao jovem formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento e o jovem a executar com zelo as tarefas necessárias à sua formação.



COTAS DE APRENDIZES A SEREM CONTRATADOS

A cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional. Calcule a cota de aprendizes para a sua empresa com a calculadora do CIEE: http://www.empresas.ciee.org.br/portal/empresas/cota_aprendiz.asp



JORNADA DE TRABALHO DE UM JOVEM APRENDIZ

A duração da jornada de trabalho do aprendiz em ensino fundamental não deve exceder seis horas diárias. Aos aprendizes com o ensino médio completo é permitida a jornada de até oito horas diárias, desde que contempladas as atividades teóricas na proporção prevista no contrato e no programa de aprendizagem. Deve ser computado na jornada o tempo de deslocamento entre os locais de formação teórica.



PROCESSO SELETIVO DE APRENDIZES

Conforme previsto no artigo 429 da CLT, a responsabilidade da indicação e matrícula é do empregador, ou seja, a empresa realiza a seleção dos aprendizes e encaminha os jovens para matrícula junto à instituição qualificadora.



SALÁRIO DO APRENDIZ

A lei garante ao aprendiz o direito ao salário mínimo, observando, caso exista, condição mais favorável. As horas destinadas às aulas teóricas, ao descanso semanal remunerado e aos feriados deverão ser computadas no salário. Por lei, é vedado efetuar qualquer desconto no salário, salvo quando este resultar de: adiantamento, acordo coletivo que lhe seja aplicado ou falta às atividades realizadas no SENAI ou na empresa, que não forem legalmente justificadas.

6 VANTAGENS DE CONTRATAR UM JOVEM APRENDIZ

- 1 Oportunidade de desenvolver um perfil profissional alinhado com a cultura da empresa.
- 2 Protagonismo no combate à evasão escolar e ao trabalho infantil na cidade.
- 3 Rejuvenescimento do ambiente de trabalho com jovens motivados e engajados.
- 4 As empresas têm a alíquota do FGTS reduzida de 8% para 2% sobre os valores da remuneração de cada aprendiz.
- 5 Sua empresa poderá proporcionar a muitos jovens a oportunidade de investir na sua carreira profissional.
- 6 Construção de uma cidade com mais oportunidades.

Fonte: <http://sc.senai.br>; <https://renapsi.org.br/>; <https://portal.ciee.org.br/>; <https://portal.sc.senac.br/>



CLT E OUTROS VÍNCULOS: JUVENTUDE TRABALHANDO

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamenta as relações trabalhistas no ambiente urbano e rural, as relações individuais ou coletivas de trabalho. Sua relevância consiste em coibir relações abusivas de trabalho e garantir condições mínimas para o seu exercício. Decretada em 1ª de maio de 1943, a CLT objetivou regular as relações de trabalho,

proteger o trabalhador e criar o direito processual do trabalho.

O vínculo empregatício por meio da CLT só é permitido a partir dos 16 anos. Até os 17, o trabalho é permitido desde que não seja noturno, insalubre ou perigoso. Acima de 18 anos, o jovem pode exercer qualquer atividade laboral.

Direitos garantidos aos jovens pela CLT



CARTEIRA DE TRABALHO REGISTRADA



SALÁRIO MÍNIMO



DIREITO À GREVE



JORNADA DE TRABALHO DE ATÉ 44H



CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PERÍODO NOTURNO E HORA EXTRA



DESCANSO SEMANAL, FÉRIAS E 13º SALÁRIO



IGUALDADE DE SALÁRIO PARA SERVIÇO DE IGUAL VALOR



LICENÇA-MATERNIDADE

CLT E OUTROS VÍNCULOS: JUVENTUDE TRABALHANDO

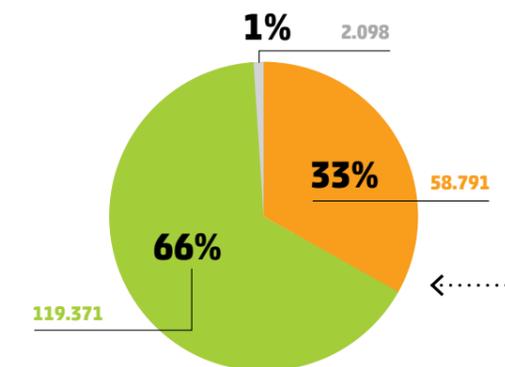
TRABALHO FORMAL

Conforme a CLT, trabalhador celetista é toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual ao empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Observando a série histórica da quantidade de celetistas contratados, entre 2002 e 2018, apesar da variação, há tendência de crescimento. No entanto, se observarmos a faixa-etária de 10 até 29 anos, após o ano de 2014, a tendência é de queda entre adolescentes e jovens contratados.

Em dezembro de 2018, a quantidade de pessoas com vínculo ativo CLT era de 180.260. Deste total, 58.791 eram adolescentes e jovens, representando 33% dos vínculos CLT.

Distribuição, em percentual, da quantidade de pessoas com vínculo ativo, por faixa etária, em Florianópolis - 2018



Vínculos CLT

Série histórica da quantidade de pessoas com vínculo ativo, por faixa etária, em Florianópolis - 2002 a 2018



10 a 29 anos 30 a 64 anos 65 ou mais Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

10 a 29 é a faixa-etária, não há nenhum vínculo formal de trabalho de pessoas menores de 14 anos.

Fonte: MTE/RAIS (2018)

OCUPAÇÕES

Ocupações dos jovens no mundo do trabalho

Ocupações, em número de pessoas e percentual, das pessoas entre 15 e 29 anos com vínculo CLT em Florianópolis - 2018

Em 2018, **35% dos adolescentes e jovens** trabalhavam com **vendas e serviços** em lojas e mercados. Outros **33%** trabalhavam com **serviços administrativos**.

OCUPAÇÃO	PRINCIPAIS FUNÇÕES	QUANTIDADE	REPRESENTAÇÃO TOTAL
 Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	Vendedor, atendente de lanchonete, faxineiro, repositor de mercadorias	20.721	35%
 Trabalhadores de serviços administrativos	Assistente administrativo, auxiliar de escritório, operador de caixa, recepcionista	19.505	33%
 Técnicos de nível médio	Programador de sistemas de informação, técnico de enfermagem, assistente de vendas	6.806	12%
 Profissionais das ciências e das artes	Analista de desenvolvimento de sistemas, analista de suporte computacional, enfermeiro	4.729	8%
 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	Servente de obras, alimentador de linhas de produção, embalador à mão	3.844	7%
 Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	Analista de negócios, gerente administrativo, analista de pesquisa de mercado	1.638	3%
 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (outras funções)	Açougueiro, padeiro, confeitoiro	762	1%
 Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	Mecânico de manutenção de automóveis e motos, electricista de manutenção	595	1%
 Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	Jardineiro, trabalhador agropecuário, tratador de animais	190	0%

• Conforme Classificação Brasileira Ocupacional (CBO)

Fonte: MTE/RAIS (2018)

OCUPAÇÕES E SALÁRIO

As ocupações mais comuns dos jovens com **remuneração acima de 7 salários mínimos**, o que equivale a R\$ 6.678, estão **concentradas na área jurídica, engenharia, tecnologia e medicina**. Já as ocupações com menores salários, **até 1 salário mínimo** (que em 2018 era de R\$ 954), estão **concentradas no setor de comércio, serviços gerais e serviços administrativos**.

Variação de ganho por função

Conheça algumas das ocupações* mais comuns com maior remuneração entre trabalhadores celetistas jovens em Florianópolis - 2018

CONSULTOR JURÍDICO E AUXILIAR DE JUDICIÁRIO

ENGENHEIRO CIVIL E ENGENHEIRO AGRÔNOMO

PROGRAMADOR DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO E ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

MÉDICO CLÍNICO

• Ocupações mais frequentes com rendimentos acima de 7 salários mínimos

Conheça algumas das ocupações* com menor remuneração entre trabalhadores celetistas jovens em Florianópolis - 2018

REPOSITOR DE MERCADORIAS E VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA

ATENDENTE DE LANCHONETE E FAXINEIRO

OPERADOR DE TELEMARKETING E ESCRITURÁRIO DE BANCO

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

* Conforme Classificação Brasileira Ocupacional (CBO)

Fonte: MTE/RAIS (2018)

ESCOLARIDADE

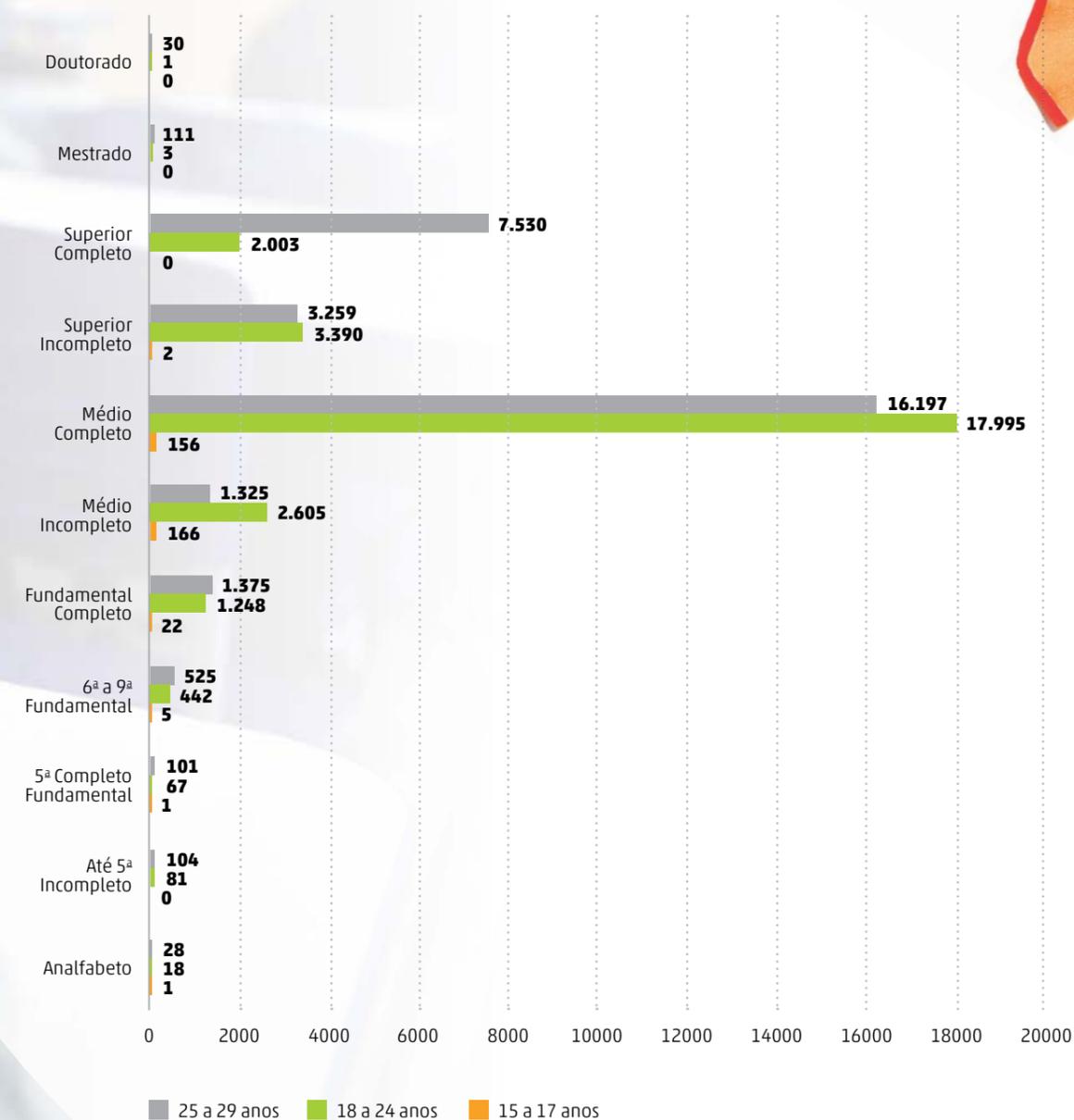
A fragilidade na educação tende a comprometer a inserção do jovem no mundo do trabalho, bem como, o alcance ao trabalho digno e produtivo. É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno.

Dos 58.791 jovens celetistas com vínculo ativo em 2018, pelo menos 34% tinham Ensino Médio completo. Deste total, 17.955 tinham entre 18 e 24 anos, 16.197 entre 25 e 29 anos e 156 entre 15 e 17 anos. Dos 3.556 que estavam cursando o Ensino Médio, 95% estavam fora da etapa escolar adequada à idade: 2.605 tinham entre 18 e 24 anos e 1.325 entre 25 e 29 anos.

Apesar de ser a quarta capital com a menor taxa de analfabetismo do Brasil (PNUD, 2018), Florianópolis tinha **47 jovens celetistas** com vínculo ativo em 2018 que **não sabiam ler e escrever.**

Escolaridade dos jovens com vínculo CLT

Quantidade de pessoas com vínculo ativo por escolaridade, segundo faixa etária, em Florianópolis - 2018



• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

SALÁRIO E ESCOLARIDADE

A relação entre salário e escolaridade é mais um indicador que reforça a importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico. Os dados demonstram que o padrão de salário do jovem no mundo do trabalho pode se diferenciar de acordo com a escolaridade.

Em Florianópolis, em 2018, enquanto a maioria dos jovens celetistas com ensino

médio completo se concentraram nas faixas salariais de até 3 salários mínimos, os que tinham ensino superior completo ou mais estavam concentrados nas faixas superiores a 3 salários mínimos. Neste sentido, é possível analisar que o emprego sem a permanência do jovem no sistema educacional, resulta em salários menores.

Salário e escolaridade dos jovens

Quantidade de pessoas com vínculo ativo por escolaridade, segundo faixa de salário mínimo, em Florianópolis - 2018

Escolaridade	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 7,00	Mais de 7,00
Analfabeto	0	4	32	8	1	0	0
Fundamental incompleto	3	55	950	277	2	1	1
Fundamental completo	12	340	4.917	1.199	11	14	14
Médio completo	73	1.397	27.448	9.168	321	111	111
Ensino Superior	30	188	2.519	2.521	2.744	867	653
Pós-Graduação	2	1	25	22	50	17	28

Remunerações não classificadas	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 7,00	Mais de 7,00
	2	15	66	202	11	0	0

Salários X Pessoas	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 7,00	Mais de 7,00
	120	1.985	35.891	13.195	5.279	1.218	807

TOTAL

58.791

Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

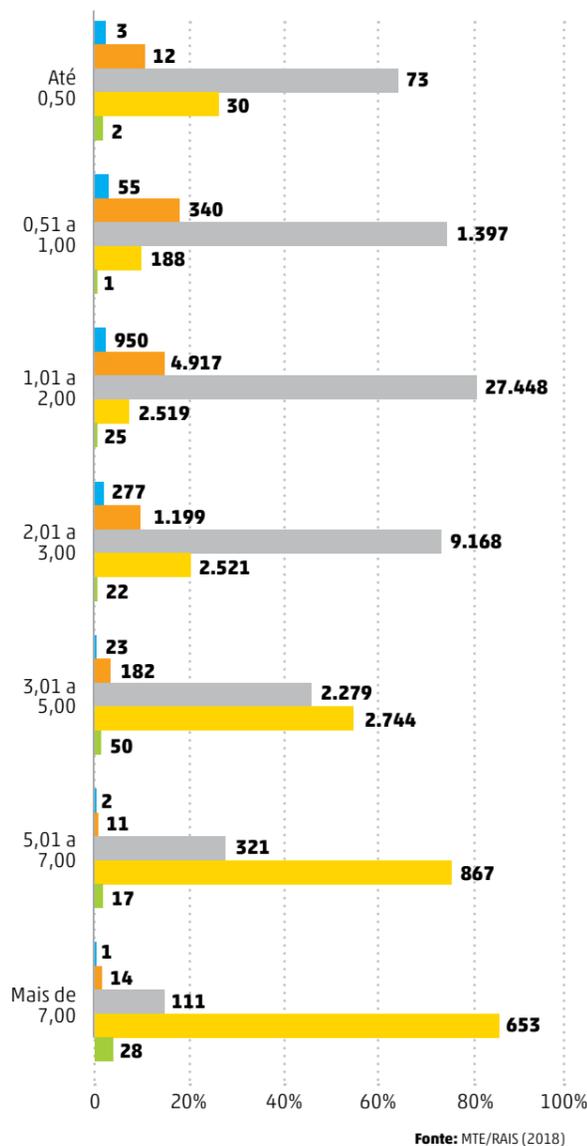
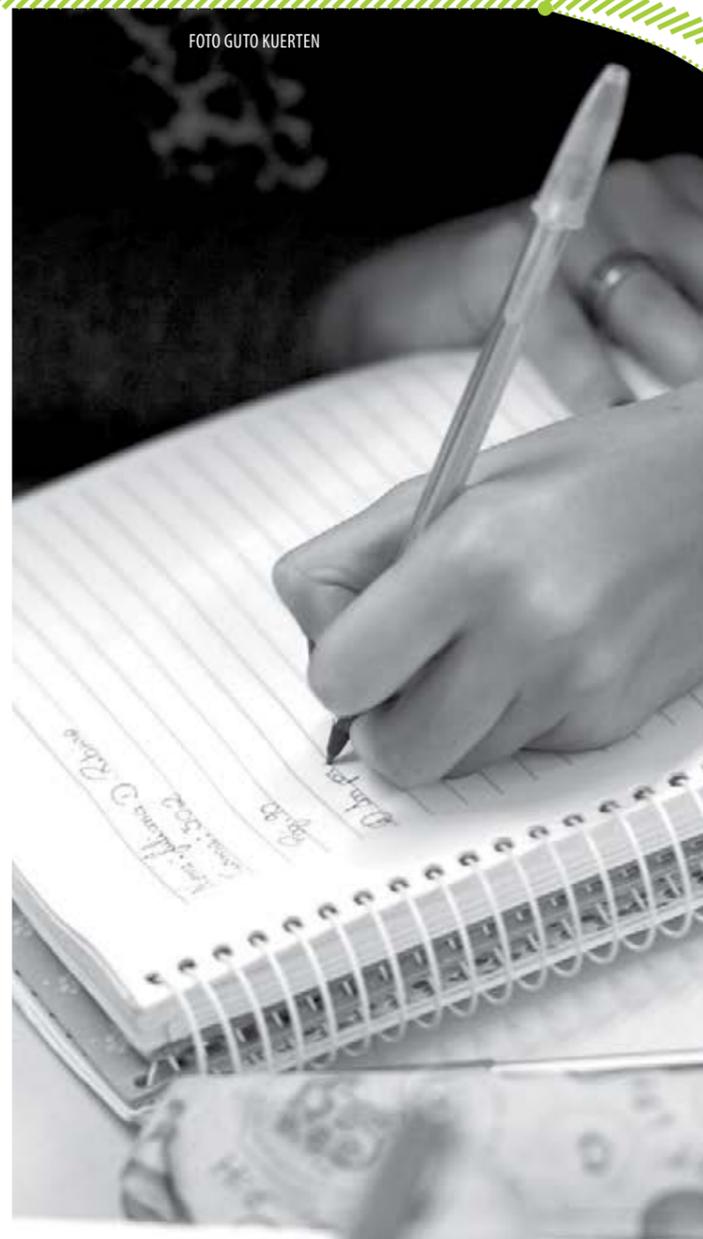


FOTO GUTO KUERTEN



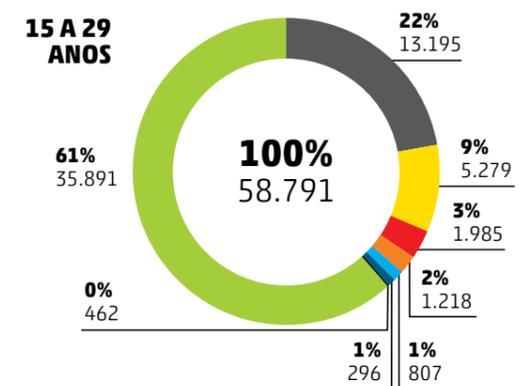
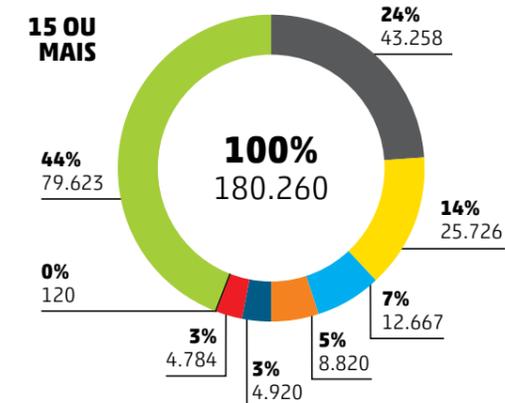
Em 2018, aproximadamente **55 mil jovens ganharam até R\$ 3.816** na capital, o equivalente a 4 salários mínimos da época.

CLT E OUTROS VÍNCULOS: JUVENTUDE TRABALHANDO

Em Florianópolis, **80% dos trabalhadores com vínculo ativo em dezembro de 2018 tiveram rendimento médio de até R\$ 3.816 o equivalente a 4 salários mínimos (vigente no período).**

Renda média salarial

Distribuição, em percentual, da quantidade de pessoas com vínculo CLT ativo, por faixa de salário mínimo, em Florianópolis - 2018



Até 0,50 0,51 a 1,00 1,01 a 2,00 2,01 a 3,00 3,01 a 5,00 5,01 a 7,00 Mais de 7,00 Ñ class.

Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

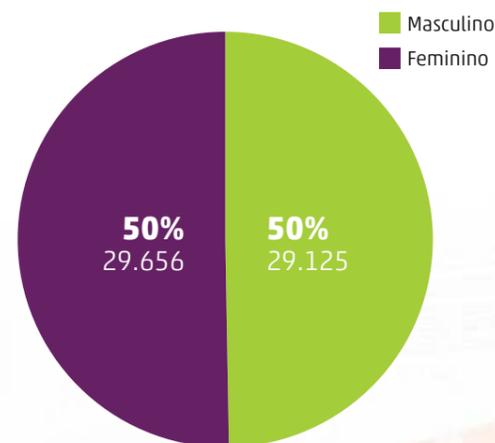
GÊNERO

Conforme a CLT, homens e mulheres que desempenharem a mesma função, ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, têm direito a igual salário, sem distinção por sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

Do total de trabalhadores com vínculo CLT em Florianópolis em 2018, **52% são homens e 48% mulheres**. Se considerados apenas os **trabalhadores jovens**, essa proporção se equipara: **50% são pessoas do sexo feminino e 50% do sexo masculino**.

Homens e mulheres jovens com vínculo CLT

Distribuição, em percentual, da quantidade de pessoas com vínculos ativos, entre 15 e 29 anos, por sexo, em Florianópolis - 2018



Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

COR/RAÇA

Nos dados disponibilizados pelo banco de dados das bases estatísticas RAIS e CAGED do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda (MTE), atual Ministério da Economia, não há desagregação por cor/raça para dados municipais.

A ausência dos dados sobre a população negra dificulta a formulação de políticas públicas e ações que visem a promoção de equidade racial, conforme prevê o Estatuto de Igualdade Racial, o qual institui a defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua raça/cor ou etnia (BRASIL, 2003).

Em Florianópolis, foi criada a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) em 2007. Conforme o disposto na lei n. 7511 de 2007, a COMPIR tem como finalidade promover a igualdade racial da população negra no município.

INIQUIDADES SOCIAIS:

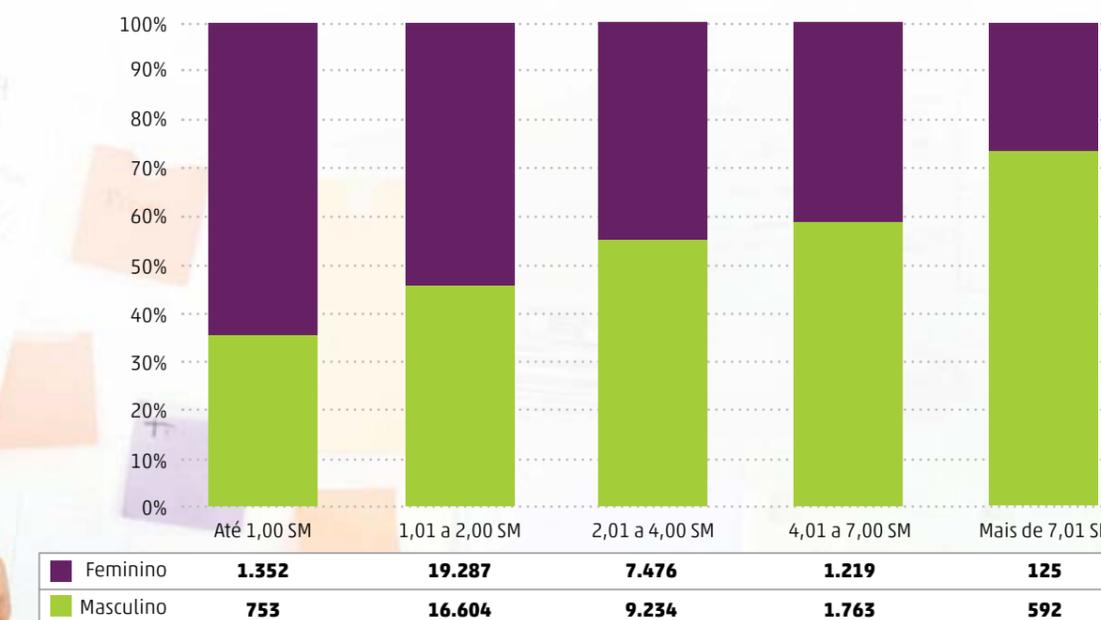
QUANTO MAIOR A FAIXA SALARIAL, MENOR A PRESENÇA FEMININA

O rendimento médio dos trabalhadores entre 15 e 29 anos, sob vínculo CLT e segundo o sexo, indica desigualdades em relação à remuneração. Mesmo as mulheres jovens cor-

respondendo a 50% dos trabalhadores nesta faixa etária, a proporção não se reflete em relação ao salário: quanto maior a faixa salarial, menor a presença feminina.

Gênero e desigualdade salarial

Distribuição, em percentual, da quantidade de pessoas com vínculo CLT, entre 15 e 29 anos, por sexo, segundo faixa de renda (SM), em Florianópolis - 2018



Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018
Faixa de renda em número de salário mínimo

Fonte: MTE/RAIS (2018)

Mesmo as mulheres jovens correspondendo a 50% dos trabalhadores nesta faixa etária, a proporção não se reflete em relação ao salário: **quanto maior a faixa salarial, menor a presença feminina**.

OUTROS VÍNCULOS

Estatutários, temporários, diretores, com contrato de lei e avulsos

Além do vínculo trabalhista regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho, outros tipos de vínculo formal estão presentes no mundo do trabalho, são eles: estatutário, temporário, diretor, com contrato de lei e avulso. Os trabalhadores estatutários são aqueles cujas funções estão regulamentadas por um estatuto próprio e não pela Consolidação das Leis do Trabalho, possuindo com o poder público relação de trabalho de natureza profissional e caráter não eventual, mais conhecidos como funcionários públicos. Foram considerados trabalhadores temporários aqueles que prestam serviço a uma determinada empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal ou de aumento de serviços, bem como, aqueles que prestam serviços em caráter esporádico de curta duração.

Os diretores são reconhecidos como os “diretores não empregados” que gozam de não subordinação total, ou seja, são os administradores que não são sócios de uma empresa ou os diretores estatutários de uma organização de interesse público. Em relação aos trabalhadores com contrato de lei são aqueles cujos vínculos são regidos por lei municipal ou estadual, por prazo determinado, em qualquer atividade, mas que represente aumento do número de empregados. Já os trabalhadores avulsos, sindicalizados ou não, são aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, executando-os por um período de curta duração, sem vínculo empregatício.

Entre os **7.760** jovens com estes tipos de vínculos em Florianópolis, **94% eram estatutários e 6% eram temporários, e menos de 1% trabalharam como diretor e com contrato de lei municipal.**

CLT E OUTROS VÍNCULOS: JUVENTUDE TRABALHANDO

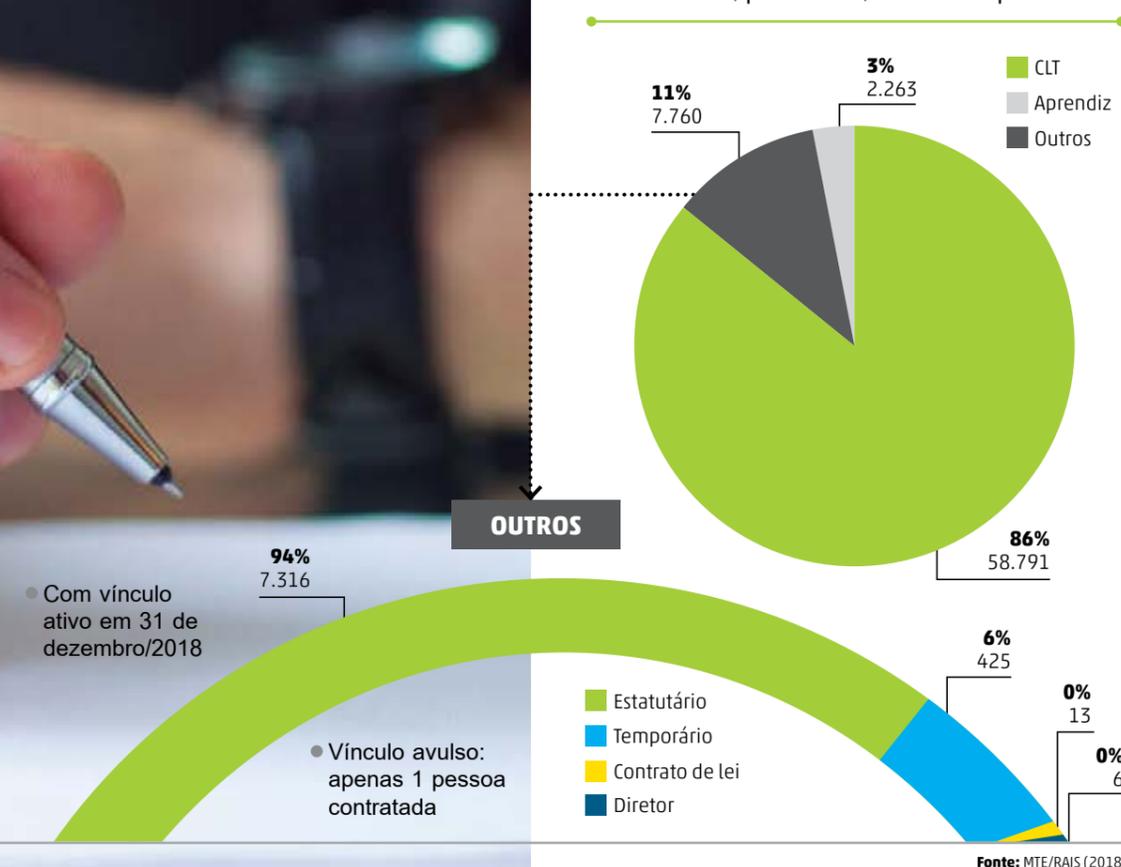
VÍNCULOS

Do total de 68.814 adolescentes e jovens trabalhando em Florianópolis em 2018, 11% (o que representa 7.760 jovens) possuem vínculos como estatutários, temporários e diretores. Se considerados todos os trabalhadores de Florianópolis que possuem estes tipos de vínculo de trabalho, os jovens representam 8%.

Do total destes trabalhadores, 8% eram adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, representando 7.760, sendo 4.293 jovens do sexo masculino e 3.467 do feminino.

Vínculos

Percentual de jovens, entre 15 e 29 anos, com contrato ativo, por vínculo, em Florianópolis – 2018



ILHA DA TECNOLOGIA: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E MUNDO DO TRABALHO

HISTÓRIA DO POLO TECNOLÓGICO

Processo de desenvolvimento do polo tecnológico de Florianópolis - 1960 a 2018

1960	1984	1986	1993	1995	1998	2000	2002	2006	2009	2010	2011	2012	2017	2018
Criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e implantação no Instituto Federal de SC (IFSC) de cursos em novas áreas e especialidades. Com a expansão das duas instituições, cresceu a implantação de laboratórios e grupos de pesquisa, gerando um ambiente de conhecimento, inovação, pesquisa e desenvolvimento.	Foi criada a Fundação CERTI, centro de tecnologia e inovação que desenvolve produtos para empresas no Brasil e no Exterior.	Surgiu em Florianópolis a primeira incubadora de base tecnológica do país, denominada quase uma década depois de Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA). No mesmo ano, foi criada a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE) e o Condomínio Industrial de Informática (CII), na Trindade.	Foi implantado o Parque Tecnológico Alfa, no bairro João Paulo. Com 100 mil metros quadrados e com mais de 70 empresas de tecnologia instaladas, o Parque Tecnológico materializou a proposta de um ambiente voltado para a inovação.	Foi criada a Fundação de Apoio à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC), concebida para fomentar as atividades de ciência, tecnologia e inovação no Estado.	Foi implantada a incubadora MIDI Tecnológico que, assim como o CELTA, consolidou e tornou referência nacional o modelo catarinense de incubação.	Foi criado o LABelectron, um laboratório-fábrica que tem como objetivo apoiar a elaboração de projetos e a produção de produtos eletrônicos.	Surge o projeto do Sapiens Parque, um parque de inovação com 4,5 milhões de metros quadrados, criado para a implantação de empresas e iniciativas inovadoras em tecnologia, turismo e serviços.	Florianópolis foi eleita uma das "10 cidades mais dinâmicas do mundo", título conferido pela revista internacional Newsweek.	Foi criado o Parque Tecnológico ACATE (ParqTec ACATE). No mesmo ano, foi regulamentada a Lei Catarinense de Inovação e criada a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura de Florianópolis (SMCTDES).	Foi lançada a logomarca Capital da Inovação, representando a identidade de Florianópolis como celeiro de iniciativas inovadoras.	Foi realizada a I Semana Municipal de Ciência e Tecnologia, com uma agenda de eventos e ações realizadas por diversas instituições da cidade.	Foi aprovada pela Câmara dos Vereadores a Lei Municipal de Inovação, elaborada pela Prefeitura de Florianópolis. No mês de setembro foram empossados os membros da primeira gestão do Conselho Municipal de Inovação e teve início o processo de regulamentação da Lei.	A lei complementar nº 432, de maio de 2012 que dispõe sobre sistemas, mecanismos e incentivos à atividade tecnológica e inovativa, foi regulamentada visando o desenvolvimento sustentável do município de Florianópolis.	Foi aprovada e sancionada a lei n. 10.379, a qual institui a Semana Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizada, anualmente, no mês de outubro, em data coincidente com a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT).

Fonte: Prefeitura de Florianópolis - Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento econômico (2019) e FLORIANÓPOLIS (2019)

ATIVIDADE ECONÔMICA

Atualmente, o setor tecnológico é formado pelas atividades econômicas de **indústria de transformação, atividades profissionais, científicas e técnicas, educação, artes, cultura, esporte e recreação, bem como, informação e comunicação.**

Na composição desse setor, a atividade econômica de informação e comunicação tem papel importante nas transformações econômicas e sociais para a cidade e para o mundo do trabalho. Especificamente, essa seção de atividade econômica compreende atividades de criação e colocação de produtos com conteúdo de informação em mídias que viabilizam a sua disseminação, atividades de transmissão e atividades de provisão para transmissão e armazenamento.

O produto com conteúdo de informação não é necessariamente tangível e, diferentemente de um produto tradicional, não está associado a um formato específico. O valor desses produtos está no conteúdo e não no formato do suporte no qual são colocados para serem distribuídos (IBGE, 2019).



Destaca-se nessas atividades os **serviços de informação** e os **serviços de tecnologia da informação.**

Atividades do setor da tecnologia

Atividades econômicas do setor da tecnologia e inovação e número de estabelecimentos, em Florianópolis - 2018

- Subclasse CNAE 2.0 por Seção CNAE 2.0.
- Foi considerado setor de tecnologia o somatório das atividades econômicas de 'tecnologia e inovação' conforme critério ACATE, e das atividades que formam o setor de "tecnologia e informação" conforme a CONCLA, cujo total geral é 31 atividades, sendo 24 atividades identificadas na capital de Florianópolis, dos estabelecimentos com vínculo ativo em dezembro/2018.

SEÇÃO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE ECONÔMICA	Nº
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO 	Fabricação de Aparelhos e Equipamentos de Medida, Teste e Controle	9
	Fabricação de Equipamentos de Informática	6
	Fabricação de Periféricos para Equipamentos de Informática	5
	Fabricação de Aparelhos Telefônicos e de Outros Equipamentos de Comunicação, Peças e Acessórios	3
	Fabricação de Equipamentos e Instrumentos ópticos, Peças e Acessórios	2
	Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Distribuição e Controle de Energia Elétrica	2
	Fabricação de Outros Equipamentos e Aparelhos Elétricos não Especificados Anteriormente	2
	Fabricação de Componentes Eletrônicos	1
	Fabricação de Aparelhos de Recepção, Reprodução, Gravação e Amplificação de áudio e Vídeo	1
	Fabricação de Cronômetros e Relógios	1
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 	Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda	79
	Desenvolvimento de Programas de Computador Customizáveis	79
	Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação	75
	Desenvolvimento de Programas de Computador Não-Customizáveis	59
	Consultoria em Tecnologia da Informação	35
	Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviços de Informação na Internet	34
	Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet	26
	Provedores de Acesso às Redes de Comunicações	9
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS 	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais	46
	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Sociais e Humanas	6
EDUCAÇÃO 	Treinamento em Informática	10
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO 	Exploração de Jogos Eletrônicos Recreativos	2
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS 	Reparação e Manutenção de Computadores e de Equipamentos Periféricos	42
	Reparação e Manutenção de Equipamentos de Comunicação	9
TOTAL		543

Fonte: MTE/RAIS (2018); ACATE (2018); IBGE/CONCLA (2019)

Setor de tecnologia e inovação

ATIVIDADES ECONÔMICAS DO SETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Foram consideradas para compor as 31 atividades econômicas consideradas no setor de Tecnologia e Inovação desta pesquisa, os pré-requisitos da ACATE, referente à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) considerada para associação, bem como as classificações do IBGE da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA).

1) Reprodução de Software em Qualquer Suporte **2)** Fabricação de Componentes Eletrônicos **3)** Fabricação de Equipamentos de Informática **4)** Fabricação de Periféricos para Equipamentos de Informática **5)** Fabricação de Equipamentos Transmissores de Comunicação, Peças e Acessórios **6)** Fabricação de Aparelhos Telefônicos e de Outros Equipamentos de Comunicação, Peças e Acessórios **7)** Fabricação de Aparelhos de Recepção, Reprodução, Gravação e Amplificação de áudio e Vídeo **8)** Fabricação de Aparelhos e Equipamentos de Medida, Teste e Controle **9)** Fabricação de Cronômetros e Relógios **10)** Fabricação de Equipamentos e Instrumentos ópticos, Peças e Acessórios **11)** Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Distribuição e Controle de Energia Elétrica **12)** Fabricação de Equipamentos para Sinalização e Alarme **13)** Fabricação de Outros Equipamentos e Aparelhos Elétricos não Especificados Anteriormente **14)** Provedores de

Acesso às Redes de Comunicações **15)** Provedores de Voz Sobre Protocolo Internet - Voip **16)** Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda (Desativado) **17)** Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda **18)** Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação **19)** Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet **20)** Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviços de Informação na Internet **21)** Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais **22)** Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Sociais e Humanas **23)** Exploração de Jogos Eletrônicos Recreativos **24)** Reparação e Manutenção de Computadores e de Equipamentos Periféricos **25)** Reparação e Manutenção de Equipamentos de Comunicação **26)** Web Design **27)** Consultoria em Tecnologia da Informação **28)** Treinamento em Informática.

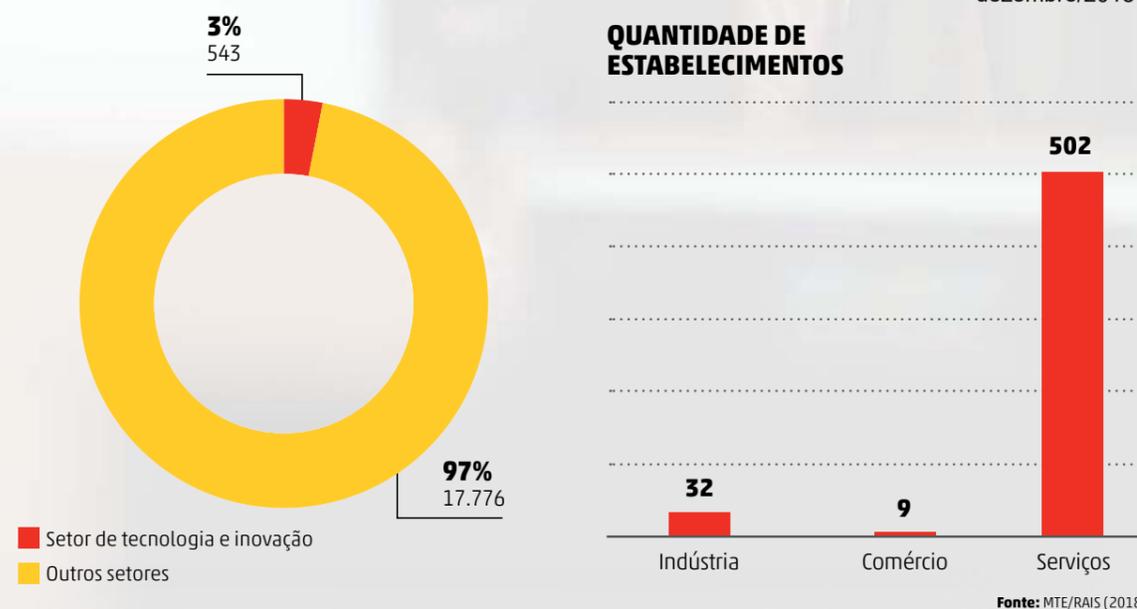
SETOR ECONÔMICO

O setor de tecnologia e inovação de Florianópolis oferta oportunidade de trabalho em diferentes áreas que compõem a economia da cidade. Elas estão presentes em estabelecimentos nos setores de serviços, indústria e comércio. **Na capital, dos 18.319 estabelecimentos ativos em dezembro de 2018, 3% integravam o setor de tecnologia e inovação e 97% outros setores tradicionais.**

Representatividade do setor de tecnologia e inovação

Participação, em percentual, segundo quantidade de estabelecimentos do setor de tecnologia e inovação, Florianópolis - 2018

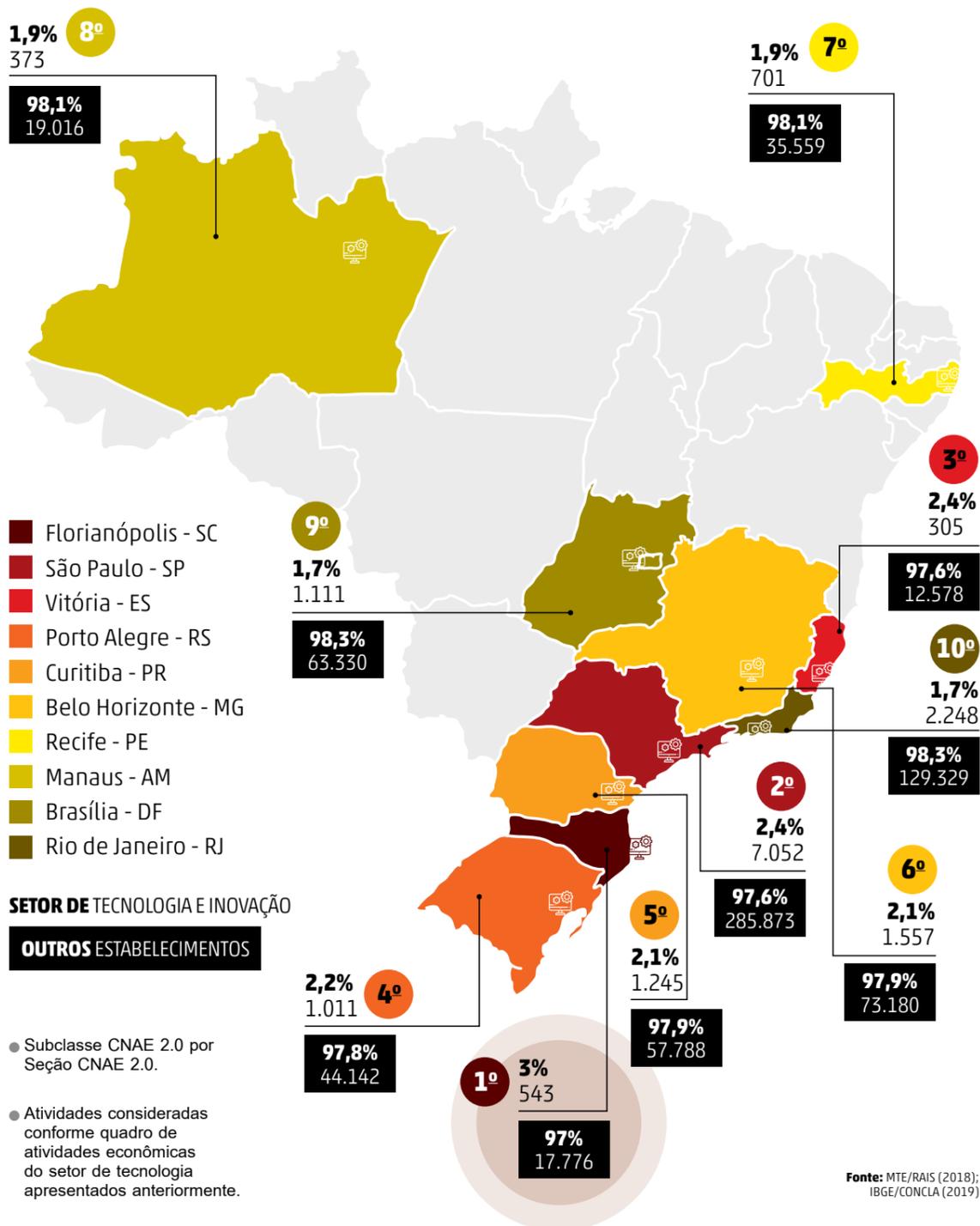
● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018



Florianópolis lidera ranking de representação local do setor de tecnologia e inovação. **O somatório de estabelecimentos ativos em 2018 representa 3% do total na capital, à frente de capitais como São Paulo (2,4%), Vitória (2,4%) e Porto Alegre (2,2%).**

Top 10: Comparação da representatividade do setor de tecnologia e inovação

Ranking da participação do setor de tecnologia e inovação, segundo quantidade de estabelecimentos, das capitais do Brasil - 2018.



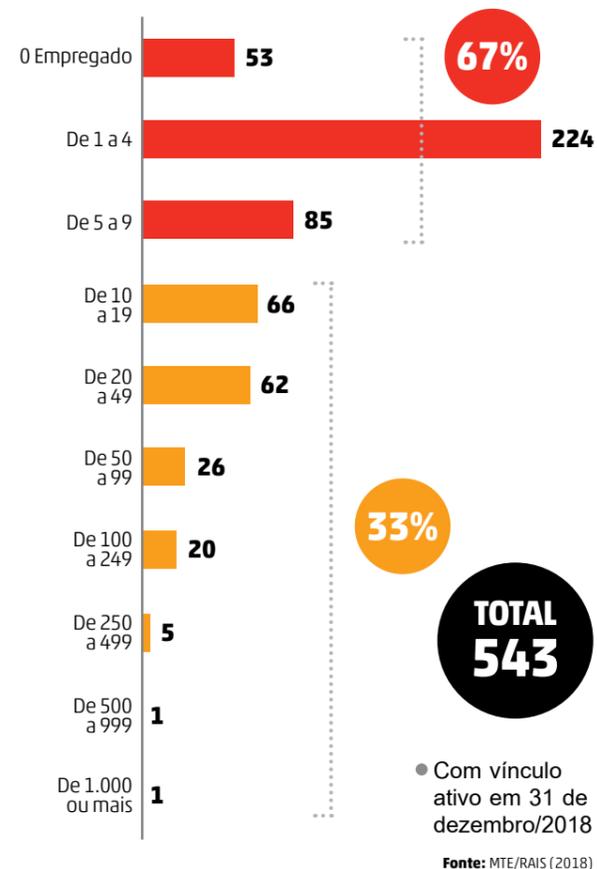
TAMANHO DOS ESTABELECEMENTOS

Ao todo, são 543 estabelecimentos do setor de tecnologia e inovação na capital catarinense em 2018, sendo que 67% possuíam até 9 empregados e 33% possuíam acima de 10 empregados, diferenciando-se do padrão da cidade. Se considerado todos os setores, os resultados indicaram, em seção anterior, que 83% possuíam até 9 empregados e 17% possuíam acima de 10.

Na capital catarinense, 1 em cada 3 estabelecimentos do setor de tecnologia e inovação possui 10 empregados.

Estabelecimentos por tamanho

Quantidade de estabelecimentos, por número de empregados, do setor de tecnologia e inovação, em Florianópolis - 2018



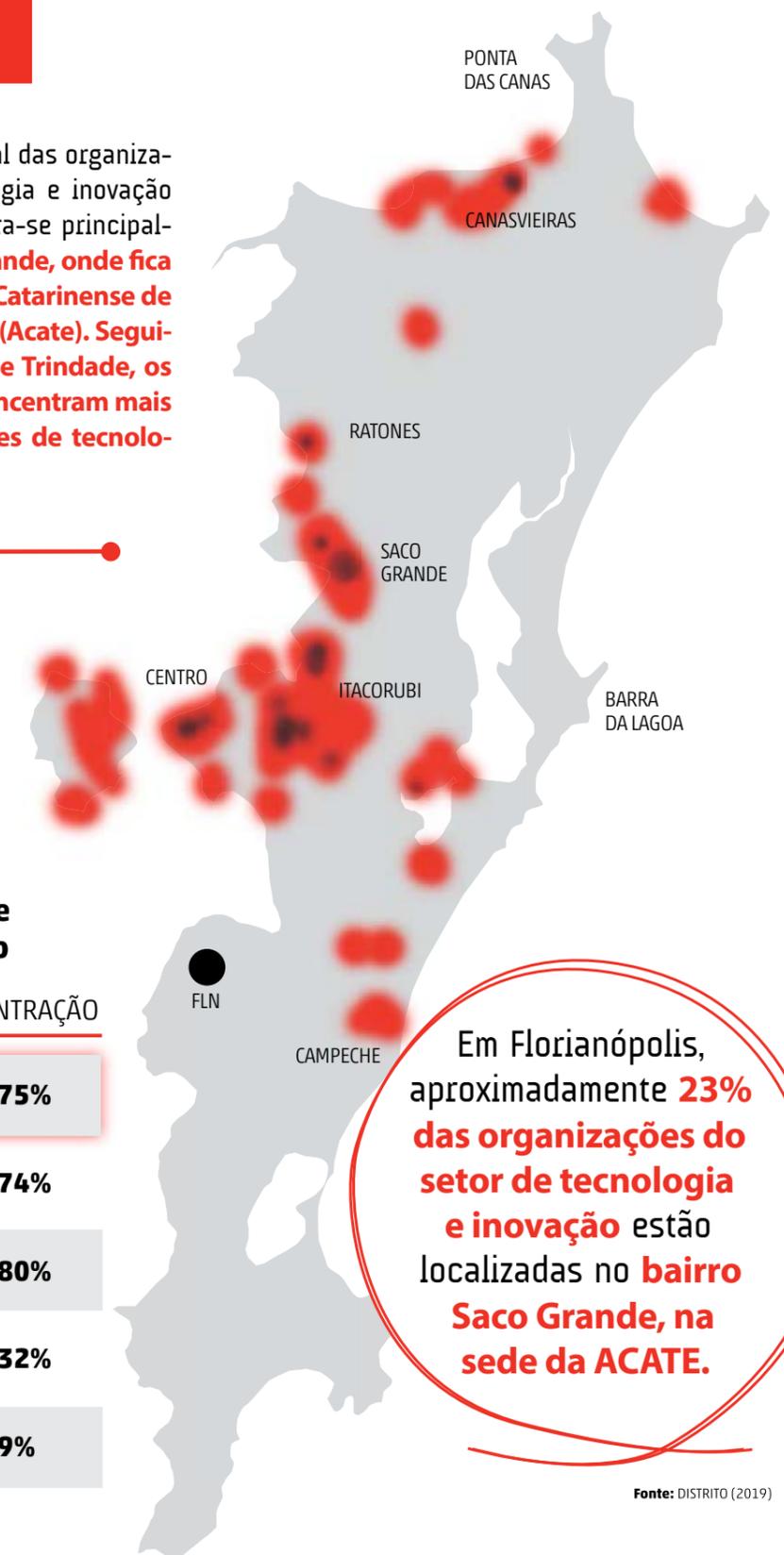


MONTAGEM EM FOTO DE ONLYYOUUJE MRSIRAPHOL - WWW.FREEPIK.COM

ILHA DA TECNOLOGIA

SETOR NO MAPA

A distribuição territorial das organizações do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis concentra-se principalmente no bairro **Saco Grande**, onde fica localizada a **Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate)**. Seguido do **Itacorubi**, **Centro** e **Trindade**, os quatro bairros juntos concentram mais de **60% das organizações de tecnologia e inovação**.



TOP 5:

Bairros que concentram o setor de tecnologia e inovação

BAIRRO	CONCENTRAÇÃO
1º Saco Grande	22,75%
2º Itacorubi	13,74%
3º Centro	12,80%
4º Trindade	12,32%
5º Canasvieiras	5,69%

Em Florianópolis, aproximadamente **23%** das organizações do setor de tecnologia e inovação estão localizadas no **bairro Saco Grande**, na sede da **ACATE**.

Fonte: DISTRITO (2019)

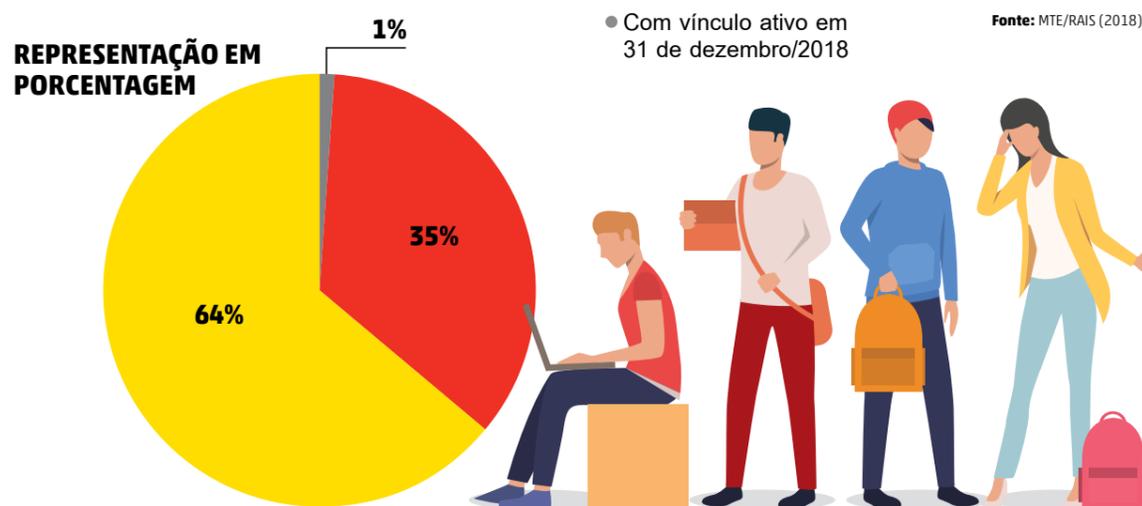
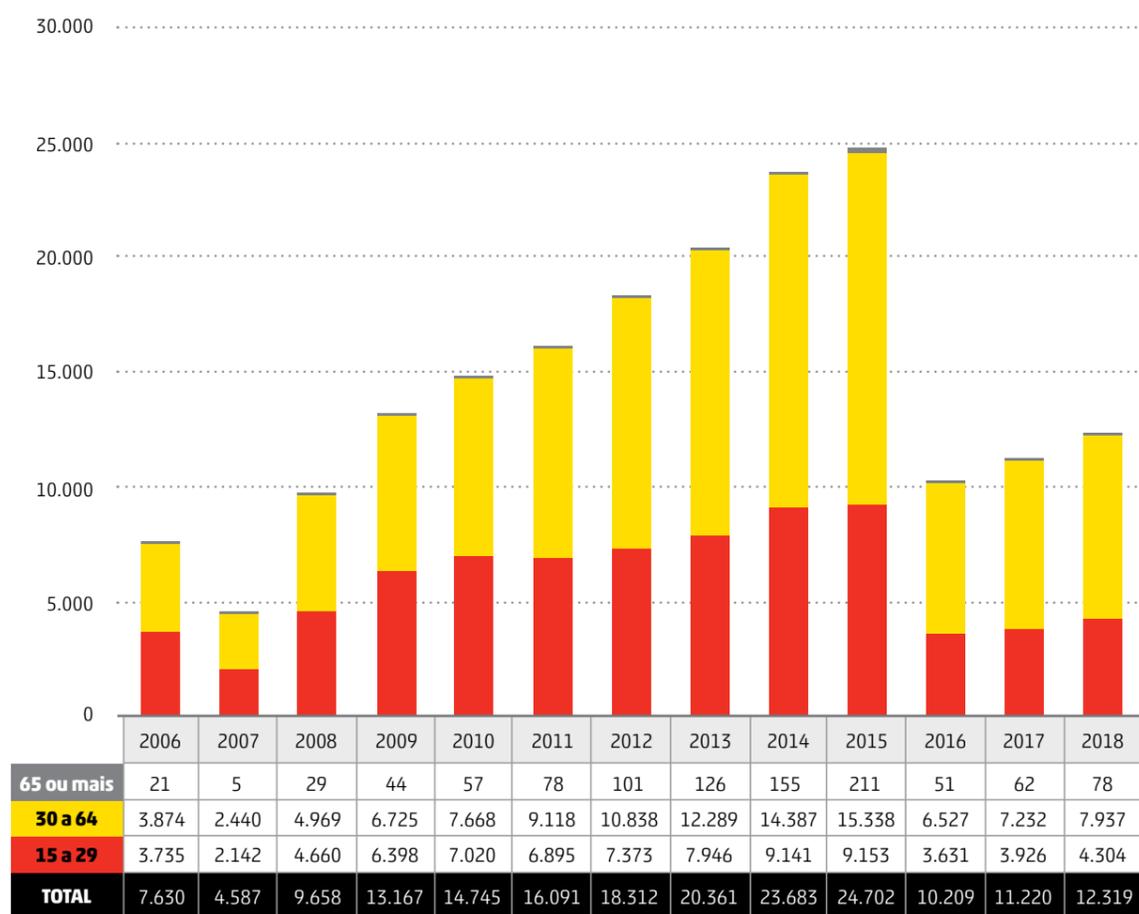
VÍNCULOS

Ao longo do tempo, a quantidade de pessoas contratadas no setor de tecnologia e inovação cresceu, passando de **7.630 em 2006 para 12.319 em 2018**. Apesar de queda acentuada entre 2015 e 2016, há uma tendência de retomada do crescimento a partir de 2016. E diferentemente do padrão de comportamento médio da capital, conforme analisado na seção anterior, em que há uma queda da participação do jovem no mundo do trabalho, **esse aumento no setor de tecnologia e inovação, entre os anos de 2016 e 2018, está acompanhado pelo aumento proporcional da quantidade de jovens entre 15 e 29 anos.**

Em 2018, **35% das contratações no setor de tecnologia e inovação em Florianópolis foram de adolescentes e jovens, entre 15 e 29 anos.**

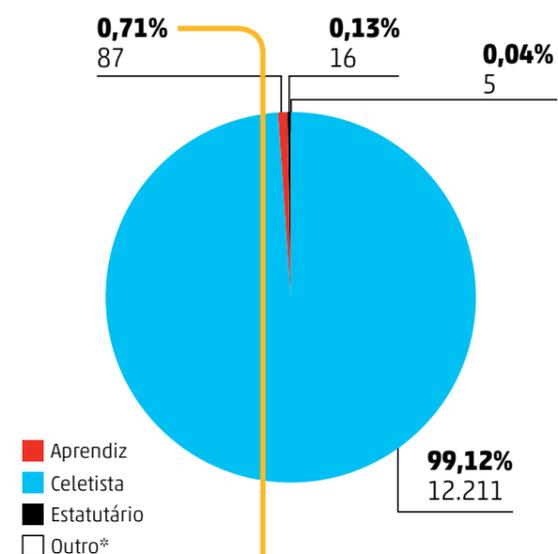
Vínculos

Série histórica da quantidade de pessoas com vínculo ativo no setor de tecnologia e inovação, por faixa etária, em Florianópolis – 2006 a 2018

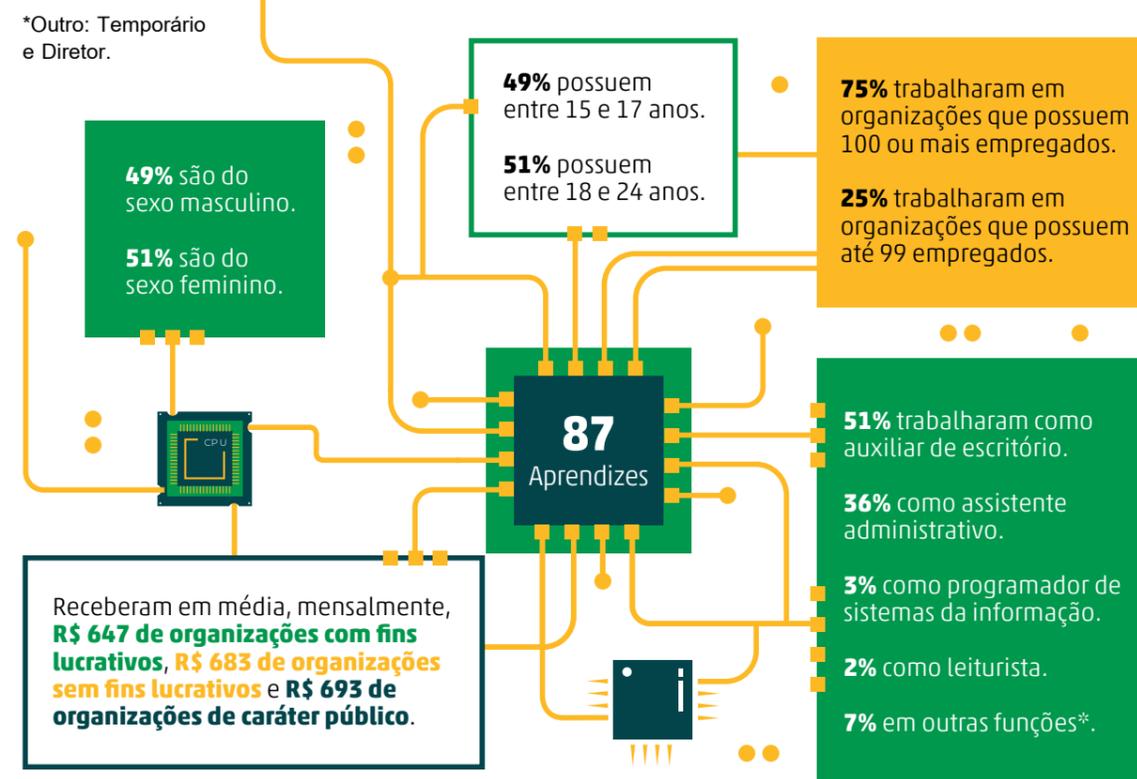


Tipos de vínculo

Pessoas contratadas, por tipo de vínculo, no setor de tecnologia e inovação, em Florianópolis – 2018



Em Florianópolis, dos **2.265 aprendizes contratados em 2018**, apenas **87 estavam no setor de tecnologia e inovação**. Se considerado apenas os vínculos deste setor, a representatividade das contratações de aprendizes é **menor que 1%**.



*Outras funções, são elas: Técnico de manutenção eletrônica, Técnico de apoio ao usuário de informática (Helpdesk), Controlador de entrada e saída, Auxiliar de contabilidade, Almoxarife, Vendedor de comércio varejista, Montador de equipamentos eletrônicos (máquinas industriais).

● Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

POTENCIAL DE CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

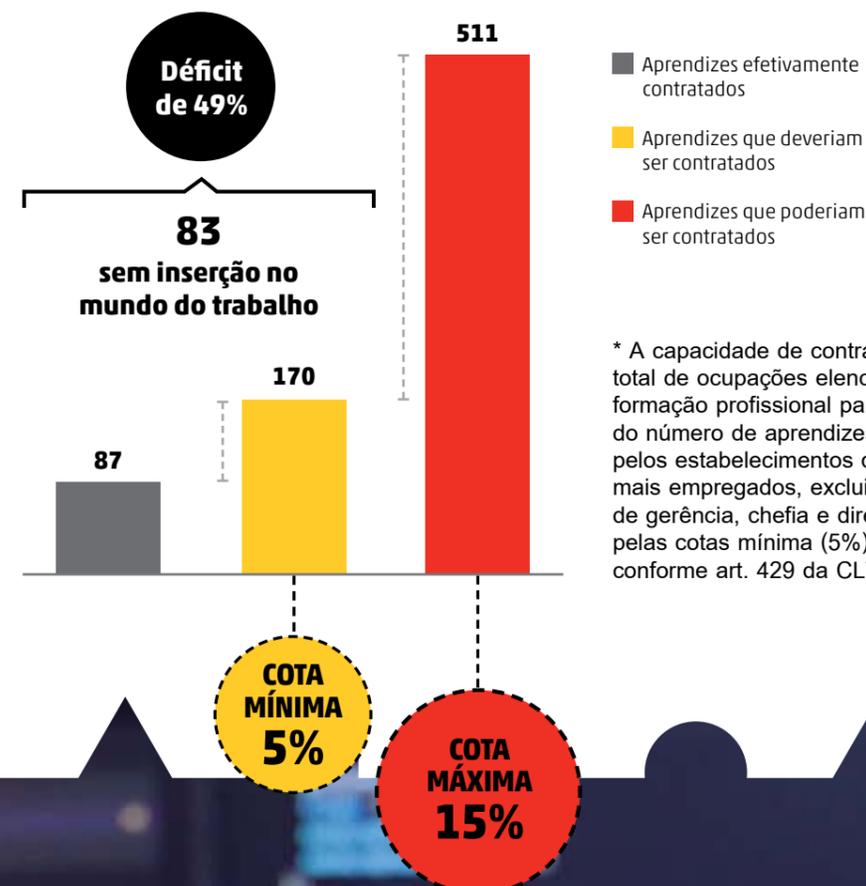
O Estatuto da Juventude estabelece que o jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Estima-se que em 2018, **considerando a exigência mínima de 5% da cota de aprendizagem prevista em lei, o setor de tecnologia e inovação de Florianópolis deveria ter contratado 170 aprendizes, no entanto, foram contratados apenas 87, o que representa um déficit de 49%**. São 83 adolescentes e jovens sem a oportunidade de qualificação profissional pelo não cumprimento da Lei de Aprendizagem pelas organizações de tecnologia e inovação.

Em 2018, **511 adolescentes e jovens** poderiam ter tido a oportunidade de inserção no mundo do trabalho em organizações de **tecnologia e inovação**.

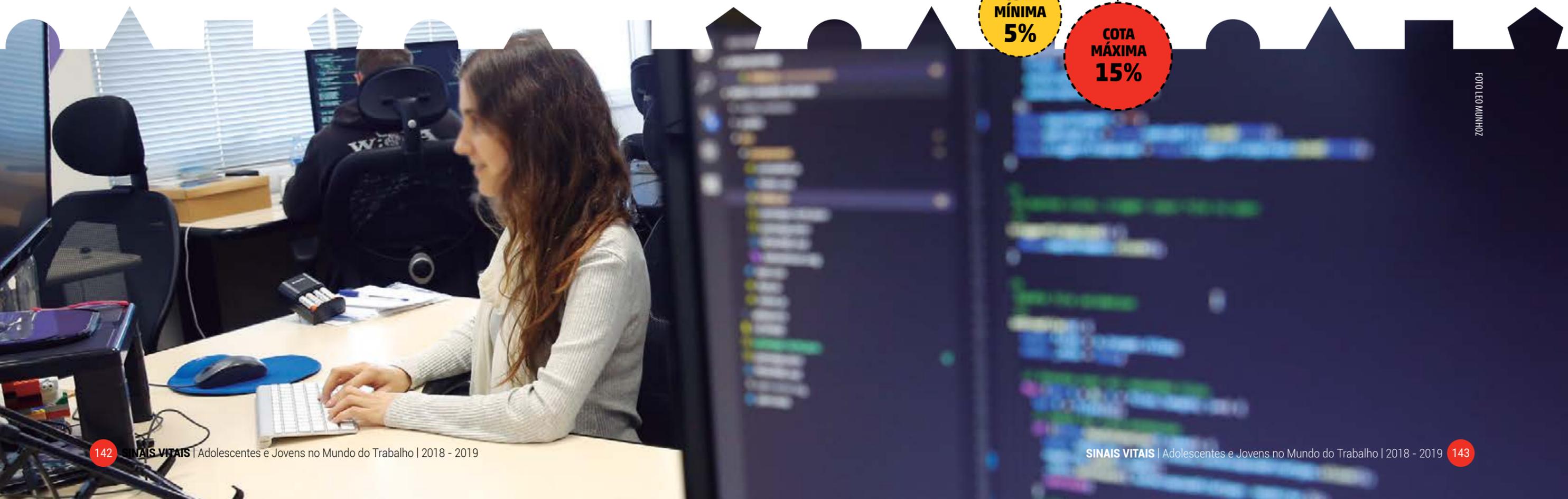
Estimativa da capacidade de contratação

Aprendizes contratados e estimativa da capacidade de contratação, segundo cotas mínima e máxima, no setor de tecnologia e inovação em Florianópolis - 2018



* A capacidade de contratação refere-se ao total de ocupações elencadas que demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos que possuem 10 ou mais empregados, excluindo-se as ocupações de gerência, chefia e diretoria; multiplicado pelas cotas mínima (5%) e máxima (15%) conforme art. 429 da CLT.

Fonte: Elaborado pelo ICOM com base nos dados do MTE/RAIS (2018)



FOTOLEO MUNHOZ

OCUPAÇÕES

Em 2018, **38,5% dos adolescentes e jovens que trabalharam no setor de tecnologia e inovação exerceram, principalmente, as funções de analista de sistemas e analis-**

ta de suporte computacional. Outros 28,6% trabalharam como técnicos de nível médio, atuando principalmente como programador e como “helpdesk”.

Ocupações dos adolescentes e jovens no mundo do trabalho

Ocupações, em número de pessoas e percentual, das pessoas entre 15 e 29 anos no setor de tecnologia e inovação, em Florianópolis – 2018

OCUPAÇÕES	PRINCIPAIS FUNÇÕES	QUANTIDADE	REPRESENTAÇÃO DO TOTAL
Técnicos de nível médio	Programador de sistemas de informação, técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	1.655	38,5%
Profissionais das ciências e das artes	Analista de desenvolvimento de sistemas, analista de suporte computacional	1.230	28,6%
Trabalhadores de serviços administrativos	Assistente administrativo, auxiliar de escritório	835	19,40%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	Analista de negócios, analista de mercado	300	7,0%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	Vendedor de comércio varejista, leiturista	211	4,9%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	Alimentador de linha de produção, montador de equipamentos eletrônicos	67	1,6%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (outras funções)	Auxiliar de laboratório de análises físico-químicas	3	0,1%
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	Supervisor de manutenção eletroeletrônica, eletricitista de manutenção eletroeletrônica	3	0,1%
TOTAL		4.304	100%

● Conforme Classificação Brasileira Ocupacional (CBO)

SALÁRIO E OCUPAÇÕES

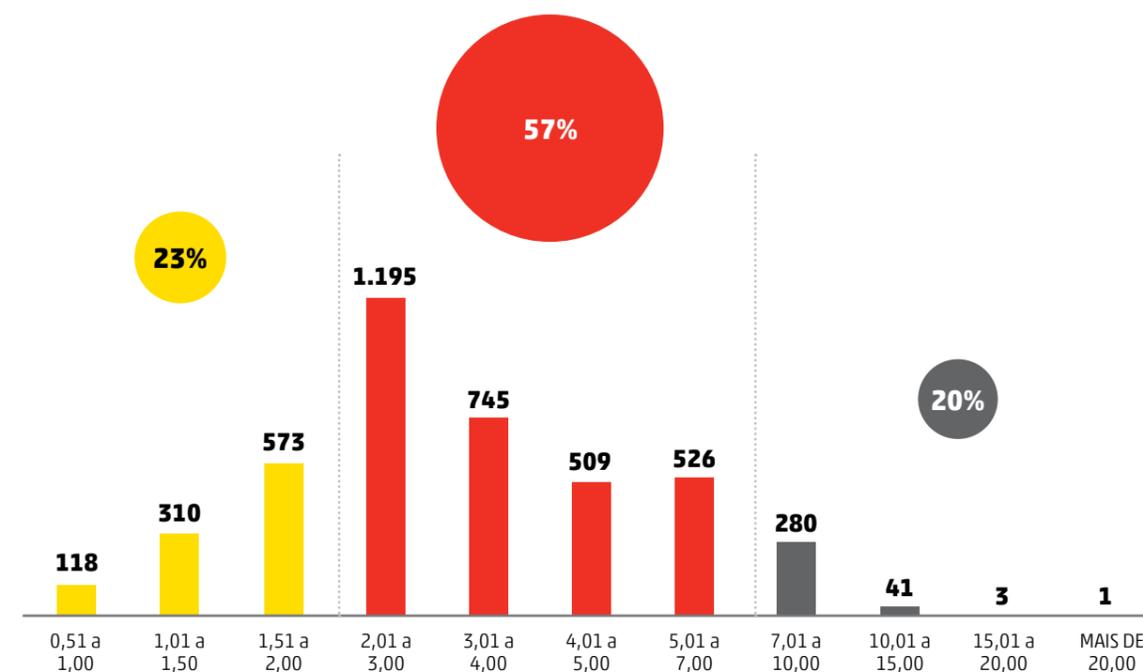
Em Florianópolis, os adolescentes e jovens que trabalharam do setor de tecnologia e inovação ganharam, em média R\$ 3.405,23 em 2018. No entanto, a distância salarial entre eles pode corresponder a mais de 20 salários mínimos. **Neste setor, 23% dos trabalhadores com idade entre 15 e 29 anos ganharam até 2 salários mínimos, 57% ganharam entre 2 e 7 e 20% ganharam acima de 7 salários.** Juntos, esses trabalhadores rece-

beram cerca de R\$ 14,6 milhões, no entanto, a repartição apresenta grandes iniquidades. Em Florianópolis, 20% dos trabalhadores do setor de tecnologia e inovação ganharam, no total, R\$ 5,7 milhões, ou seja, cerca de 1/5 dos trabalhadores do setor de tecnologia e inovação ganharam 39% do rendimento total do setor no mercado de trabalho. Ao passo que 23% ganharam R\$1,4 milhão, ou seja, ganharam apenas 10% do rendimento total do setor.

Renda

Pessoas contratadas, entre 15 a 29 anos, por faixa de salário mínimo, no setor de tecnologia e inovação, em Florianópolis – 2018

● Conforme Classificação Brasileira Ocupacional (CBO)



Fonte: MTE/RAIS (2018)

As ocupações dos trabalhadores com remuneração acima de 7 salários mínimos, o que equivale a mais de R\$ 6.678, estão concentradas nas áreas de programação, desenvolvimento de sistemas e engenharia. Já as ocupações com menores salários, até 2 salários mínimos, que em 2018 era de R\$ 954, estão concentradas em atividades como recepção, vendas, serviços administrativos e técnico de informática.

CONHEÇA ALGUMAS DAS OCUPAÇÕES* MAIS COMUNS COM:

MAIOR REMUNERAÇÃO ENTRE TRABALHADORES, ENTRE 15 E 29 ANOS, DO SETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS - 2018:



MENOR REMUNERAÇÃO ENTRE TRABALHADORES, ENTRE 15 E 29 ANOS, DO SETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS - 2018:



* Ocupações mais frequentes com rendimentos até 2 salários mínimos

● Conforme Classificação Brasileira Ocupacional (CBO)

Fonte: MTE/RAIS (2018)

7
é a quantia de salários mínimos recebidos pelos trabalhadores das áreas de programação, desenvolvimento de sistemas e engenharia

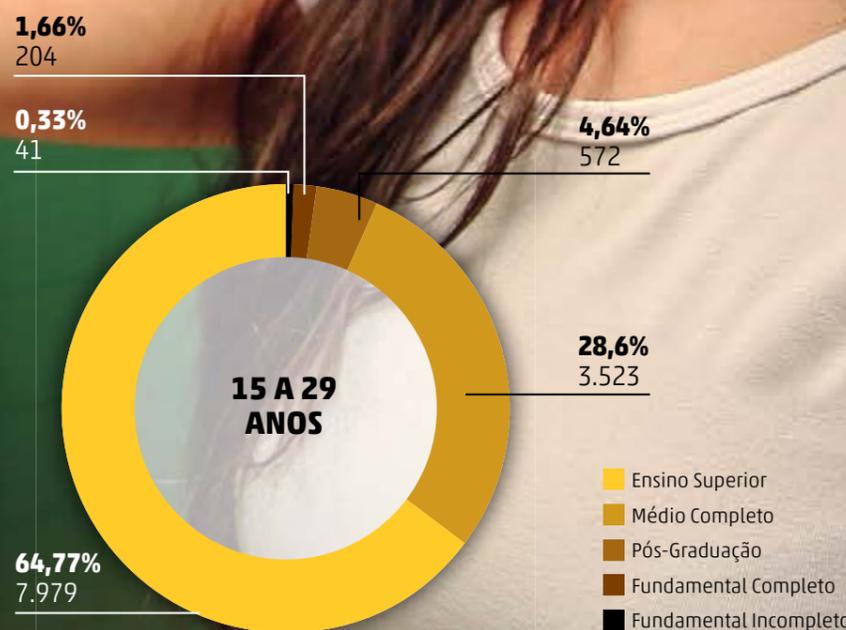
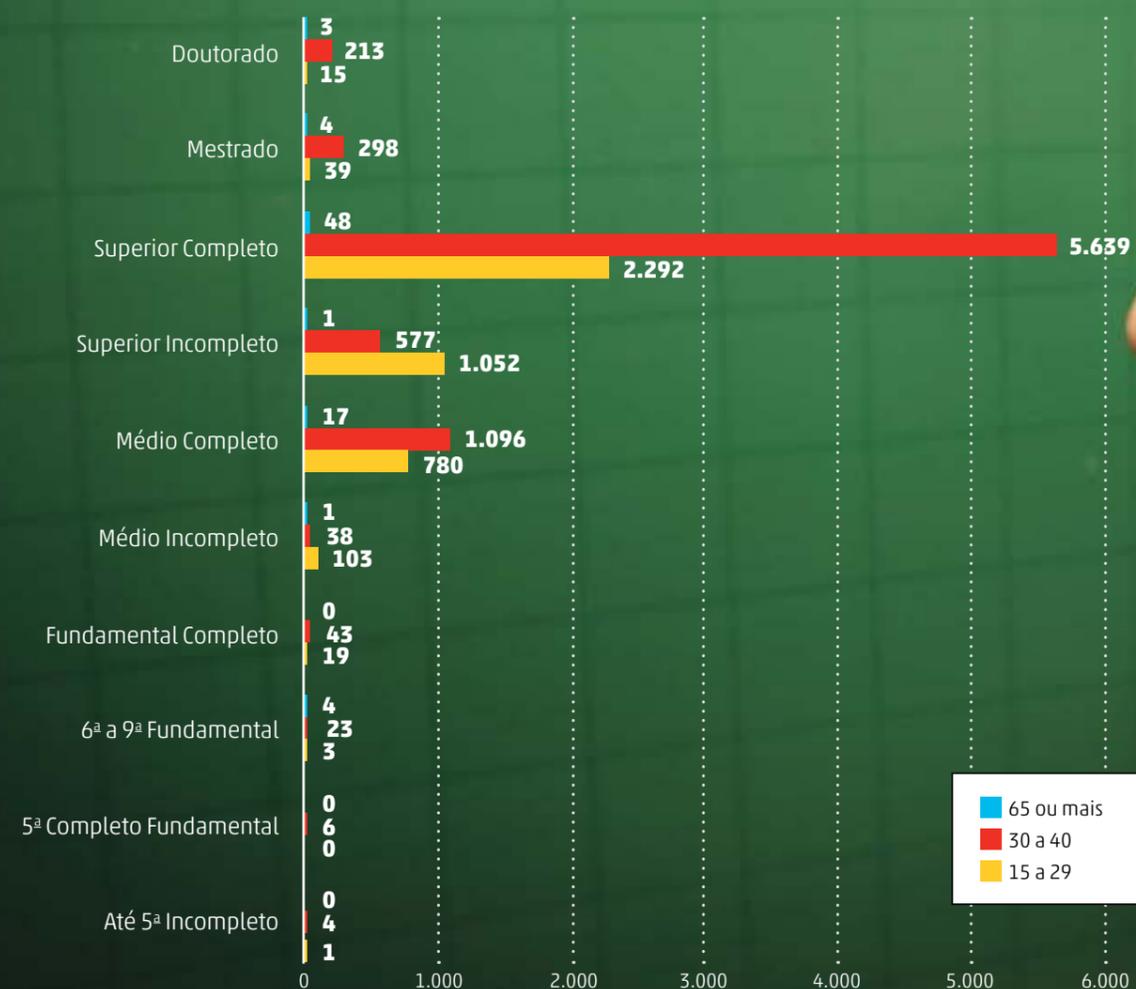
ESCOLARIDADE

A análise descritiva da escolaridade dos jovens celetistas do setor de tecnologia e inovação de Florianópolis, em 2018, **indica que um total de 7.979 pessoas tinham ensino superior, o que corresponde a 64,77%. No entanto, 41 pessoas com idade superior a 15 anos de idade não tinham o ensino fundamental completo.**

TOTAL	
Até 5ª Incompleto	5
5ª Completo Fundamental	6
6ª a 9ª Fundamental	30
Fundamental Completo	62
Médio Incompleto	142
Médio Completo	1.893
Superior Incompleto	1.630
Superior Completo	7.979
Mestrado	341
Doutorado	231

Escolaridade

Quantidade de pessoas com vínculo ativo por escolaridade, segundo faixa etária, em Florianópolis - 2018



Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)



GÊNERO

O setor de tecnologia e inovação em Florianópolis é predominantemente ocupado por homens. **Em 2018, do total de trabalhadores entre 15 e 29 anos do setor, 36% eram do sexo feminino e 64% do sexo masculino.** Adolescentes e jovens do sexo feminino exerceram principalmente funções administrativas e de programação, ao passo que, adolescentes e jovens do sexo masculino trabalharam principalmente com programação e análise de sistemas.

Em Florianópolis, a remuneração média dos trabalhadores entre 15 e 29 anos do setor de tecnologia e inovação indica iniquidades, quando considerado o sexo do empregado. Em 2018, adolescentes e jovens do sexo feminino que trabalharam no setor ganharam em média R\$2.918,51, enquanto os do sexo masculino ganharam em média R\$3.680,59. Ambos trabalharam entre 40 e 41 horas por semana.

Homens e mulheres jovens no mundo do trabalho

Distribuição, em percentual, da quantidade de pessoas com vínculos ativos, entre 15 e 29 anos, por sexo, no setor de tecnologia e inovação, em Florianópolis - 2018

Ocupações mais comuns:

Programador de sistemas de informação; Analista de desenvolvimento de sistemas; Técnico de apoio ao usuário de informática.

Salário médio: R\$ 3.680,59

Horas trabalhadas: 41 horas semanais



Ocupações mais comuns:

Assistente administrativo; Programadora de sistemas de informação; Auxiliar administrativo.

Salário médio: R\$ 2.918,51

Horas trabalhadas: 40 horas e 30 minutos semanais

• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

Fonte: MTE/RAIS (2018)

No recorte por ocupação e tamanho do estabelecimento, a desigualdade de gênero pode ser ainda maior na capital. Em 2018, **mulheres programadoras de sistema de informação entre 15 e 29 anos ganharam em média R\$ 3.160,20** em estabelecimentos com mais de 1.000 empregados do setor de tecnologia e inovação, **enquanto homens ganharam R\$ 4.203,00 para esta mesma ocupação.**

FOTO TIAGO GHIZONI

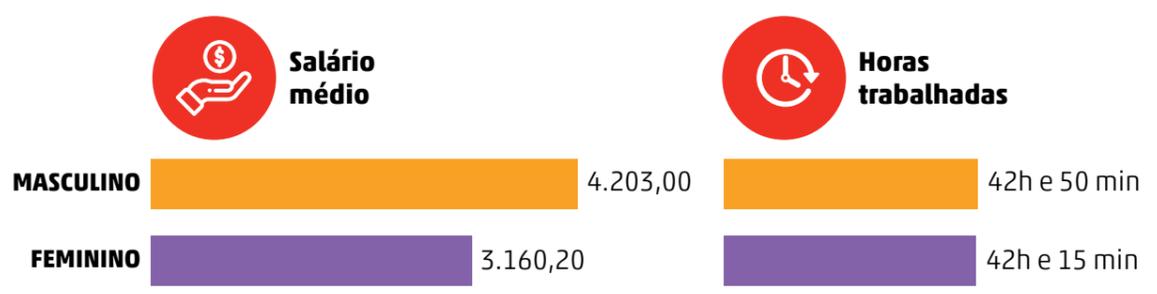
ILHA DA TECNOLOGIA



Em Florianópolis, em 2018, mulheres programadoras entre 15 e 29 anos ganharam, em média, aproximadamente R\$1.043 a menos que os homens para esta mesma função, faixa etária e organização do setor de tecnologia e inovação. Ambos os sexos trabalharam entre **42 e 43 horas semanais.**

Salário do jovem programador de sistemas de informação em estabelecimento com mais de 1.000 empregados

Remuneração média nominal, em reais, de pessoas entre 15 e 29 anos, segundo ocupação programador de sistemas de informação, em empresa com mais de 1.000 empregados, no setor de tecnologia e inovação em Florianópolis - 2018



• Com vínculo ativo em 31 de dezembro/2018

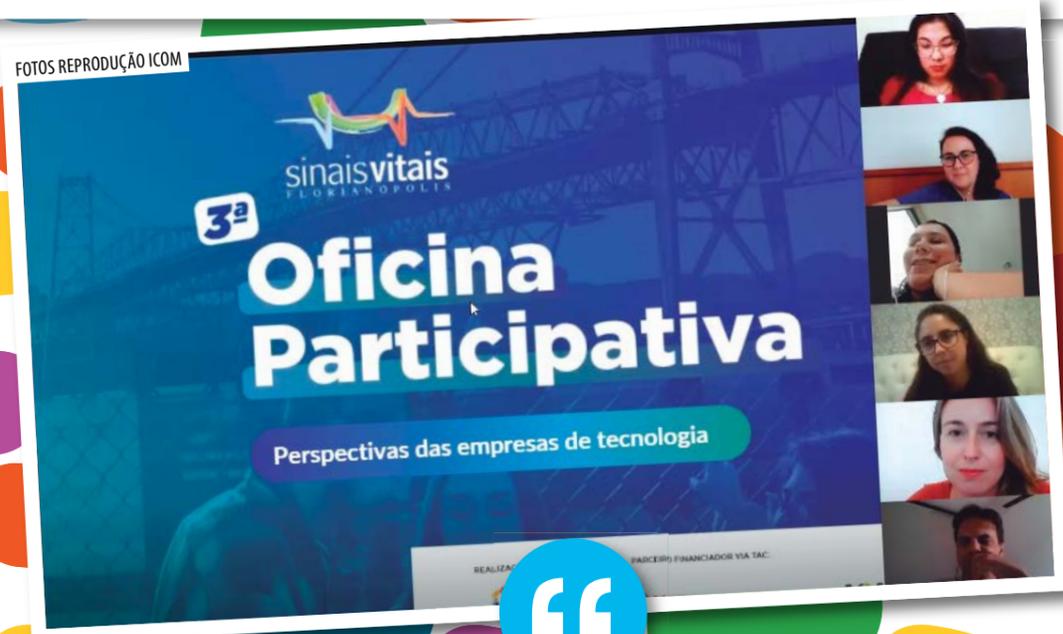
Fonte: MTE/RAIS (2018)

COR/RAÇA

Analisando os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atual Ministério da Economia (ME), a partir da RAIS/CAGED, não há desagregação por cor/raça.

OFICINA SINAIS VITAIS: Diálogo com empresas de tecnologia

No dia 17 de março de 2020, foi realizado de forma remota uma oficina participativa com empresas de Florianópolis. Durante duas horas, representantes de organizações e a equipe do ICOM, conversaram sobre os desafios na contratação de jovens aprendizes, principalmente no setor da tecnologia. Confira alguns dos depoimentos:



SOBRE A PROXIMIDADE GEOGRÁFICA DAS EMPRESAS DO SETOR DA TECNOLOGIA COM AS ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL:

"Não temos nenhuma desculpa geográfica de não entender a razão de não conseguir fazer esse match."

"A proximidade geográfica é gigantesca, não só para o acesso a espaços formativos, mas as empresas. Conversando com adolescentes e jovens, tanto do Mocotó quanto do Monte Serrat, sobre a possibilidade da inserção no mercado de tecnologia e os levamos para esses lugares, há um fator de disrupção social gritante."

VISIBILIDADE

"Temos uma falta gigantesca de mão de obra na capital, e as empresas de tecnologia de Florianópolis ainda são pouco conhecidas. Isso faz com que o jovem aprendiz procure aquelas áreas que já são tradicionais, que têm familiares trabalhando, a exemplo do comércio, turismo, administração. É preciso apresentar à população o nosso pólo tecnológico e colocar no coração das crianças e jovens a vontade de trabalhar nestas empresas."

DESAFIOS NA CONTRATAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

"Já tivemos situação de jovens aprendizes em vulnerabilidade que não conseguiam se ver atuando em espaços como as empresas de tecnologia, por não se sentirem capazes, por não se verem representados."

"Muitas vezes o currículo do jovem aprendiz não chega ao meu banco de talentos. Para contratar foi preciso fazer o caminho inverso, fazer uma busca ativa destes jovens por meio de programas de responsabilidade social da empresa."

"O processo seletivo exclui o jovem em vulnerabilidade. Primeiro porque ele acha que aquele espaço não é para ele. Qualquer recrutador, se trocar o julgamento pela curiosidade, colocar uns três porquês, começa a entender: por que aquele jovem não está no banco de talentos? Por que todo mundo que está na minha base de dados tem o mesmo perfil? Dá mais trabalho, mas qual o impacto que eu estou gerando?"

"Dentro desta parte de empatia, é fundamental a gente entender se estamos sendo atrativos para estes jovens. Muitos jovens não conhecem o ambiente de tecnologia em Florianópolis e isso é assustador, é um trabalho de comunicação que precisa ser feito."

Vamos observar estes dois mapas?

Nas áreas mais escuras, a renda familiar dos domicílios é de até 2 salários mínimos. Nas partes contornadas em vermelho estão as Áreas de Interesse Social



Nas áreas escuras estão concentradas as empresas do setor da tecnologia



REPRESENTATIVIDADE E DIVERSIDADE

"Levar um menino e uma menina preta, de periferia e afirmar que eles podem transitar em espaços de tecnologia da nossa cidade, é fantástico. As OSCs têm a função de desconstruir estes muros. A barreira da periferia é muito dura de ser quebrada, pois ela não é física, é social, é uma barreira cultural que é imposta."

"O próprio ECA prevê que a responsabilidade pelas crianças e adolescentes é de toda a sociedade, claro que gerar oportunidades é importante, mas é preciso quebrar as barreiras."

QUALIFICAÇÃO X APRENDIZADO PRÁTICO

"Há muitos relatos de jovens que sentem estar perdendo o seu tempo ao frequentar as qualificadoras, eles preferem ficar na empresa, fazendo outras coisas, porque a trilha de conhecimento oferecida não faz sentido. As empresas de tecnologia precisam se unir para exigir uma trilha de conhecimento e grade curricular mais conectada à prática deles nas empresas."

"A empresa precisa estar atenta a uma série de detalhes, ao repertório emocional do jovem, às suas demandas na escola, ao perfil deste jovem, se encaixa na função que ele está realizando. Não é uma caixinha, não precisa ficar para sempre naquela função. Se não tem o perfil, a gente muda de área, visando o desenvolvimento daquele jovem aprendiz."

"É importante mostrar que a gente ainda não acertou a receita, estamos testando muita coisa. Estamos abertos para construir, estamos próximos e ajustando a rota sempre."

Um agradecimento a todos os representantes das organizações que contribuíram com as reflexões desta oficina: Associação Catarinense de Tecnologia – ACATE, Automatiza Laser Solutions, Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina – CPDI, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, Instituto Now, Involves e ao projeto social Prototipando a Quebrada.

CONCLUSÃO

O Sinais Vitais é um diagnóstico social participativo que além de dar visibilidade ao atual contexto de Florianópolis, busca informar as pessoas e subsidiar políticas públicas para a melhoria das condições de vida para todas e todos.

Esta edição traz dados e informações que demonstram a situação de adolescentes e jovens no mundo do trabalho na Capital, incluindo um recorte específico sobre o setor de tecnologia e inovação, que revela oportunidades de inclusão, trabalho e carreira para adolescentes e jovens. Foi construída de forma participativa pelo ICOM, representantes do setor público, setor privado, com especialistas, organizações da sociedade civil, e com os próprios adolescentes e jovens que contribuíram com suas percepções e narrativas, humanizando o que os números revelam.

Encontramos dados preocupantes: tivemos 544 casos notificados de crianças e adolescentes, de 10 a 13 anos, trabalhando, sendo que 23% deles não recebiam nenhuma remunera-

ção. Dos 3.036 adolescentes entre 16 e 17 anos que trabalhavam em 2010, 47% não tinham carteira assinada, ou seja, nenhum dos seus direitos trabalhistas garantidos. A informalidade, ao lado do trabalho infantil, é um dos mais graves problemas sociais para o mundo do trabalho. Nestes casos, a sociedade deve ser sensibilizada, e as denúncias são fundamentais para a mudança de perspectiva de futuro destes jovens.

Quando buscamos entender o contexto do jovem aprendiz, novos dados nos cobram reflexão: 80% dos jovens aprendizes tiveram seu contrato interrompido antes de completar um ano de trabalho em 2018. Em 43% dos casos, isso aconteceu antes dos seis meses.

Ao conversar com os jovens, diferentes razões surgem, como a pressão psicológica; o pouco tempo livre; o sentimento de incapacidade ou a falta de identificação com o ambiente de trabalho.

Ao ouvir as empresas, surgem reflexões sobre a falta de mão de obra qualificada; o desafio da contratação e a necessidade de um diálogo

ampliado com as instituições qualificadoras, para que a trilha de conhecimento oferecida atenda às expectativas tanto dos adolescentes quanto das organizações.

O diagnóstico social participativo nos revela que é preciso ter uma articulação e incentivo para gerar mais oportunidades para os adolescentes e jovens, principalmente àqueles que vivem em vulnerabilidade social na capital. Afinal, em 2018 havia uma fila de espera de 7.486 adolescentes e jovens cadastrados para entrar em programas de aprendizagem. Neste sentido, as organizações da sociedade civil mostram a sua relevância: os serviços de aprendizagem e qualificação profissional de adolescentes e jovens são realizados prioritariamente por elas - das 18 qualificadoras habilitadas em Florianópolis, 10 eram OSCs.

O Sinais Vitais é uma ferramenta que joga luz sobre os nossos desafios e para a urgência de superarmos as nossas iniquidades sociais tão latentes. Temos um potencial de futuro correndo o risco de ser desperdiçado: em 2018, estavam contratados 2.265 aprendizes. Se a

cota mínima estipulada por lei fosse respeitada, deveriam estar trabalhando quase 5 mil adolescentes e jovens como aprendizes.

Segundo o Estatuto da Juventude, o jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Neste sentido, a capital catarinense tem a oportunidade de demonstrar o seu protagonismo. O setor de tecnologia e inovação, com grande representatividade nacional aponta oportunidades para o público jovem. Com relação à Lei de Aprendizagem especificamente no setor de tecnologia e inovação, em 2018, mais de 500 adolescentes e jovens poderiam ter sido contratados, considerando a cota máxima de 15%.

Sem dúvida estamos diante de oportunidades e de um desafio compartilhado, que exige a atenção, colaboração e trabalho tanto de formuladores de políticas públicas, da sociedade em geral, organizações da sociedade civil, empresas e instituições de ensino.



FOTO ICOM

Metas dos ODS abordadas nesta edição do Sinais Vitais:

FOTO MARCO FAVERO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma oportunidade para implementação de políticas públicas indispensáveis na garantia da qualidade de vida das crianças e adolescentes. São 17 metas globais, um acordo realizado entre os 193 países membros das Nações Unidas, entre eles o Brasil, a serem alcançadas até 2030. As metas dos ODS são integradas, ou seja, refletem de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental; e indivisíveis, pois não será possível avançar em apenas um dos ODS - somente com o alcance dos 17 objetivos poderemos alcançar de forma plena o desenvolvimento sustentável.



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

- Crianças, adolescentes e jovens vulneráveis à pobreza;
- Áreas de interesse social;
- Índice que mede a distribuição de renda e revela as desigualdades sociais;
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que mede a renda;
- Salário e escolaridade dos jovens.



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

- Taxa de mortalidade infantil;
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que mede a longevidade.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que mede a educação;
- Escolaridade dos jovens com vínculo CLT;
- Escolaridade dos jovens celetistas do setor de tecnologia;
- Aprendizes contratados por escolaridade;
- Principais formas de ingresso do adolescente ou do jovem ao Programa de Aprendizagem.



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por sexo;
- Gênero e desigualdade salarial;
- Quantidade de jovens aprendizes por sexo;
- Salário dos jovens aprendizes por sexo;
- Homens e mulheres jovens no mundo do trabalho;
- Quantidade de pessoas com vínculos ativos, entre 15 e 29 anos, por sexo, no setor de tecnologia e inovação.



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

- Vínculos formais de trabalho de adolescentes e jovens;
- Vínculos formais de trabalho por faixa etária;
- Rendimento médio mensal de pessoas de 14 anos ou mais de idade;
- Ocupações dos jovens no mundo do trabalho;
- Variação de ganho por função;
- Crianças e adolescentes identificadas trabalhando;
- Crianças identificadas em situação de trabalho infantil entre 10 e 14 anos;
- Regiões com maior incidência de trabalho infantil;
- Denúncias relacionadas ao trabalho infantil;
- Acidentes de trabalho com adolescentes;
- Adolescentes e jovens na informalidade;
- Desemprego na juventude;
- Aprendizes contratados;
- Salário e jornada de trabalho;
- Contratos de aprendizagem;
- Organizações que contratam aprendizes;
- Organizações de Florianópolis que não cumpriram a cota mínima de contratação de aprendizes exigida pela lei;
- Demanda reprimida de aprendizes;
- Aprendizes contratados e estimativa da capacidade de contratação, segundo cotas mínima e máxima;
- Organizações Qualificadoras do Programa Jovem Aprendiz cadastradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego em Florianópolis;
- Número de OSCs qualificadas para formação técnica profissional.



Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação

- Ranking da participação do setor de tecnologia e inovação, segundo quantidade de estabelecimentos;
- Distribuição territorial das organizações do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis;
- Série histórica da quantidade de pessoas com vínculo ativo no setor de tecnologia e inovação, por faixa etária;
- Pessoas contratadas, por tipo de vínculo, no setor de tecnologia e inovação.



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

- Índice de Gini;
- Comparação entre rendimento médio mensal e horas trabalhadas por semana, do trabalho principal, por raça.



MOVIMENTO NACIONAL ODS
SANTA CATARINA
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ICOM é Instituição Âncora do **Movimento ODS Santa Catarina**, uma iniciativa que atua para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Santa Catarina. Para conhecer mais os 17 ODS, e a atuação do Movimento no Estado, acesse: <http://sc.movimentoods.org.br/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACATE. Associação Catarinense de Tecnologia. Observatório Acate: **Panorama do setor de tecnologia de Santa Catarina**. Florianópolis, 2018.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**. Portaria n. 397, de 9 de outubro de 2002. Presidência da República Federativa, Secretaria Geral, 2019.

BRASIL. **Código Civil**. Decreto-Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Presidência da República Federativa, Casa Civil, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: versão atualizada até a Emenda Constitucional n. 105/2019. Presidência da República Federativa, Casa Civil, 2019.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Presidência da República Federativa, Casa Civil, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República Federativa, Casa Civil, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Presidência da República Federativa, Casa Civil, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Metrópole**. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Presidência da República Federativa, Secretaria Geral, 2019.

BRASIL. **Lei da Aprendizagem**. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República Federativa, Secretaria Geral, 2019.

CMDCA. Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis. **[Dados primários para Sinais Vitais]**, 2019.

DISTRITO. **Santa Catarina Tech**: Report 2019. Florianópolis, 2019.

FETI/FOCAP. Agenda. **Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina/ Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional**. Florianópolis, 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Semana Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI**. Lei n. 10.379, de 21 de maio de 2018. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Casa Civil, 2019.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI **[Dados primários para Sinais Vitais]**, 2019.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. **[Dados primários para Sinais Vitais]**, 2019.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde - SMS. **[Dados primários para Sinais Vitais]**, 2016.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico - SMTTDE. **[Dados secundários para Sinais Vitais]**, 2019.

GPTW. **Ranking: melhores empresas para trabalhar**. Great Place go Work, 2018

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. Tradução: Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 26, p. 9-17, 2009.

IBGE. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE. **Comissão Nacional de Classificação - CONCLA**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua - PNAD Contínua**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

IBGE. **Sistema de Indicadores Sociais - SIS**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Trabalho. **Sistema de Informações sobre trabalhador e empregador**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Trabalho. Publicações. **Programa Verde Amarelo**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. **Base Estatística: Tecnologia da Informação a Serviço do Sistema Único de Saúde - DATASUS**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual da Aprendizagem** – o que é preciso saber para contratar jovem aprendiz. 9. ed. Brasília, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Programa de Disseminação de Estatísticas sobre Trabalho - PDET. **Base Estatística: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Programa de Disseminação de Estatísticas sobre Trabalho - PDET. **Base Estatística: Cadastro Nacional de Aprendizagem - CNA**. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Estatísticas Disque 100**. Geral de denúncias: trabalho infantil. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Notícias. **Trabalho infantil**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Base Estatística: Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil Aprendizagem**. Brasília, 2019.

OIT. **Promovendo o trabalho decente**. Organização Internacional do Trabalho, 2019.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Organização das Nações Unidas, 2015.

PARENTE, Maria Pia. Neste município criança não trabalha: **o que os prefeitos podem fazer para eliminar o trabalho infantil doméstico e proteger as jovens trabalhadoras**. Brasília: OIT/Fundação Abrinq/Andi, 2003.

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

PNUD. **Radar Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Radar IDHM Contínua, 2017.

PRATTEIN. Educação e Desenvolvimento Social. **Indicadores da situação das crianças e adolescentes nos municípios brasileiros**. Bases de dados sobre infância, adolescência e juventude, 2018.

REDE PETECA. **Chega de Trabalho infantil**. Como posso ajudar a combater o trabalho infantil, 2019.

SANTA CATARINA. Ministério Público do Trabalho Santa Catarina - MPTSC. **[Dados primários para Sinais Vitais]**, 2019.

SENADO FEDERAL. Senado notícias. Infomatérias: **Sistema S**. Brasília: Senado Federal, 2019.

UNICEF. **A educação que protege contra a violência**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, 2019.

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, 2019.

COMUNIDADE SINAIS VITAIS

ESPECIALISTAS

ORGANIZAÇÃO

Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE

Auditoria Fiscal SRTBSC

Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul - FAEPESUL

Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina - MPT/SC

Secretaria Municipal de Assistência Social - Florianópolis - A.Social / Semas

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SDS

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

REPRESENTANTE

Gabriel Sant'Ana Palma Santos

Luciana Sans de Carvalho

Diogo Alencastro

Luciano Arlindo Carlesso

Edelvan Jesus

Neylen Juncks

Paula C. Schommer

Daniel M. da Conceição

OFICINA COM AS EMPRESAS DO SETOR DE TECNOLOGIA

ORGANIZAÇÃO

Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE

Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE

Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE

Automatiza Laser Solutions & ACATE

Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina - CPDI

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

Instituto Now

Involves

Prototipando a Quebrada

REPRESENTANTE

Felipe Mandawalli

Julia Koch

Wilson Fernandes

Marcos Lichtblau

Ivan Dos Santos

Andressa Vicenzi

Thais Buratto

Maria Amélia Viana

Jefferson Lima

OFICINA COM ADOLESCENTES E JOVENS APRENDIZES, EM PARCERIA COM A IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO (IDES)

Amanda P. da Silva

Bianca Karoline dos Santos

Bryan Lima Cordeiro

Christofer Santos

Fábio Dias Machado

Gustavo Amaral

Gustavo Laureano de Souza

Hyn de Souza Ventura

Isabela Medeiros

Kathlyn Vieira Rohrig

Kauany Shazony O. da Silva

Luan Ferreira

Lucas F.

Luis Gustavo Morine

Maria Maira Santos da Silva

Ramona Camille B. Rebello

Suianny I. Souza

UM AGRADECIMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES QUALIFICADORAS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA PRIMÁRIA SOBRE APRENDIZAGEM EM FLORIANÓPOLIS

Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

- Associação Du Projetus
- Centro Cultural Escrava Anastácia
- Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)
- Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS)
- Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET)
- Irmandade do Divino Espírito Santos (IDES)
- Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI)

Sistema S

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
- Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/ SENAT)

Escola Técnica

- Centro de Ensino Tecnológico Florianópolis (ESCOLA TÉCNICA GERAÇÃO)

CONHEÇA AS EDIÇÕES ANTERIORES DO SINAIS VITAIS



Sinais Vitais 2008
Florianópolis



Sinais Vitais 2009
Florianópolis



Sinais Vitais 2010 - Crianças e Adolescentes em Florianópolis



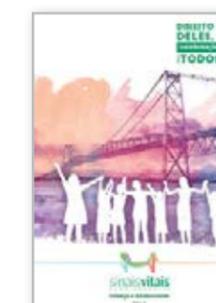
Sinais Vitais 2011 - Crianças e Adolescentes em Palhoça



Sinais Vitais 2012 e 2013 - Desafios de Florianópolis FTQB



Sinais Vitais 2015
Florianópolis



Sinais Vitais 2016 - Criança e Adolescente em Florianópolis



Adolescentes e jovens no mundo do trabalho

2018 - 2019

REALIZAÇÃO



PARCEIRO FINANCIADOR

Via TAC



PARCEIRO FINANCIADOR

Via Lei de Incentivo



APOIO

ACATE



APOIADORES INSTITUCIONAIS DO ICOM

